

REJANE DO CARMO JOÃO CARNEIRO

**TRABALHO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO
CAPITALISMO DEPENDENTE: AS MULHERES ATENDIDAS NO
PROGRAMA RENDA MÍNIMA E INCLUSÃO PRODUTIVA EM
MARIANA, MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Cristiane Natalício de Souza

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

C289t
2024

Carneiro, Rejane do Carmo João, 1977-
Trabalho e política de assistência social no capitalismo dependente: as mulheres atendidas no Programa Renda Mínima e inclusão produtiva em Mariana, Minas Gerais / Rejane do Carmo João Carneiro. – Viçosa, MG, 2024.
1 dissertação eletrônica (106 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Cristiane Natalício de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Serviço Social, 2024.

Referências bibliográficas: f. 77-84.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.702>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mulheres chefes de família - Mariana (MG). 2. Famílias monoparentais. 3. Assistência social. 4. Mulheres - Emprego. 5. Capitalismo - Aspectos sociais. 6. Programas de sustentação de renda - Brasil. I. Souza, Cristiane Natalício, 1975-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. III. Título.

CDD 22. ed. 305.4098151

REJANE DO CARMO JOÃO CARNEIRO

**TRABALHO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO
CAPITALISMO DEPENDENTE: AS MULHERES ATENDIDAS NO
PROGRAMA RENDA MÍNIMA E INCLUSÃO PRODUTIVA EM
MARIANA, MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 02 de setembro de 2024.

Assentimento:



Documento assinado digitalmente
REJANE DO CARMO JOAO CARNEIRO
Data: 24/10/2024 01:03:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rejane do Carmo João Carneiro
Autora



Documento assinado digitalmente
CRISTIANE NATALICIO DE SOUZA
Data: 07/11/2024 15:13:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cristiane Natalício de Souza
Orientadora

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me proporcionado, mesmo passando por um tratamento complexo, consegui concluir o mestrado. E por ter dado a oportunidade de aperfeiçoar e desvendar um mundo de teorias e práticas concretas.

À professora/orientadora Cristiane Natalício de Souza pelo apoio incondicional, empenho e por ter lido inúmeras vezes os mesmos capítulos e por ter oportunizado as correções, os incentivos, por tudo que fez e faz por mim, sem medir esforços. Tu és a professora mais incrível que conheci e por isso quero te agradecer. É com muita admiração, respeito que sou extremamente grata a você, Cristiane que me auxiliou no meu processo acadêmico. Obrigada por esclarecer inúmeras dúvidas, foi gentil, paciente nos momentos mais desafiadores de minha vida acadêmica.

Aos demais professores e toda a equipe do Programa de Pós - Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, MG . Agradeço a todos pelo conhecimento, informações e acompanhamento de cada passo que dei nos momentos mais difíceis, pois estava em tratamento médico. Muito obrigada pelo profissionalismo que foi fundamental para o sucesso da minha jornada acadêmica.

A meu marido, filha e todos os familiares por tudo que fizeram e sei o que realmente é a generosidade. Aprendi com vocês! Vocês transformaram a minha vida e fez de mim uma pessoa melhor.

Enfim, agradeço aos meus colegas pela convivência, parcerias, pelos lanches, desabafos e informações compartilhadas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

CARNEIRO, Rejane do Carmo João, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2024.
Trabalho e Política de Assistência Social no Capitalismo Dependente: As Mulheres Atendidas no Programa Renda Mínima e Inclusão Produtiva em Mariana, Minas Gerais.
Orientador (a): Cristiane Natalício de Souza.

Esta dissertação tem como foco o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, em Mariana, Minas Gerais. A escolha do tema se justifica pela grande incidência das famílias monoparentais chefiadas por mulheres e pela importância dessa temática na contemporaneidade. Tem-se como objetivo geral analisar o impacto desse Programa nas condições de vida das mulheres chefes de família e, como objetivos específicos: dissertar sobre o trabalho no contexto do sistema capitalista; analisar o perfil da família contemporânea no capitalismo; abordar a política assistencial na contemporaneidade; contextualizar a história do Programa Garantia de Renda Mínima, no Brasil e em Mariana; caracterizar a proposta do programa e analisar o perfil socioeconômico das mulheres usuárias desse programa. A metodologia aplicada neste trabalho constitui um estudo de caso, realizado por meio de entrevistas, sobre mulheres beneficiárias do programa em Mariana. Em suma, conclui-se que, ainda que se constitua uma estratégia de manutenção da pobreza e da exploração do trabalho na ordem capitalista, o programa configura-se como importante recurso que proporciona trabalho e renda às mulheres provedoras beneficiárias, garantindo-lhes dignidade.

Palavras-chave: Mulheres. Famílias Monoparentais. Assistência Social. Inclusão Produtiva da Mulher.

ABSTRACT

CARNEIRO, Rejane do Carmo João, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2024.
Work and Social Assistance Policy in Dependent Capitalism: Women Assisted in the Minimum Income and Productive Inclusion Program in Mariana, Minas Gerais. Adviser: Cristiane Natalício de Souza.

This dissertation focuses on the Minimum Income Guarantee and Productive Inclusion of Women Program, in Mariana, Minas Gerais. The choice of theme is justified by the high incidence of single-parent families headed by women and the importance of this topic in contemporary times. The general objective is to analyze the impact of this Program on the living conditions of female heads of families and, as specific objectives: to discuss work in the context of the capitalist system; analyze the profile of the contemporary family in capitalism; address contemporary assistance policy; contextualize the history of the Minimum Income Guarantee Program in Brazil and Mariana; characterize the program proposal and analyze the socioeconomic profile of women using this program. The methodology applied in this work constitutes a case study, carried out through interviews, on women beneficiaries of the program in Mariana. In short, it is concluded that, even though it constitutes a strategy for maintaining poverty and labor exploitation in the capitalist order, the program is an important resource that provides work and income to female breadwinners, guaranteeing them dignity.

Keywords: Women. Single Parent Families. Social assistance. Productive Inclusion of Women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da cidade de Mariana, MG.....	15
Gráfico 1 - Crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres, por regiões – 2001-2016.....	35
Gráfico 2 – Rendimento das provedoras inseridas no Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher.....	61
Gráfico 3 – Salário mínimo em países da OCDE	67

LISTA DE TABELAS

Quadro 1- Linha do Tempo do Programa de Renda Mínima - Inclusão Produtiva da Mulher no Município de Mariana MG- Ordenamento histórico50

Tabela 1- Perfil socioeconômico das usuárias do Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher - Mariana, MG59

Tabela 2 - Informações sobre condições das entrevistadas no Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher - Mariana, MG62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CNS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social do Município de Mariana
CREAS	Centros Especializados de Assistência Social
CRIA	Centro de Referência da Criança e do Adolescente CNDH - Comissão Nacional dos Direitos Humanos
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos EJA Educação de Jovens e Adultos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MAB	Movimentos Atingidos pela Barragem
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração NOB
	Norma Operacional Básica
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PIS	Programa de Integração Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDESC	Secretaria de Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Objetivos.....	12
Objetivo Geral	12
Objetivos Específicos	12
Metodologia.....	14
Local, População e Amostra do Estudo.....	15
Procedimentos para Coleta e Análise dos Dados	17
CAPÍTULO 1: TRABALHO NO CAPITALISMO.....	18
1.1: SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE	24
1.2: FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E CAPITALISMO	28
CAPÍTULO 2: INCLUSÃO PRODUTIVA DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES.....	34
2.1: POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO	40
CAPÍTULO 3: PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA EM MARIANA, MG.....	45
3.1: PROGRAMA RENDA MÍNIMA A PARTIR DA REALIDADE CONCRETA DE MULHERES PROVEDORAS DE MARIANA, MG	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
APÊNDICE	85

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema as mulheres chefes de família, beneficiárias do Programa Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, de Mariana, Minas Gerais. Esse Programa tem como objetivo promover a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho, de unidades familiares chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social¹, para erradicar a pobreza e promover a dignidade e o desenvolvimento humano sustentável (Mariana, 2013).

Os programas de renda mínima consistem em medidas de transferência de renda que, segundo Ruschel et.al (2015), destinam-se à realização de uma transferência monetária, sem a necessidade de uma contribuição prévia, às famílias pobres, consideradas a partir de uma determinada renda *per capita* dos membros da família.

Tais programas foram formulados no início da década de 1990, em um contexto marcado pelo aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade social. A transferência de renda surgiu como um estímulo ao acesso a políticas sociais, principalmente nas áreas da educação, saúde e trabalho. Em contrapartida, as famílias beneficiárias precisam cumprir determinadas exigências, como: a frequência mínima escolar das suas crianças e adolescentes; a retirada destes do trabalho; o acompanhamento médico de suas gestantes e nutrízes. No município de Mariana, MG, a política de transferência de renda foi institucionalizada por meio do Programa de Garantia de Renda Mínima e condicionada à qualificação profissional e inserção dos usuários e de seus familiares no mercado de trabalho (Silva et.al, 2011).

O Programa de Garantia de Renda Mínima foi instituído em Mariana, em 2001, por meio da Lei nº1.543. De acordo com o artigo 1º, esse programa tem por objetivo oferecer às famílias em situação de miserabilidade² “[...] oportunidade de exercício de atividade remunerada em frentes de trabalho transitórias na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Educação” (Mariana, 2001, p.1).

Em 2009 foi instituído em Mariana o Programa de Renda Mínima – Inclusão Produtiva, por meio da Lei nº2.300 que estabelece em seu artigo 1º, o objetivo de oferecer apoio às famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista a capacitação para o trabalho, auxílio econômico e promoção da dignidade.

A qualificação e inclusão no mercado de trabalho surgem como possibilidade de tornar

¹ Ausência ou redução de proteção aos direitos fundamentais garantidos pela atual Constituição. (Pereira, 2023, p.99).

² Conforme o parágrafo único do artigo em questão, trata-se da família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a meio salário mínimo mensal. (Mariana, 2001, p.1).

os programas de transferência de renda mais efetivos na superação da pobreza e na emancipação³ socioeconômica dos beneficiários.

Mas, a despeito da proposta de superar a pobreza por meio da inclusão produtiva, os Programas de Garantia de Renda não alcançam esse propósito, segundo Almeida (2022) pelas próprias condições de fragilidade do mercado de trabalho e das condições desfavoráveis da mulher no sistema capitalista. Assim, esta dissertação parte da seguinte questão problema: o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva, no município de Mariana, MG, tem conseguido erradicar a pobreza e promover a dignidade de famílias monoparentais chefiadas por mulheres?

A escolha do tema se justifica pela maior incidência das famílias monoparentais chefiadas por mulheres e pela importância dessa temática na contemporaneidade. Esse tipo de família se caracteriza, principalmente, segundo Fagundes (2017), pela presença do pai ou da mãe que coabitam com os filhos sem a presença do cônjuge. Trata-se, de acordo com Santana (2014), do modelo atual de família que mais tem crescido na sociedade.

No modelo de família monoparental legalmente reconhecido, as mulheres chefes dessas famílias enfrentam em seu cotidiano várias discriminações e exclusões para garantir o seu sustento e o de seus filhos. Conforme Babiuk (2015), as mulheres chefes de família atuam sozinhas desempenhando papéis diversificados, como de mãe e pai, cuidadora e profissional, acompanhando os filhos em suas atividades e exercendo uma profissão, deixando muitas vezes de atender às suas necessidades individuais.

A opção pelo desenvolvimento desta pesquisa relaciona-se também com a minha experiência de trabalho, como assistente social em Mariana. Fui contratada, em 1997, como professora concursada no Município de Mariana MG. Trabalhei 18 anos (entre 1997 e 2015) como professora alfabetizadora do Ensino Fundamental, nas Escolas do Município. Em 2006 assumi o cargo de pedagoga da Escola Municipal de Bento Rodrigues, onde permaneci por dois anos. Entre 2008 e 2009, ocupei o cargo de direção da Escola “Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida”, localizada em um dos bairros periféricos da Cidade de Mariana, e, nessa mesma escola, voltei a trabalhar como professora, até 2012. Entre 2012 até o final de 2013 trabalhei no cargo de professora da Educação Infantil em Escolas dos distritos de Padre Viegas e Bandeirantes e em 2014 fui trabalhar no cargo de professora na Creche Municipal Daniella Cristina Mendes, no distrito de Passagem de Mariana, onde continuo atualmente.

No ano de 2017 ocupei, no contraturno, o cargo de Assistente Social no Centro de

³ Aqui compreendida como a criação de condições para que as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza possam garantir os seus meios de sobrevivência, por meio do trabalho. (Silva, 2023, p.181).

Referência de Assistência Social do Município de Mariana (CRAS BAIRROS), onde trabalhei até agosto de 2021 com as famílias dos atingidos dos Distritos de Bento Rodrigues e Paracatu, vítimas do Rompimento da Barragem da Samarco em Mariana, ocorrido a 05 de novembro de 2015.

Nesse período, trabalhei como técnica coordenadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESC) de Mariana. Além do SCFV, o CRAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), para acompanhamento de famílias do território local. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o PAIF são articulados para o fortalecimento de vínculos sociais, comunitários e familiares de usuários atendidos/acompanhados no CRAS. A partir dessa experiência no CRAS tive a oportunidade de trabalhar com famílias monoparentais chefiadas por mulheres que estavam participando do Programa Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher e grupos de crianças e adolescentes oriundos, na maioria dos casos, de bairros periféricos do Santo Antônio e Rosário/ Morada do Sol, da cidade de Mariana.

Crianças e adolescentes que, segundo informações do Fórum e do Ministério Público da cidade de Mariana, eram encaminhadas ao Conselho Tutelar do Município porque estavam envolvidas com a venda de picolés, em situação de maus tratos e de violência doméstica e, ou vivendo pelas ruas da cidade sem frequentarem ou terem acesso as Escolas. Contudo, essa experiência foi determinante da minha opção em pesquisar sobre a efetividade do Programa de Renda Mínima para famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar a efetividade do Programa Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, em Mariana, Minas Gerais, para famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Objetivos Específicos

- Contextualizar a proposta do referido Programa vinculada à atuação da mineração extrativista em Mariana.
- Caracterizar o perfil socioeconômico das mulheres usuárias do Programa Garantia

de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher.

- Descrever aspectos do Programa Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, bem como identificar potenciais e limites do referido programa.

METODOLOGIA

No que se refere à obtenção de informações, a presente pesquisa se caracteriza como bibliográfica; quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e em relação à abordagem, esta pesquisa é qualitativa. Segundo Lakatos; Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica abrange bibliografia já publicada em relação ao tema de estudo. Tal pesquisa tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito a respeito do tema.

Ainda no que se relaciona à pesquisa bibliográfica, de acordo com Pádua (2012), realiza-se a identificação, localização e compilação dos dados apresentados em livros, artigos de revistas especializadas e textos acadêmicos. Esse tipo de pesquisa é necessário a qualquer trabalho científico. Porém, mesmo buscando as informações nas fontes citadas, procura-se nesta pesquisa o apontamento de conclusões dos autores, que não se limitam a um resumo do material encontrado.

Por sua vez, a pesquisa descritiva, segundo Gil (2008), tem como objetivo principal descrever as características de um fenômeno ou população ou ainda relacionar variáveis. Toma-se como exemplo de pesquisa descritiva aquela que busca estudar as características de um grupo (sexo, idade, etc.) e a descobrir associações entre variáveis.

De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com uma realidade não passível de quantificação. Para Silveira; Córdova (2009), esse tipo de pesquisa tem por características: a hierarquização das ações de descrever, compreender e explicar; precisão das relações entre o global e o local e buscar de resultados objetivos.

Todavia, o pesquisador deve estar alerta para certos riscos e limites da pesquisa qualitativa, como confiança excessiva no investigador enquanto instrumento de coleta de dados; certeza do pesquisador em relação aos seus dados e “[...] envolvimento do pesquisador na situação pesquisada, ou com os sujeitos pesquisados.” (Silveira; Córdova, 2009, p.32). Neste trabalho, será realizado um estudo de caso que, conforme Gil (2008) constitui o estudo de um objeto, tendo em vista o seu conhecimento detalhado. Segundo Yin (2001), o estudo de caso consiste em uma investigação empírica que investiga um fenômeno da contemporaneidade em seu contexto na vida real.

A realização do estudo de caso será por meio de entrevistas através da aplicação de um questionário semi-estruturado (vide Apêndice A). Como afirmam Lakatos; Marconi (2017), a entrevista é definida como um encontro entre duas pessoas, com a finalidade de obtenção de informações a respeito de um determinado assunto. “[...] É um procedimento utilizado na

investigação social, para a coleta de dados, ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.” (Lakatos; Marconi, 2017, pp. 211-212)

uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social (Mariana, 2024). No âmbito da proteção social básica de Mariana, MG, são ofertados os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família pelos CRAS Colina, Cabanas, Bairros e Distritos.

Nesse nível de proteção social básica, são ofertados os programas sociais CRIA (Centro de Referência da Criança e do Adolescente), RECRIVIDA⁴, ProJovem⁵ e Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, objeto desta pesquisa.

A população deste estudo foi constituída por usuárias que participaram e estavam participando do Programa Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, em Mariana. Foram previamente escolhidas para participar desta pesquisa 10 mulheres que participavam com mais frequência das atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESC) de Mariana/, quando atuei neste setor. A decisão de trabalhar apenas com essas mulheres foi por causa do tempo curto que eu tinha para coletar essas informações e finalizar a dissertação, em decorrência de problemas de saúde que enfrentei durante o mestrado.

O critério para escolher a população de estudo foi constituída a partir de dez mulheres beneficiárias do Programa de Inclusão Produtiva da Mulher - Renda Mínima que já são todas cadastradas no Centro de Referência de Assistência - CRAS Bairros da cidade de Mariana onde na sua maioria eu como Assistente Social já havia tido contato com as mesmas através do Serviço de Convivência e Fortalecimento do Vínculos do CRAS Bairros.

Anteriormente, antes de iniciar as entrevistas com as beneficiárias foi passado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa e após a liberação foram feitas as marcações das entrevistas com as beneficiárias do Programa de Inclusão Produtiva da Mulher - Renda Mínima e os nomes das mesmas são fictícios como foi acordado com elas.

Pretendo fazer a socialização do estudo feito através de publicações de textos e artigos em revistas especializadas do Serviço Social como forma de contribuição, aprofundamento e estudo continuado na área do Serviço Social quanto a questão do Programa de Transferência

⁴ O RecriaVida é um espaço destinado a população acima de 60 anos e promove a saúde, o condicionamento físico e o bem-estar dos idosos. No RecriaVida, diariamente são proporcionadas mais de dez oficinas e atividades recreativas, que tem por objetivo trabalhar e desenvolver o protagonismo social dos idosos (Mariana, 2024).

⁵ O serviço municipal de formação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social instituído em âmbito municipal pela Lei Municipal nº 2.605, de 09 de abril de 2012 passa a se chamar PROJOVEM e a se regular pelas disposições contidas nesta lei.

de Renda do município de Mariana - Programa de Inclusão Produtiva da Mulher - Renda Mínima.

Procedimentos para Coleta e Análise dos Dados

Os resultados desta dissertação foram construídos mediante três etapas. Uma primeira etapa que compreende a revisão de literatura orientada a partir das seguintes categorias analíticas: trabalho, família, capitalismo dependente e política social. Sem perder de vista o materialismo histórico dialético proposto por Karl Marx. A segunda etapa de construção desta dissertação compreende a análise documental realizada a partir de legislações (Lei 1.543/2001; Lei 2.300/2009; Lei 2.737/2013; Projeto de Lei nº 76/2018; Decreto nº 9.910; Projeto de Lei nº 42/2021; Lei 3.408/2021) que regulamentam e modificam o Programa Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, em Mariana, MG. Uma terceira etapa que compreende a realização de entrevistas, gravadas e orientadas por Roteiro Semiestruturado (Apêndice 1), com 10 mulheres que estavam participando ou participaram do Programa Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, de Mariana, MG e que foram citadas nesta dissertação pelo nome fictício.

A entrevista, de acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 211-212), trata-se de um procedimento metodológico utilizado na investigação social, para a coleta de dados importantes para o “diagnóstico e, ou tratamento de um problema social”. O Roteiro Semiestruturado foi construído, com questões fechadas e abertas, e estudado previamente pelo pesquisador que buscou, durante as conversas não se prender tanto a esse documento. Inclusive, a decisão de gravar as entrevistas, com consentimento dos informantes, foi para dar maior liberdade ao entrevistado de falar o que quisesse.

Os dados coletados serão organizados, categorizados e analisados conforme as dimensões da problemática enfocada e o contexto social, histórico, cultural, econômico e político da proposta da pesquisa. A análise dos dados adota como referência, a perspectiva crítica de totalidade, fundamentada na lógica processual, dialética e contraditória das relações capitalistas.

CAPÍTULO 1: TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE

O trabalho integra o modo de ser do homem e da sociedade. Trata-se da atividade na qual o ser humano transforma os recursos naturais em produtos que se adaptam à satisfação de suas necessidades. Segundo Marx (2010), o trabalho é um processo no qual os homens colocam em ação, regula e controla sua troca material com a natureza. Desta forma, o homem movimenta as forças do seu corpo, com o objetivo de apropriar-se dos recursos da natureza.

Macedo (2018) afirma que o processo de trabalho concreto⁶ possui uma essência criativa, na medida em que por meio dele procura dominar os processos de produção para satisfazer necessidades humanas.

O trabalho do ser humano e diferencia das atividades realizadas pelos animais. O animal produz para satisfazer suas necessidades imediatas, ou de sua cria, sem planejamento, pois o animal não tem capacidade de planejar. Já o homem, no interior do processo de trabalho “[...] previamente idealiza um resultado; sua vontade é orientada a um fim, o que se denomina teleologia [...]” (Macedo, 2018, p.241).

Marx (2010) aponta três elementos constitutivos do processo de trabalho: a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho e os meios de trabalho, que constitui um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para orientar sua atividade sobre esse objeto.

O processo de trabalho contribui para o processo de transformação da natureza por parte dos seres humanos. Transformada pelo trabalho, a natureza oferece as condições de preservação da vida dos homens em sociedade. Esta, entretanto, não se limita a uma simples soma de homens e mulheres, mas representa o modo de existência do ser social. O desenvolvimento do ser social implica a humanização de homens e mulheres. Quanto mais estes se humaniza, mais diminui a sua naturalidade (estritamente voltada ao atendimento de suas necessidades biológicas).

Em suma, o trabalho é de acordo com Marx (2010), uma atividade dirigida que tem por finalidade a criação de valores de uso⁷, de apropriação dos elementos naturais às necessidades do ser humano. Além disso, o trabalho é condição necessária de intercâmbio

⁶ Trabalho realizado com um determinado fim e que produz valores de uso (Marx, 2010, p.68).

⁷ Refere-se à utilidade de uma determinada mercadoria. O valor de uso somente se realiza por meio da utilização ou consumo. (Marx, 2010, p.58).

material entre o homem e a natureza e condição natural eterna da vida humana.

essa formulação, o trabalho constitui o ponto de partida da humanização do ser social.

Nessa linha de raciocínio, Antunes (2011) enfatiza que o trabalho se revela como realização do ser social. Enquanto útil e criador, o trabalho consiste em condição de existência humana, independentemente da forma de sociedade. A partir do trabalho, o homem desenvolvem objetivações, como aquelas que se referem ao mundo das ideias, fundamentais à emancipação humana.

Porém, de acordo com Macedo (2018), o trabalho assume formas singulares em cada contexto histórico, com características próprias. No sistema capitalista, como ressalta Marx (2010), a sociedade divide-se em duas classes: a do capitalista, proprietário dos meios de produção), que compra a força de trabalho e a do trabalhador, também denominado proletário que, não tendo a propriedade daqueles meios, é obrigado a vender ao capitalista a sua força de trabalho por salário. Ao comprar a força de trabalho por seu valor de troca, o capitalista passa a ter o direito de utilizar essa força por um tempo determinado, ou seja, por uma jornada de trabalho.

A força de trabalho comprada pelo capitalista é utilizada por ele para produzir um valor superior ao valor da compra, isto é, ao salário pago ao trabalhador. Tal valor excedente produzido pelo trabalhador é denominado mais valia, a qual tem origem de um excedente quantitativo de trabalho, isto é, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho. A mais-valia pode ser aplicada em sua totalidade em suas despesas sociais, com a produção prosseguindo sobre as mesmas bases e conservando um capital que não se modificou. Essa permanência da produção na mesma escala, sem inovação ou expansão é chamada de reprodução simples.

Mas, quando o capitalista investe parte da mais-valia na ampliação da escala do processo produtivo (principalmente para ter condições de enfrentar a concorrência), ocorre a denominada reprodução alargada ou ampliada, tendo como resultado a acumulação capitalista. (Marx, 2010). Para garantir a acumulação de riquezas, o capitalista expropria o trabalhador e deixa de pagar parte do uso da sua força de trabalho.

A acumulação capitalista possui a produtividade como alavanca e, com o objetivo de aumentar essa produtividade, o sistema capitalista incorpora novas tecnologias ao processo produtivo, diminuindo o emprego da força de trabalho e o tempo necessário à produção de mercadorias. Nesse contexto, surge a chamada “questão social” que é expressa pelo desemprego, pobreza e desigualdade social e nas diversas expressões que no interior do

capitalismo, especificamente nas “[...] formas de exploração do trabalho⁸ que garantem a apropriação privada do que é socialmente produzido” (Santos, 2012, p.30).

Deste modo, como destaca Netto (2001), o desemprego, a pobreza e a desigualdade aumentavam na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza. Tanto mais a sociedade se mostrava capaz de produzir mais bens e serviços, mais aumentava o contingente de despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente.

Nos modos de produção que antecederam o capitalismo, como o escravismo e o sistema feudal, a pobreza estava associada a um quadro geral de escassez, devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, mas, de maneira contrária, no sistema capitalista a pobreza, ou pauperismo é produzido no cenário do aumento da produtividade. Nesse quadro, o pauperismo se torna manifestação da “questão social”⁹.

Segundo Netto (2001), a questão social é constitutiva do desenvolvimento do sistema capitalista. Nesse sentido, Iamamoto (2001) define a questão social como expressão das desigualdades sociais geradas pelo processo de acumulação capitalista que tem por alavanca o aumento da produtividade. Para promover tal aumento, os proprietários capitalistas incorporam avanços técnicos e científicos (a exemplo das máquinas) no processo de produção, possibilitando ao capitalista extrair maior quantidade de trabalho de uma menor parcela de trabalhadores e lançando um grande contingente ao desemprego e conseqüentemente ao pauperismo.

Esse sistema que gerou a questão social e transforma o trabalho em sofrimento e alienação, se encontra em constante transformação, buscando maximizar a extração de mais-valia e modernizar o padrão de acumulação, às custas da exploração dos trabalhadores.

Nesse contexto, parte da classe trabalhadora é lançada fora da produção, constituindo o que Marx (2010) chama de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, material humano disponível que pertence ao capital e que está sempre pronto para ser explorado por esse mesmo capital. Esse exército industrial de reserva vai, inclusive, ser determinante para a redução do valor do salário, na medida em que eleva a oferta de força de trabalho. A superpopulação relativa existe sob vários aspectos e todo o trabalhador dela faz parte no período em que se encontra parcialmente empregado ou desempregado.

⁸ Expropriação por parte dos proprietários dos meios de produção, das riquezas produzidas pela força de trabalho (Arregui et al, 2023, p.160).

⁹ Materialização das desigualdades sociais decorrentes da apropriação privada do trabalho no interior do sistema capitalista. (Arregui et al, 2023, p.143)

Na dinâmica do capitalismo, marcado pela acumulação, enquanto o capitalista acumula riquezas, o trabalhador, produtor de riquezas tenta sobreviver com um salário necessário apenas à sua reprodução. Assim, segundo Antunes (2011), aquilo que deveria constituir a forma humana de realização do indivíduo limita-se à possibilidade de sobrevivência do despossuído.

Observa-se, então, a desrealização do ser social. O produto do processo de trabalho surge ao trabalhador como algo que lhe é alheio e estranho, na medida em que a força de trabalho produz para a acumulação capitalista e o trabalhador não tem acesso à maioria das mercadorias que ele produziu. Marx (2010) aponta que, por um lado, o processo produtivo transforma de modo contínuo a riqueza material em capital, mas por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo do mesmo jeito que entrou, como fonte pessoal de riqueza, mas desprovido dos meios para realizá-la em seu proveito.

Como ressalta Macedo (2018), o produto do trabalho realizado pelo trabalhador não lhe pertence, constituindo propriedade do capitalista. Nessa perspectiva a força de trabalho é vendida como mercadoria.

Assim, verifica-se que, no capitalismo, o homem não mais produz segundo sua individualidade e necessidade interna; o trabalho não mais pertence à sua essência como uma livre manifestação da vida. Ele não tem mais o domínio sobre todo o processo e o produto de seu trabalho não lhe pertence, constituindo o trabalho alienado (Macedo, 2018, p.243).

Antes de entrar no processo produtivo, o trabalhador aliena seu próprio trabalho, o qual se torna propriedade do capitalista e é incorporado ao capital e seu trabalho se materializa em produtos alheios. O trabalhador produz riqueza objetiva, porém, sob a forma de capital, uma força que lhe é estranha e lhe domina e explora. No capitalismo, os produtos e valores que resultam do trabalho não se revelam como objetivações humanizadoras e sim como algo que escapa ao controle do indivíduo e passa a controlá-lo. Tem-se, assim, uma inversão: a alienação.

Marx (2010) identifica a alienação do trabalho em dois aspectos. O primeiro aspecto é a relação do trabalhador com o seu produto de trabalho, como algo que lhe é alheio, separado e que exerce poder sobre ele. O segundo aspecto se refere à relação do trabalhador com o seu próprio trabalho, que lhe é alheio e lhe traz sofrimento. O trabalho aparece ao homem somente como um modo de satisfazer a necessidade de manutenção da existência física. Uma vez estranhado frente ao produto do seu trabalho e diante do próprio processo de trabalho, o ser social se transforma em um estranho perante ele mesmo, se convertendo em um simples

meio para outros homens.

Antunes;Alves (2004) destacam que na condição da separação do trabalho, a alienação assume a forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida publica e vida particular.

Contrariamente à interpretação que vê a transformação tecnológica movendo-se em direção à idade de ouro de um capitalismo saneado, próspero e harmonioso, estamos presenciando um processo histórico de desintegração, que se dirige para um aumento do antagonismo, o aprofundamento das contradições do capital (Antunes; Alves, 2004, p.348).

De acordo com Antunes (2011), no interior da ordem capitalista, o produto do trabalho não serve para a satisfação das necessidades do trabalhador, mas se volta para a satisfação das necessidades do capitalista. Ao trabalhador lhe é totalmente indiferente o tipo de valores de uso que ele produz, não tendo relação alguma com esses valores. O que o trabalhador desenvolve para a satisfação de suas necessidades é o trabalho abstrato, que gera o valor da mercadoria. O trabalhador produz somente para se manter e se reproduzir enquanto força de trabalho.

Nesse sentido, Macedo (2018) afirma que o sistema capitalista transforma o homem em mercadoria, que necessita vender sua força de trabalho e consumir o mínimo para se reproduzir. Mas, esse sistema que torna o trabalho sofrimento e alienação, se encontra em constante transformação, buscando maximizar a extração de mais-valia e modernizar o padrão de acumulação, às custas da exploração dos trabalhadores.

Para satisfazer necessidades do capitalista, o trabalho não dá conta de incluir as pessoas. Principalmente com as transformações no mundo do trabalho, voltadas para a satisfação de tais necessidades, como a crescente incorporação de novas tecnologias no processo produtivo e a obtenção de lucro. Diante dessa dinâmica mais avançada da produção, o desemprego se torna crônico, uma vez que:

[...] alcançou uma escala mundial, atingindo jovens, adultos, mulheres e até mesmo os que estão inseridos no mercado de trabalho gerando a insegurança de a qualquer momento serem substituídos pela máquina ou simplesmente serem expelidos com o enxugamento da empresa [...]. (Bezerra, 2009, p.2)

Desta maneira, como destaca Bezerra (2009), o capital define o destino dos trabalhadores de forma brutal, ora absorvendo-os, ora expulsando-os do processo produtivo. Essa condição tende-se a agravar, pois faz parte da contradição do capital no seu modo capitalista de ser.

Nessa linha de raciocínio, Coutinho et al (2020) abordam o desemprego crônico como a tendência contraditória¹⁰ e particularizada do capital. Esse modo de desemprego consiste em uma das maiores problemáticas do capitalismo periférico e dependente, nos países latino-americanos como o Brasil, por exemplo.

¹⁰ As contradições do capital podem ser agrupadas em duas categorias: fundamentais e metabólicas. As contradições fundamentais são impulsionadas pelo processo de acumulação do capital, como a contradição entre valor de uso e valor de troca, superprodução e demanda efetiva, produção social e apropriação privada, entre outras. As contradições metabólicas se referem à relação do homem com a natureza, como as contradições históricas entre o capital e a natureza e as contradições entre o capital e a saúde humana. As contradições metabólicas do capital acompanham as contradições fundamentais do modo de produção capitalista, manifestando-se como crise ecológica, crise sanitária e crise humana. Elas dizem respeito às “fraturas metabólicas” operadas pelo capital no corpo orgânico do homem (a natureza externa e a natureza interna do homem). (Alves, 2020, pp.57-58; 62)

1.1: SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

A teoria da dependência, conforme Oliveira e Silva (2020), foi desenvolvida a partir da década de 1960 por autores como Ruy Marini e Vânia Bambirra com a finalidade de entender a especificidade do desenvolvimento histórico do capitalismo independente na América Latina. Tratava-se, por um lado, de um acerto de contas com as análises marxistas mecanicistas que enquadravam o desenvolvimento das economias dependentes nas fórmulas extraídas da análise do desenvolvimento do sistema capitalista inglês e, por outro lado, submeter a crítica à teoria do desenvolvimento no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), nos anos de 1950 e 1960.

Conforme Paiva, Gurgel e Souza Filho (2023), a teoria apresentada pela CEPAL apontava a industrialização como libertadora das condições de atraso dos países latino-americanos e buscava promover a industrialização, como investimentos combinados entre O Estado e o capital privado “[...] com protagonismo do capital nacional, visando superar o estágio subdesenvolvido de uma economia primário-exportadora [...]” (Paiva; Gurgel; Souza Filho, 2023, p.2)

Ainda de acordo com os autores em questão, a CEPAL propunha um programa de industrialização que contasse com o Estado e consistisse em uma espécie de poupança interna suficiente para investimentos capazes de promover a independência e a autonomia da América Latina. No entanto, a insuficiência da poupança interna, as perdas na balança comercial e a necessidade de divisas para o financiamento de importações, propiciaram que o capital estrangeiro ocupasse gradativamente, com seu padrão tecnológico, um espaço cada vez mais amplo na industrialização dos países latino-americanos. Contrariando os pressupostos da CEPAL, verificou-se volumosa entrada de capitais estrangeiros. No final da década de 1950, desenvolveu-se forte ligação entre o Estado, os capitais locais e o capital dos países desenvolvidos.

Segundo Marini (2011), o processo de dependência do capitalismo latino-americano está relacionado com a fase imperialista da economia mundial. Nessa perspectiva, verifica-se uma relação de dependência entre nações independentes, cujas relações de produção dos países subordinados são alteradas ou recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência.

Deste modo, como afirmam Souza e Souza (2022), os países dependentes são, formalmente independentes, mas dependentes economicamente, pois se inseriram de forma

subordinada nos marcos da economia mundial, acarretando um tipo específico de desenvolvimento na região, diferente das formas de desenvolvimento da Europa e dos Estados Unidos.

A forma de inserção da América Latina no mercado mundial é, de acordo com Marini (2011) determinante das condições do capitalismo e do trabalho nos países industriais e nos países periféricos. A colonização desses países se deu para a acumulação de capitais nos países centrais, o que foi determinante para a inserção dos países latino-americanos no mercado mundial, como exportadores de alimentos e matérias-primas.

Analizando o desenvolvimento do sistema capitalista na América Latina, Bambirra (2019) afirma que o sistema capitalismo latino-americano integrou-se a capitalismo hegemônico, dos países centrais, especificamente dos Estados Unidos. Este país emergiu como superpotência a partir de 1945, no contexto do final da Segunda Guerra Mundial.

Como não sofreram os impactos da guerra em seu território, os Estados Unidos concentraram grande parte dos conhecimentos tecnológicos produzidos na época e aplicaram tais conhecimentos na produção, possibilitando a elevação dos níveis de produtividade daquele país.

Na condição de superpotência, os Estados Unidos consolidaram o processo e integração comercial, empresarial, financeira, política, militar e cultural, mediante a proliferação de empresas multinacionais que se estabeleceram em todos os países capitalistas por meio de acordos regionais de comércio; criação de sistemas financeiros internacionais e instalação e organismos de coordenação de decisões políticas e militares. Esse processo de expansão e de integração do capital estadunidense, segundo Bambirra (2019), foi mais intenso na América Latina e teve como consequências: o domínio e o controle do capital estrangeiro, dos setores produtivos industriais em desenvolvimento; absorção, por parte das multinacionais, de empresas nacionais através de compras, fusões ou associações; desnacionalização gradual da propriedade privada dos meios de produção nos setores industriais até então sob controle dos produtores nacionais e articulação entre os interesses das empresas estrangeiras e os interesses das elites locais; exploração do trabalho e crescimento do desemprego, principalmente entre os trabalhadores rurais que, ao longo do tempo migraram em grande número para as áreas urbanas que, por sua vez não tiveram condições de absorver a mão de obra oriunda do campo.

No que se refere propriamente à exploração do trabalho, Marini (2011) destaca que, não tendo capacidade para incrementar, melhorar seu processo produtivo, como ocorre nos países industriais, a economia dependente vai aumentar o tempo de trabalho excedente, isto é,

o tempo de trabalho destinado à acumulação de lucro.

Para Marini (2011), essa exploração é na realidade uma superexploração da força de trabalho, uma vez que supera em muito, a extração da mais-valia, ou seja, a exploração comum das relações capitalistas. Trata-se de uma maior exploração do trabalhador com: intensificação do trabalho; prolongamento da jornada de trabalho e remuneração do trabalhador em níveis salariais necessários abaixo do valor da força de trabalho.

Conforme Souza; Souza (2022), a superexploração da força de trabalho ressaltada por Marini (2011) é definida como o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, correspondendo ao valor dos bens que garantam a reprodução física, social e cultural do trabalhador e de sua família. Deste modo, a economia dependente é fundamentada na exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

Ainda segundo Souza (2022), a superexploração da força de trabalho afeta a economia interna do país dependente, pois, se paga um salário abaixo do valor da força de trabalho, estrangula-se o mercado interno de bens de consumo de massa. De acordo com Marini (2011), tendo baixa remuneração o trabalhador das economias dependentes consome apenas o necessário para a sua reprodução.

A tendência então é que haja um baixo nível de crescimento no capitalismo dependente. Ao superexplorar os trabalhadores e esmagar o mercado interno, a economia dependente gera contradições não apenas com os trabalhadores, mas também com a parcela da burguesia nacional vinculada ao meios de produção [...] (Souza; Souza, 2022, p.44).

Em relação ao desemprego, observa-se que a penetração do capital estrangeiro provocou o surgimento de uma superpopulação relativa, ou seja, de mão de obra não empregada e à disposição do capital. E, nessa condição, tal mão de obra se sujeita a formas de trabalho precárias e vive em condições degradantes.

[...] a existência de uma superpopulação relativa seria condição relevante para as consecutivas etapas de reprodução do capital, dado que a existência de um contingente populacional cada vez mais extenso não só condiciona uma permanente disponibilidade de mão de obra a ser explorada pelo capital nos momentos de ampliação de sua base técnica, mas também cria constantemente pressões sobre os salários (Duarte, 2013, p.228).

O desemprego, especificamente nos países dependentes, como o Brasil, afeta de modo direto a sobrevivência de um número cada vez mais significativo de trabalhadores e não somente os indivíduos “incapacitados” ou em qualificação para o trabalho. Pelo contrário, a dimensão do desemprego passa por todas as categorias de trabalhadores, sejam qualificados

ou não. E, o desemprego exacerbado promove o aumento da incidência de novas formas de trabalho, como o trabalho temporário, terceirizado, subcontratado e precário. Com o desemprego agrava-se a desigualdade social “[...] pois reflete nas condições materiais de existência da classe trabalhadora [...]” (Coutinho et al, 2020, p.129)

Como afirma Bezerra (2009), o desemprego crônico afeta a classe trabalhadora em termos de instabilidade, provocando o aumento do pauperismo. Essa instabilidade cresce e o desemprego crônico aumentam em proporções de acordo com as necessidades do capitalista. Deste modo, as fileiras do desemprego condenam a humanidade, especialmente a classe trabalhadora dos países dependentes, como o Brasil, à condição de população supérflua.

A dificuldade de obter trabalho e renda pode variar de acordo com as configurações familiares, que naturaliza a família nuclear. Desta maneira, as fileiras do desemprego condenam a humanidade, especialmente a classe trabalhadora dos países dependentes, como o Brasil, à condição de população supérflua.

Particularmente, em Mariana, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), em 2021, a proporção de pessoas empregadas em relação à população total era de 31,73% e o salário médio mensal era de 2,4 salários mínimos. Levando-se em consideração domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa “[...] tinha 36,7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 448 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 3230 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2022, n.p.). A dificuldade de obter trabalho e renda pode variar de acordo com as configurações familiares, que naturaliza a família nuclear. Para maior compreensão dessas configurações, passa-se a abordar a família contemporânea no contexto do sistema capitalista.

1.2: FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E CAPITALISMO

No modo de produção capitalista, a ideologia dominante tende a privilegiar o padrão patriarcal-monogâmico burguês de família, excluindo as configurações distanciadas dessa referência capitalista. Esse modelo de família é, de acordo com Pereira; Horst (2021), definida pelos conservadores burgueses como a base moral e ideal da sociedade, por meio da qual se transmite os valores e as tradições, que contribuem para eternizar as formas de organização dessa sociedade, contribuindo então para eternizar as formas de organização dessa sociedade. Horst; Mioto (2021) afirmam que esse modelo de família se caracteriza pela tradicional distinção entre os papéis do homem e da mulher. Ao homem, responsável pela disciplina e autoridade, cabe prover o sustento da família e o papel da mulher “[...] remete ao cuidado dos filhos [...].” (Narvaz; Koller, 2006, p.52). De acordo com Narvaz; Koller (2006), na família nuclear, formada pelos pais e seus filhos, é função do pai prover o sustento do lar e papel da mãe cuidar das tarefas domésticas e dos filhos.

Esse tipo de família em que a autoridade estava sob domínio do homem, foi consolidado na Roma Antiga, cujo chefe mantinha sob o seu domínio a mulher, os filhos e certo número de escravos, tendo direito de vida e morte sobre todos eles. O domínio paterno e a incorporação de escravos eram traços essenciais desse tipo de família. Nesse contexto, o conceito de família não se aplicava ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas exclusivamente aos escravos. “[...] Famulus quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem [...].” (Engels, 2012, p.15)

Segundo Souza e Lima (2019), o modelo patriarcal de família (mais comum entre os séculos XVII e XIX) se pautou no Brasil pela autoridade máxima e poder incontestável do pai de família sobre outros familiares, em um poder incontestável. Esse poder incontestável abrangia parentes e agregados, uma vez que as famílias consistiam em clãs que tinham por finalidade legitimar e assegurar o poder de seu chefe. Os casamentos eram realizados com o objetivo de unir famílias importantes, tendo em vista questões de herança e sucessão.

A forma patriarcal de família marca a transição do matrimônio sindiásmico¹¹ à monogamia. A família monogâmica tem por base o predomínio do homem e distingue-se do matrimônio sindiásmico pela maior solidez dos laços conjugais, que não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. “[...] Agora, como regra, só o homem pode rompê-los e

¹¹ Refere-se a um modelo de família matriarcal, em que um homem vive com uma mulher, de tal modo que a poligamia e a infidelidade constituem direito dos homens. Nesse modelo, o vínculo conjugal dissolve-se facilmente por uma ou outra parte e os filhos pertencem exclusivamente à mãe. (Engels, 2012, p.10)

repudiar sua mulher [...]” (Engels, 2012, p.17).

Nesse sentido, Campos; Teixeira (2010) destacam que a construção da masculinidade e da feminilidade é histórica, ou seja, no decorrer do tempo as sociedades elaboram um conjunto de práticas, normas e valores que definem comportamentos e atitudes próprios a homens e a mulheres. Tal construção prescreve a relação entre ambos, geralmente caracterizadas pela desigualdade, criando uma hierarquia de gêneros.¹²

Essa hierarquia tem origem no contexto do desenvolvimento de todos os ramos da produção: agricultura, ofícios manuais e criação de rebanhos. A partir de então, de acordo com Engels (2012), operou-se uma revolução na família. A criação e domesticação dos rebanhos consistia em nova fonte de alimentos e eram de responsabilidade do homem. Desta forma, o homem passa a representar o provedor da família e à mulher caberia as tarefas domésticas, isto é, o cuidado do lar e dos filhos.

No Brasil, o processo de industrialização ao longo do século XX contribuiu para a transformação do modelo patriarcal de família, predominante no país. O desenvolvimento das indústrias nas cidades traz a oferta de trabalho e consequentemente a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Deste modo “[...] a mulher então saiu da esfera exclusiva do lar. Iniciava-se a divisão das tarefas entre homens e mulheres, e com o passar dos anos, o sistema patriarcal começou a ser questionado ” (Fagundes, 2017).

A maior incidência da mulher no mercado de trabalho tem a ver com a industrialização iniciada a partir do segmento têxtil que precisou contar com a força de trabalho feminina, socialmente mais preparada para essa produção, mas, também, tem a ver com o desenvolvimento desse modo de produção e o avanço das tecnologias, que tornou a mulher mais disponível no mercado de trabalho.

Nesse compasso, Horst (2018) ressalta a legalização do divórcio, em 1977; o desenvolvimento tecnológico que disponibilizou a pílula anticoncepcional; a inseminação artificial e as fertilizações in vitro, que separou a sexualidade da reprodução. Outra tecnologia que contribuiu para transformações no modelo tradicional de família foi a difusão do exame de DNA na comprovação da paternidade, abrindo caminho para que esta fosse reivindicada “[...] o que gerou impactos no lugar do masculino dentro da família, ao forçar o homem a uma responsabilidade que historicamente se ausentou.” (Sarti, 2005 apud Horst, 2018, p.31). Todo esse avanço tecnológico foi importante, segundo Horst (2018), para a queda da taxa de

¹² Parágrafo extraído do Projeto de Mestrado de minha autoria, intitulado “Possibilidades e desafios das mulheres empreendedoras beneficiárias do Programa de Renda Mínima em Mariana, Minas Gerais.

fecundidade e consequente alteração na composição e no tamanho da unidade familiar.

Horst; Mioto (2021) mencionam dados oficiais de pesquisas realizadas pelo IBGE, ao longo das primeiras décadas do século XXI e que demonstram o aumento da diversidade de famílias no Brasil: unipessoais; casal com filhos; casal sem filhos e famílias monoparentais femininas. Kobelinski (2020) destaca: a) família plural; b) família adotiva; c) família de pais homossexuais e d) família monoparental. A família plural, denominada abrangente ou coabitada, em que residem os membros da família nuclear, tios, avós e netos de gravidez precoce ou que moram com seus avós por necessidade, como por exemplo no caso de mães encarceradas. Também existem casos em que os avós vão morar com as famílias devido a adoecimento. Esse modelo familiar tem por característica principal é a possibilidade de escolher seus membros constituintes da família de acordo com seus enlaces socioafetivos.

Os modelos familiares atuais e plurais, isto é, que não seguem um modelo idealizado, correspondem aos modelos de família que sempre existiram no Brasil, especialmente nas camadas populares e se caracterizam pelas soluções reais de configurações de muitas famílias (Kobelinski, 2020, p.53).

Na contemporaneidade, verifica-se, o aumento do número de uniões consensuais; de pessoas vivendo sozinhas e da família monoparental. As famílias têm deixado de ser cada vez mais tradicionais, conforme o modelo burguês. Nesse compasso, Santana (2014) destaca que na atualidade não existe um modelo único de família e que, não obstante seja a instituição mais importante de nossa sociedade, a família tem passado por mudanças significativas em sua estrutura.

Ao se pensar na família hoje, deve-se considerar as mudanças que ocorrem em nossa sociedade, como estão se construindo as novas relações humanas e de que forma as pessoas estão cuidando de suas vidas familiares. As mudanças que vem ocorrendo no mundo afetam a dinâmica familiar como um todo e, de forma particular, cada família conforme sua composição, história e pertencimento social (Santana, 2014, n.p.).

A maior incidência da mulher no mercado de trabalho tem a ver com o desenvolvimento do capitalismo e o avanço das tecnologias, mas também com a precarização do trabalho e dos direitos sociais, que obriga a mulher a contribuir com o rendimento familiar.

A precarização do trabalho e dos direitos humanos, ao mesmo tempo, que naturaliza a família tradicional e o espaço doméstico como feminino, para manter a reprodução do trabalhador e suprir o que não tem sido garantido pelo Estado, tem tornado implacável o modelo tradicional de família.

Verifica-se que, como destacam Souza; Lima (2019), a ideologia familista transfere às famílias funções anteriormente assumidas pelo Estado, ou seja, responsabiliza a família em primeira instância, pela proteção de todos os seus membros. Nessa perspectiva, Pereira; Horst (2021) destacam o familismo como mecanismo de dominação ideológica, que se reproduz como estratégia de responsabilização dos indivíduos e suas famílias pelo caos provocado pela sociabilidade burguesa.

As determinações do neoconservadorismo contribuem para o mascaramento dos determinantes e fundamentos do sistema do capital e suas crises; deslocam as questões, que somente coletivamente poderão ser resolvidas, para o âmbito ‘particular’; e centralizam as famílias como naturalmente responsáveis pelos seus membros e, no interior destas, constroem o apassivamento dos sujeitos, a produção de consensos, já que se trata de um problema da minha família e não da sociabilidade burguesa (Pereira; Horst, p.205).

Mas, pelas próprias contradições do capitalismo, a família não dá conta de cumprir as funções que lhes são atribuídas pelo sistema capitalista. De acordo com Horst; Miotto (2021), os grupos neoconservadores¹³ – ultraliberais econômicos¹⁴ e conservadores morais¹⁵ – que detém o poder se colocam como defensores da família tradicional. Defendem no plano moral e socioeconômico o modelo de família nuclear, tido como natural, com papéis definidos, contrário à diversidade de famílias existentes.

Ao mesmo tempo é valorizada como unidade privada, natural e, logo, dotada de responsabilidades que devem se ampliar na medida em que o Estado se recusa a ofertar e garantir serviços sociais públicos e gratuitos. Nessa direção, compreendemos o avanço do neoconservadorismo como expressão da crise estrutural do capital e a pauta “em defesa da família” como elemento comum entre distintos grupos, que se configuram na construção de uma ideologia da família, familista (Horst; Miotto, 2021, p.49).

Para Horst; Miotto (2021), a família patriarcal-monogâmica burguesa vai ser responsabilizada pela estruturação da sociabilidade capitalista e, por isso, as instituições que desviam moralmente desse padrão de família tendem a ser culpabilizadas pelas determinações oriundas da lei geral de acumulação capitalista e da exploração da força do trabalho. Nesse compasso, as famílias “[...] têm servido para ocultar os efeitos das determinações políticas e,

¹³ O neoconservadorismo constitui a junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios neoliberais. Do conservadorismo clássico, mantém-se a tradição, a experiência, o preconceito, a hierarquia, a ordem e a autoridade valorizando-se a família patriarcal e a igreja. (Barroco, 2022, p.13)

¹⁴ O ultraliberalismo econômico prega a centralidade do mercado e a não intervenção estatal na economia onde qualquer desigualdade é justa por natureza. (Horst; Miotto, 2021, p.49)

¹⁵ O conservadorismo moral alia-se às mais variadas forças conservadoras, acreditando que existe uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. (Horst; Miotto, 2021, p.50)

ao mesmo tempo, para assumir seu ônus” (Horst; Miotto, 2021, p.49).

Mészáros (2011) enfatiza que os porta-vozes do capital e do mundo empresarial lançam sobre a família a responsabilidade pelas disfunções e falhas da sociedade, enfatizando a necessidade do retorno aos valores da família tradicional, sem problematizar criticamente as contradições e a insustentabilidade do capitalismo. Isto constitui “[...] um exemplo característico da tentativa de se resolver problemas brincando com os efeitos e consequências, por jamais conseguir tratar das causas subjacentes” (Mészáros, 2011, p.272).

Como afirma Mészáros (2011), o sistema capitalista atribui à família funções destinadas à manutenção do domínio do capital sobre a sociedade, mediante a transmissão a seus membros, de um sistema de valores iníquo, que não possibilita contestar a autoridade do capital.

A existência de um tipo de família que permitisse à geração mais jovem pensar em seu papel futuro na vida em termos de um sistema de valores alternativo – realmente igualitário –, cultivando o espírito de rebeldia potencial em relação às formas existentes de subordinação, seria uma completa infâmia do ponto de vista do capital (Mészáros, 2011, p.271).

Essa culpabilização da família está associada às formas ideológicas (jurídicas, políticas, religiosas, filosóficas ou artísticas) dominantes produzidas e reproduzidas, segundo Marx (2008), a partir da infraestrutura, ou seja, do modo de produção da vida material que mistifica o real, sem desnudar os limites da família no sistema capitalista em responder aos papéis idealizados.

A mistificação do real pode ser compreendida, conforme Horst e Miotto (2021) por meio da crítica marxiana à crença de que o mundo real consiste em produto das ideias. Nesse sentido, as ideias, representações e conceitos teriam dominado e determinado os homens reais e que o pensamento, a consciência crítica colocaria fim ao estado de coisas existentes, a partir da crença de que “[...] o pensamento individual é suficiente para alcançar esse resultado [...]” (Marx; Engels, 2001, pp.105).

De acordo com Horst; Miotto (2021), a ideologia dos referidos grupos neoconservadores, enquanto burguesa, capitalista, representa a negação da realidade e da contradição. Nessa perspectiva, a reprodução do discurso da família ideal se realiza em uma dinâmica distante da realidade brasileira.

Essa ideologia impacta na vida das mulheres que conquistou espaço no mundo do trabalho, mas, não deixou de ser a principal responsável pelo trabalho doméstico e a reprodução dos membros familiares. Ao longo do tempo, a mulher vem conquistando maior

espaço do mercado de trabalho, o que tem implicado, segundo Fagundes (2017), em maior autonomia para a mulher, mas ao mesmo tempo, novas responsabilidades, sobrecarga de trabalho e maior penalização do trabalho doméstico como responsabilidade da mulher. Tal sobrecarga para a mulher, tende a se agravar no caso das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, como descrito no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2: INCLUSÃO PRODUTIVA DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS CHEFIADAS POR MULHERES

A família monoparental, de acordo com Santana (2014) é composta pela figura do pai ou da mãe, os quais podem estar na condição de separados, solteiros ou viúvos e seus filhos, sendo o modelo atual de família que mais tem crescido na sociedade.

A principal característica da família monoparental, de acordo com Fagundes (2017), é a presença do pai ou da mãe que coabitam com seus filhos sem a presença do cônjuge. A monoparentalidade ocorre no momento em que um dos pais assume a responsabilidade pelos filhos e também ocorre através de pessoas que resolvem adotar uma criança sem ter companheiro. Esse modelo de família provavelmente é o mais recorrente na atualidade entre os modernos arranjos familiares.

A palavra “monoparental” surgiu nos anos de 1970 para substituir as expressões “pai solteiro” e “mãe solteira”, que na época eram pejorativas, pois era considerado vergonhoso viver sozinho, exceto em condição de viuvez. No entanto “[...] ainda hoje o preconceito é grande nesses casos ” (Fagundes, 2017, p.38).

A família do tipo monoparental passou a ser estudada e evidenciada, segundo Oliveira e Carvalho (2018) na década de 1970, a partir de modificações significativas na sociedade, relacionadas ao matrimônio e outros fenômenos apresentados no tópico anterior. Oliveira e Carvalho (2018) chamam a atenção para o fato de que muitos determinantes para a consolidação da família monoparental não são exclusivos do mundo contemporâneo, como por exemplo, o abandono do lar por parte de um dos cônjuges ou a morte de um deles. Esses fenômenos existiram em outras épocas e ordens sociais.

Segundo Kobelinski (2020), a família monoparental foi reconhecida na Constituição Federal de 1988, no parágrafo 4º do artigo 226, que define como: “[...] como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Brasil, 1988).

As mulheres chefes de famílias monoparentais enfrentam diariamente inúmeras discriminações e exclusões engendradas na sociedade capitalista, para garantir sustento de seus filhos e prover a sua família sem proteção mínima. Desta maneira, como afirma Babiuk (2015), essas mulheres atuam sozinhas desempenhando papéis diversificados, como mãe e pai, cuidadora e profissional, acompanhando os filhos em suas atividades e exercendo uma profissão, deixando muitas vezes de atender às suas necessidades individuais.

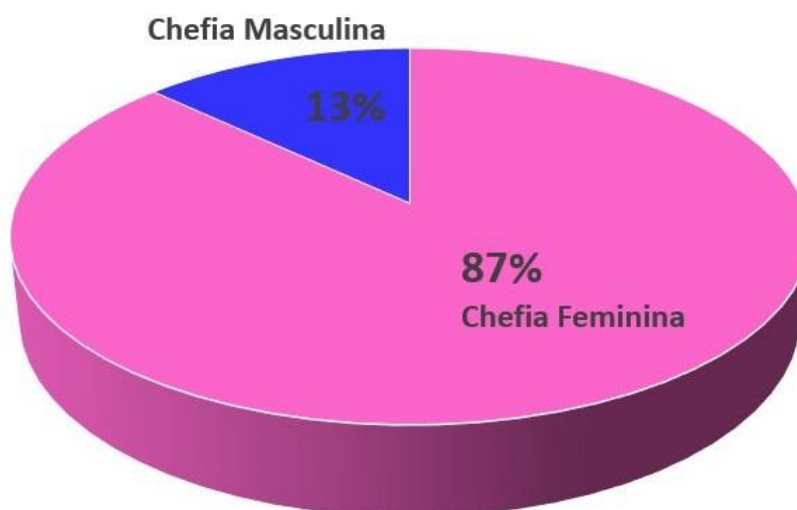
Kobelinski (2020) informa, com base em dados do IBGE (2010), que a monoparentalidade feminina cresceu no Brasil ao longo dos anos 2000 e alcançou um

contingente maior do que a família monoparental masculina, já que do total de 9.253.937 famílias com essa configuração, 88% são chefiadas por mulheres e apenas 12% por homens.

De acordo com Cavenaghi; Alves (2018), o modelo de família monoparental aumentou em todas as regiões do Brasil. Apresentou um crescimento de 273% no Norte, de 213% no Nordeste, de 191% no Sudeste, de 200% no Sul e 218% no Centro-Oeste.

Em 2022, de 12,7 milhões de famílias monoparentais com filhos, 87% tinham chefia feminina e 13% masculina, como mostra o Gráfico 1. Das 12,7 milhões de famílias monoparentais com filhos, 87% são chefiadas por mulheres e 13% por homens. Há muito mais mães solteiras do que pais solteiros. Nos demais núcleos familiares, a diferença não é tão grande: 51% das famílias são chefiadas por mulheres, no Brasil.

Gráfico 1: Dados Atuais do IBGE - Famílias Monoparentais Femininas no Brasil 2022



Dentre os fatores para o crescimento, no Brasil, das famílias monoparentais chefiadas por mulheres que, na maioria dos casos detem a guarda dos filhos, estão conforme Fagundes (2017): o aumento da expectativa de vida da mulher que tende a ficar viúva; o machismo; o crescimento do número de divórcios e separações e a mudança de valores no que se refere ao casamento e aos valores sexuais, uma vez que na atualidade algumas mulheres optam pela chamada produção independente.

Assim, a monoparentalidade feminina pode ser uma opção da mulher que escolhe, motivadas pelo adultério e pela violência, praticados pelo cônjuge, por exemplo, viver sem a presença de um companheiro. Desta forma “[...] a monoparentalidade configura-se como uma das formas de reafirmar o processo de emancipação das mulheres na sociedade

contemporânea” (Babiuk, 2015, p.3).

Nessas condições, as mulheres costumam ser as únicas provedoras da sua família. Precisam geralmente conciliar trabalho com baixa remuneração e trabalho de reprodução da família e, por isso, encontram muitas dificuldades no mercado de trabalho. Devido ao fato de assumir diversos papéis, as mulheres chefes de família enfrentam várias dificuldades, principalmente, no que diz respeito à sua qualificação, à sua inserção do mercado de trabalho e ao ganho referente a sua renda, ou seja, essas dificuldades englobam empregos mal qualificados, que acarretam em baixos salários, prejudicando a situação econômica do lar.

A própria responsabilidade das mulheres com seus filhos constitui outro fator dificultador da inserção e permanência da mulher no mercado de trabalho, principalmente quando não possuem alguém que possa lhes auxiliar e não encontram creches para deixar os filhos. Assim “[...] a vulnerabilidade, a fragilidade financeira e educacional também dificulta a participação da mãe na vida familiar” (Fagundes, 2017, p.42).

Além disso, a chefia monoparental feminina é vista com preconceito por parte da sociedade, uma vez que a família nuclear, que tem o homem como figura, principalmente é vista como modelo ideal a ser seguido. Isso causa nas famílias chefiadas por mulheres “[...] um sentimento de fracasso e de não aceitação perante a sociedade e até mesmo por demais familiares (tios, primos, avós, entre outros)” (Fagundes, 2017, p.41).

Nessa linha de pensamento, Kobelinski (2020) afirma que, as mulheres provedoras, mesmo que inseridas em uma realidade marcada por dificuldades e são obrigadas a sustentar sozinhas sua família. E, para agravar essa situação, verifica-se que as redes de apoio para essas mulheres são ainda fragilizadas, pois, a falta de alternativas de cuidado, assistência e educação para as crianças pequenas no Brasil dificulta o trabalho da mulher fora de casa.

A condição de gênero, a responsabilidade pela esfera doméstica, pelo cuidado dos filhos sem uma rede de proteção social, sem acesso a um trabalho e salário dignos, potencializa a condição de vulnerabilidade, ficando a mulher dependente de benefícios providos pelas políticas de assistência, que por sua vez, além de quantitativamente baixos, são seletivos, focalizados e temporários (Kobelinski, 2020, p.70).

De acordo com Kobelinski (2020), as famílias monoparentais chefiadas por mulheres são atingidas principalmente por dois fatores sociais: a pobreza e a insuficiência de programas e políticas públicas de gênero, como: orientação e encaminhamento para os serviços socioassistenciais; orientação sociofamiliar; informação sobre direitos sociais; acompanhamento profissional com o intuito de fortalecer a autonomia e a mobilização para o exercício da cidadania; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social e associação com

serviços de outras políticas públicas setoriais.

Nessa perspectiva, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres são geralmente relacionadas à população mais empobrecida, pois, nesse segmento social observa-se a busca por melhores condições de vida e de sobrevivência. Tais famílias dependem cada vez mais da intervenção do setor público.

Oliveira; Carvalho (2018) enfatizam a situação de vulnerabilidade de famílias monoparentais chefiadas por mulheres associada à falta de oportunidade, para a mulher no mercado de trabalho e desigualdade de funções relacionadas ao homem. No mundo do trabalho, geralmente ainda são atribuídas à mulher atividades cujo salário é inferior do que aquele recebido pelos homens.

Segundo Bocchini (2023), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que o salário médio mensal das mulheres no mercado de trabalho brasileiro é 21% menor do que o dos homens. Mesmo em setores de atividades nos quais as mulheres constituem maioria, elas recebem menos. Nos serviços domésticos, as trabalhadoras ocupam aproximadamente 90% das vagas e o salário é 20% menor do que o dos homens. Nas áreas da saúde, educação e serviços sociais, mulheres representam 75% do total e recebem salários 32% abaixo dos recebidos pelos homens.

Ainda segundo tal Pesquisa, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres brancas com filhos possuem renda de aproximadamente R\$3500,00 e por mulheres negras com filhos, R\$2300,00. Já as famílias de homens brancos com filhos, a renda é de R\$4860,00 e de homens negros com filhos é de R\$2900,00.

Deste modo, pode-se falar em feminização da pobreza, conceito que segundo Medeiros e Costa (2008) surge na década de 1970 e vai ser popularizado apenas no início da década de 1990. Enfatizando a necessidade de considerar, na definição do conceito de feminização da pobreza, os níveis de pobreza desfavoráveis às mulheres ou às famílias que elas chefiam. Essa definição proporciona uma ferramenta eficaz para a condução da análise de políticas públicas.

Conforme Kobelinski (2020), a feminização da pobreza consiste em um fenômeno que coloca em evidência os impactos desiguais do capitalismo, em sua configuração atual, sobre a vida das mulheres das camadas menos favorecidas, cuja renda não acompanha a dos homens e estão mais sujeitas à precarização do trabalho e ao desemprego.

Analisando a relação entre família monoparental feminina e pobreza, Oliveira; Carvalho (2018), afirmam que a renda é um indicador importante da condição das famílias,

pois determinam o acesso delas aos bens materiais e recursos básicos como saúde e educação, diante da ausência de políticas universais que garantam o acesso efetivo da população a tais recursos. [...] Com a mercantilização do acesso, uma grande parte dos pobres fica excluída, restando a esses apenas os serviços básicos, e quando necessitam de serviços mais específicos precisam enfrentar longos períodos de espera” (Sousa, 2011, p.4 apud Oliveira; Carvalho, 2018, p.346).

Para Oliveira; Carvalho (2018), além da renda, outros elementos devem ser considerados como indicadores das condições de pobreza das famílias, como a inserção no mundo do trabalho; o acesso a títulos de propriedade e fatores como gênero e etnia que contribuem para a compreensão dos motivos pelos quais determinadas particularidades tornam alguns grupos familiares mais vulneráveis à pobreza.

Kobelinski (2020) destaca que a feminização da pobreza é acentuada em famílias nas quais a provedora é chefiada por uma mulher negra, já que essas famílias representam menores condições de proporcionar recursos básicos para seus filhos. Desta maneira, tais mulheres sofrem com o peso de sua raça, em que o preconceito se entrelaça nas suas vidas, limitando o desenvolvimento de suas capacidades.

De modo geral, as famílias monoparentais femininas, assim como as famílias pobres estão inseridas em desigualdades históricas em relação aos modos de viver e, em decorrência disso, são representadas como “desestruturadas”.

Estas famílias vivenciam a realidade do desemprego ou inserções precárias cujas consequências são os baixos rendimentos, a falta de oportunidades educacionais, acesso limitado e baixa qualidade dos serviços de saúde, infraestrutura habitacional e segregação socioespacial. Tudo isso conforma um conjunto de desvantagens sociais alimentadas pelo caráter limitado de seu patrimônio cultural (Kobelinski, 2020, p.100).

Entretanto, o modelo ideal de família, tão defendido pela ideologia dominante no Brasil contemporâneo, como ressaltam Horst e Mito (2021), faz com que, diante da impossibilidade de vivenciar tal modelo, indivíduos acatem para si os impactos do modo de produção capitalista como sendo sua própria responsabilidade.

Nesse compasso, a ideologia dominante constrói o discurso de que os problemas enfrentados pelos indivíduos e suas famílias se originam na forma de organização da família, por causa do modelo familiar. Então, a discussão das determinações estruturais é desviada para problemas decorrentes de arranjos familiares que não se “encaixam” no modelo familiar ideal da ideologia dominante, como as famílias formadas a partir do casamento homoafetivo. Assim “[...] são ocultadas as determinações sociais, econômicas, políticas e

culturais advindas do modo de produção e que afetam as famílias ” (Horst; Miotto, 2021, p.55).

Em outras palavras, a ideologia dominante busca transferir a responsabilidade da ordem capitalista para as famílias pobres, inclusive as monoparentais femininas, pela sua situação de desigualdade e de exclusão social. A ideologia dominante naturaliza a reprodução familiar como trabalho feminino e, ao mesmo tempo obriga a mulher a contribuir com os rendimentos precarizados da família.

2.1: POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO

De acordo com Netto e Braz (2012), o capitalismo contemporâneo designa a atual configuração do sistema capitalista, que se inicia nos anos de 1970, diante da crise que pôs fim aos chamados “anos dourados”, ou seja, a fase áurea do capitalismo, marcada pelo Welfare State¹⁶ (Estado de Bem-Estar Social).

Em busca de colocar fim às limitações econômicas e políticas que restringiam o movimento do capitalismo, o Estado burguês vai fortalecer a ideologia neoliberal ou neoliberalismo¹⁷, que contribuiu para legitimar o capital monopolista. Essa nova configuração do capitalismo se caracteriza, segundo Netto e Braz (2012), pela erradicação de todo tipo de regulamentação ou controle do capital, deixando-o livre para avançar.

De acordo com Boschetti (2016), as transformações trazidas pelo capitalismo contemporâneo provocaram impactos nas políticas públicas, especificamente na assistência social. O Estado de Bem-Estar Social cede espaço ao capitalismo contemporâneo, caracterizado pela mundialização do capital que, segundo Alves (2005), é o processo de desenvolvimento do sistema capitalista no âmbito mundial sob a hegemonia do capital financeiro. Este consiste em uma espécie de capital especulativo e parasitário e que representa a parte de capitalistas que valorizam o capital-dinheiro sem passar pelo setor da produção de mercadorias, florescendo em empreendimentos com papéis como títulos públicos e ações.

Na esteira da mundialização do capital, surge a acumulação flexível, caracterizada principalmente pela reestruturação produtiva e pela precarização do trabalho. Segundo Braz e Netto (2012), a reestruturação produtiva consiste em um tipo diferenciado de produção, que se manifesta pela desterritorialização da produção (deslocamento de unidades de produção para outros espaços territoriais, sobretudo países periféricos e subdesenvolvidos, onde a exploração do trabalhador é mais intensa) e pela incorporação de tecnologias (como a robótica e a microeletrônica) no processo produtivo. Tal incorporação provoca alterações na força de trabalho, como exigência de capacidade intelectual do trabalhador para a realização de atividades complexas e a divisão entre trabalhadores com alta qualificação e trabalhadores precarizados.

¹⁶ Inspirado nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes e marcado pela intervenção estatal na economia, como forma de garantir o pleno emprego e aumentar o consumo. (Montaño; Duriguetto, 2011, p.57).

¹⁷ No âmbito econômico, o neoliberalismo defende o rompimento das barreiras econômicas, como a destruição das defesas alfandegárias para garantir a livre circulação de mercadorias entre países. Já no âmbito político, defende a diminuição do papel do Estado na economia e nas questões assistencialistas (Netto; Braz, 2012, p. 239).

Desta maneira, observa no interior do processo produtivo, a existência de um núcleo formado por trabalhadores qualificados, que possuem direitos e garantias trabalhistas, em torno do qual estão presentes trabalhadores vinculados a outras empresas através da terceirização de atividades e que se submetem a baixos salários e não possuem direitos e garantias. Assim, na atual configuração do capitalismo, verifica-se “[...] a inserção precarizada da força de trabalho, cujos sujeitos são trabalhadores informais, temporários ou por conta própria” (Mota, 2010, p.13).

A situação da classe trabalhadora se agravou, ainda mais com a crise financeira de 2007 e 2008. Essa crise financeira, bancária e de subprimes (créditos de risco) manifestou-se, de acordo com Boschetti (2016), como uma bolha de especulação imobiliária nos Estados Unidos e reforçou a política neoliberal, caracterizada pela desregulamentação dos mercados financeiros e pela criação de um sistema de crédito com a finalidade de aumentar a demanda, então em baixa por causa da redução dos salários. Na perspectiva desse modelo, a produção e as vendas foram garantidas mediante o endividamento das empresas e das famílias.

Assim como as outras crises anteriores, a crise de 2007/2008 impôs, segundo Boschetti (2016), impôs derrotas às classes trabalhadores, como perdas de conquistas de melhores condições de trabalho e de seguridade social e redução de direitos trabalhistas. Tal crise provocou “[...] a agudização dos processos de expropriação social, como impacto destruidor dos parques direitos conquistados” (Boschetti, 2015, p.3).

Diante da crise, os países capitalistas, orientados pelo Banco Mundial, estabeleceram contrarreformas que, de acordo com Boschetti (2015), diminuíram os sistemas públicos de aposentadoria e de incentivo aos sistemas privados complementares. Direitos sociais como aposentadorias, pensões e saúde passaram a ser acusados de “vilões” que impedem que o capital supere a crise.

Busca-se privilegiar a amenização da pobreza por meio do atendimento das necessidades imediatas da população pobre, em detrimento da formulação de políticas universais de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social (Mota, 2017). Segundo Nascimento et.al (2017), essas políticas regidas pelo imediatismo expressam o modo conservador de se tratar os trabalhadores: o concebem como excluídos e busca incluí-los mediante a política de assistência social.

Conforme Mantovan et.al (2013), essa política foi regulamentada no Brasil pela Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, que assegura direitos fundamentais e sociais, como responsabilidade pública e estatal e estabelece a assistência social no campo da seguridade social.

Porém, de acordo com Souza e Mendes (2021), tal Constituição regulamentou a seguridade social, que ganhou maior amplitude por meio do tripé formado pelas políticas de previdência, saúde e assistência social e reconheceu a proteção social como dever do Estado.

Mas, muitas pessoas foram excluídas desses direitos, pois a Carta Magna de 1988 limitou a previdência aos trabalhadores contribuintes e restringiu a assistência a quem dela necessitasse.

Segundo Mantovan et.al (2013), em 1993, com o objetivo de regulamentar o texto constitucional, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que instituiu de forma definitiva a assistência social como um direito social não contributivo, estabelecendo que a proteção social deve ser assegurada mediante serviços, benefícios, projetos e programas.

No início do século XXI, constatou-se a necessidade de operacionalizar as políticas sociais previstas pela Constituição de 1988 e pela LOAS. Deste modo, como afirmam Martins e Mazur (2009), foi implementado por meio da Norma Operacional Básica (NOB, 2005), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Tal sistema foi elaborado sob um modelo de gestão participativa e descentralizada, com a participação das três esferas governamentais e da sociedade civil, tendo em vista a superação de políticas de clientelismo. “Este sistema também regulamenta e orienta, em todo o território nacional, as ações socioassistenciais, serviços, programas e projetos, os quais devem ter centralidade na família, seus membros e indivíduos” (Martins; Mazur, 2009, p.3).

Na perspectiva do SUAS, são criados segundo Martins e Mazur (2009), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros Especializados de Assistência Social (CREAS). O CRAS consistem em espaços onde concentram-se ações voltadas às pessoas e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, buscando-se prevenir situações de risco através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Já o CREAS são espaços voltados para pessoas e famílias cujos direitos foram violados, a exemplo de casos de violência doméstica, abuso e exploração sexual e rompimento de vínculos familiares.

Como destacam Mantovan et.al (2013), seguindo a evolução normativa da política de assistência social, em 2011 foi promulgada a Lei nº12.435, que alterou a LOAS, incluindo o SUAS e os centros de referência na legislação nacional. Também foram introduzidos novos dispositivos relacionados ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁸ e financiamento do sistema.

¹⁸ Prevista na LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência (física, mental ou sensorial de longo prazo) de qualquer idade. (Brasil, 2023, n.p.)

A política de assistência social vai ser mais demandada com as contrarreformas da previdência. Com a diminuição dos sistemas públicos de previdência social através de várias “mudanças técnicas” (que buscam mascarar a privatização); aumento da idade mínima exigida para aposentadoria; ampliação do tempo de contribuição; estabelecimento de teto máximo para aposentadorias públicas; redução dos montantes das aposentadorias e pensões; instituição de incentivo fiscal que permitiram a criação e desenvolvimento de sistemas privados de fundos de pensão; diminuição do financiamento aos sistemas públicos de saúde e criação de sistemas de saúde públicos diferenciados, ou seja:

[...] sistemas públicos mais restritos, com serviços de menor qualidade, financiados por impostos para os pobres sem emprego e manutenção de serviços de saúde contributivos públicos para trabalhadores inseridos no mercado de trabalho. (Boschetti, 2015, p.7)

Conforme Boschetti (2016), a ação estatal se restringe à manutenção de sistemas públicos básicos de aposentadorias e pensões e à regulação de planos privados de previdência e no âmbito do trabalho, promove a tensão entre assistência social e trabalho por meio das denominadas políticas de ativação. Diante da crescente precarização da vida e do trabalho, a política de assistência social, mais demandada, vai transferir renda associada a uma série de condicionalidades e à qualificação do trabalhador, em busca de substituir transferência de renda pela inclusão produtiva no mercado de trabalho. Sem problematizar a próprias condições historicamente fragilizadas do mercado de trabalho, principalmente para as mulheres.

De acordo com Souza; Mendes (2021), apesar das fragilidades do mercado brasileiro, o trabalho permanece como o modo mais justo de se obter renda. Por isso, a assistência social, incluindo a transferência de renda, reforçada como ajuda do Estado, tem historicamente focalizado os pobres como incapazes e funcionado como atestado de incompetência, que trata a questão social como problema individual.

Os programas de transferência de renda servem para reabilitar a atividade econômica, de tornar os pobres mais produtivos. Nesse compasso, Boschetti (2016) afirma que o não investimento em políticas universais de combate à pobreza e o investimento em programas focalizados serve como estratégia capitalista de coesão, integração e controle social sobre uma parcela da população pobre. Esses programas englobando trabalhadores em condições de trabalho que promovem o fortalecimento das políticas de ativação, expressas pela aceitação de qualquer negociação por parte do trabalhador para manter o emprego, mesmo sem direitos, para ter acesso à assistência social.

Essas políticas se expressam, segundo Boschetti (2015), em duas orientações: a primeira constitui o estabelecimento de subsídios fiscais e sociais para tornar o trabalho mais lucrativo para as organizações empresariais e a segunda se refere na exigência de realização de atividades em contrapartida às prestações assistenciais e de seguro desemprego. De maneira geral, as políticas de ativação:

[...] reforçam a primazia do trabalho a qualquer custo, sem direitos e estabelecem uma relação mais direta e condicional entre assistência e trabalho. Contraditoriamente, estimulam o trabalho precário e o aumento da assistência social, ao mesmo tempo em que fortalecem a velha dicotomia, segundo a qual os “pobres aptos ao trabalho” devem se submeter a qualquer tipo de atividade laboral para ter o direito de receber um benefício monetário assistencial. (Boschetti, 2015, p.5)

Sob o capitalismo contemporâneo, como destaca Boschetti (2015), a assistência social, participa ativamente do processo de reprodução ampliada da força de trabalho, não mais como política subsidiária de proteção social, mas sim na condição de política central de garantia de renda mínima necessária ao consumo e à reprodução da força de trabalho.

CAPÍTULO 3: PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA EM MARIANA, MG

De acordo com Ruschel et. al (2015), os programas de transferência de renda destinam-se, como o próprio nome sugere, à realização de uma transferência monetária, sem a necessidade de uma contribuição prévia, às famílias pobres, consideradas a partir de uma determinada renda per capita dos membros da família.

Tais programas foram formulados no início da década de 1990, em um contexto marcado pelo aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade social. Além disso, segundo Silva (2004), esse contexto também caracterizou-se pelo crescimento da violência, especificamente nos grandes centros urbanos; baixa escolaridade e baixa qualificação do trabalhador brasileiro para atender as novas demandas do mercado e elevados índices de trabalho infantil, com exploração da crianças e do adolescentes.

A transferência de renda tornou-se um direito do trabalhador a partir da Constituição Federal de 1988, condicionada aos cumprimentos, pelos usuários dessa política, de exigências, como: a frequência mínima escolar para crianças e adolescentes; a retirada destes do trabalho; o acompanhamento médico para gestantes e nutrizes; entre outras. Em alguns municípios brasileiros esses programas transferem renda condicionada, prioritariamente, aos trabalho e à qualificação profissional (Silva et. al., 2011).

O Programa de Renda Mínima foi instituído em Mariana, MG, no ano de 2001, por meio da Lei nº1.543 com o objetivo de oferecer às famílias em situação de miserabilidade¹⁹ “[...] oportunidade de exercício de atividade remunerada em frentes de trabalho transitórias na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Educação” (Mariana, 2001, p.1).

Tal programa foi criado, para atenuar o impacto do desemprego no município de Mariana, buscando proporcionar meios dignos para os chefes de família manterem seus lares. Desta forma, o chefe do Poder Executivo foi autorizado a contratar servidores para prestarem serviços em meio expediente e em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e na Secretaria Municipal de Educação. Para isso, foram criadas 140 vagas de servente destinadas a chefes de família em situação de miserabilidade (Mariana, 2001, p.1).

Em 2009, a Lei nº2.300 alterou o nome do referido programa, que passou a se chamar Programa de Renda Mínima – Inclusão Produtiva, bem como a proposta dessa política com

¹⁹ Conforme o parágrafo único do artigo em questão, trata-se da família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a meio salário mínimo mensal. (Mariana, 2001, p.1)

o objetivo de oferecer apoio às famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista a capacitação para o trabalho, auxílio econômico e promoção da dignidade (Mariana, 2009). Esse programa congrega, um conjunto de ações com o objetivo de: conceder auxílio financeiro para suprir as necessidades básicas (alimentação, vestuário, higiene e saúde) de famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade; promover a reinserção do chefe ou provedor da família, ao mercado de trabalho; promover a qualificação, capacitação e readequação profissional; incentivar a reintegração ao processo educacional; apoiar o planejamento familiar; encaminhar pessoas que precisam de atendimento específico para programas auxiliares voltados para a erradicação ou diminuição do uso de substâncias tóxicas, do álcool e do fumo, bem como promover e apoiar projetos de combate à pobreza e à fome em articulação com iniciativas locais, regionais e nacionais (Mariana, 2009).

O programa em questão propõe atender unidades familiares que terão, conforme diagnóstico da unidade familiar²⁰, seus chefes ou provedores encaminhados para projetos de qualificação profissional e geração de renda alternativa “[...] através de cursos de capacitação, oficinas, palestras e ações afins, com carga horária correspondente a 4 horas diárias, nos locais indicados pela coordenadoria do programa [...]” (Mariana, 2009, p. 2).

Em 2013, o referido programa foi, mais uma vez, reformulado por meio da Lei nº 2.737, quando passou a ser denominado de Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher residente em Mariana. Essa reformulação teve por objetivo, conceder eficácia plena ao inciso X do artigo 13²¹ da Lei Orgânica Municipal de 2009 (Mariana, 2013). A nova lei alterou a redação da lei anterior, com o objetivo de oferecer suporte às famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social “[...] com vistas para o trabalho, o auxílio econômico para erradicação da pobreza e a promoção da dignidade e do desenvolvimento humano sustentável” (Mariana, 2013, p.1).

A Lei nº 2.737/2013 compreende que a mulher, chefe de família ou provedora, constitui referência econômica da família, possui plena capacidade para o trabalho e “[...] teve sua empregabilidade limitada pela maternidade, pelos afazeres doméstico-familiares, pela baixa escolaridade ou pela falta de qualificação profissional” (Mariana, 2013, p.1).

²⁰ Diagnóstico da unidade familiar que aponte a situação de vulnerabilidade social, constituindo critério essencial para ingresso no Programa de Inclusão Produtiva (art.4). Tal diagnóstico tem por finalidade indicar as ações necessárias para os fins do artigo 2º e orientar políticas públicas voltadas para a inclusão e é realizado por uma equipe formada por assistente social, psicólogo e coordenador do programa. (Mariana, 2009, p.2)

²¹ Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores carentes. (Mariana, 2009, p.7)

Com essas colocações, o programa informa a sua intenção de ajudar as famílias chefiadas por mulheres visando atender às suas necessidades imediatas, mediante ações como: auxílio financeiro; reinserção da mulher-provedora ao mercado de trabalho e nos processos de economia formal; qualificação, capacitação e readequação profissional; reintegração ao processo educacional (Mariana, 2013).

As mulheres provedoras atendidas pelo Programa Garantia de Renda Mínima e Inclusão de Mariana, MG são selecionadas, previamente, conforme diagnóstico da unidade familiar:

[...] que serão encaminhadas para projetos de qualificação profissional e geração de renda alternativa, de acordo com suas habilidades, através de cursos de capacitação, oficinas, palestras e ações afins, com carga horária correspondente a 4 horas, definido como aprendizado em atividade, nos locais indicados pela coordenadoria do programa (Mariana, 2013, p.2).

A Lei nº 2.737/2013 trata, ainda, dos benefícios do programa concedidos pelo Poder Executivo Municipal responsável por transferir auxílio financeiro correspondente a 50% do salário mínimo vigente, às famílias que trabalham 20 horas semanais e auxílio alimentação que equivale a 50% do valor proporcionado aos servidores municipais (Mariana, 2013). A lei em questão ainda prevê o apoio à unidade familiar, por meio de assistência jurídica, voltada para o reconhecimento de paternidade ou auxílio financeiro para a alimentação e educação dos filhos; inserção dos filhos das beneficiárias em programas de formação profissional e possibilidade de cadastro das beneficiárias no Serviço de Emprego do Município (Mariana, 2013).

Para continuar no referido programa, a unidade familiar precisa comprovar frequência e participação em cursos de capacitação²² e programas de reinserção estabelecidos pelo Município; comprovar matrícula e frequência regular dos filhos em unidades escolares municipais; fazer inscrição no Serviço de Emprego mantido pelo Município (SINE) e participar em reuniões e ações realizadas pela coordenação do programa (Mariana, 2013). A exclusão do programa acontece, por exemplo, mediante pedido da unidade familiar; modificação da situação econômica da família; encaminhamento da provedora ao mercado de trabalho; descumprimento das obrigações em relação aos filhos.

O Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher foi reformulado mais uma vez em 2018, em decorrência das consequências da atividades

²² Em 2024, a Prefeitura de Mariana disponibilizou às beneficiárias do programa um curso de capacitação em informática, com duração de 90 dias, com o objetivo de promover a inclusão dessas beneficiárias no mercado de trabalho digitalizado. (Mariana, 2024)

mineradoras desenvolvidas em Mariana, MG. O Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher foi modificado com o rompimento, em 05 de novembro de 2015, da Barragem de Fundão que, segundo a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH, 2017), lançou para fora da área da empresa, mais de 60 milhões de m³ de rejeitos provenientes da atividade mineradora. Esse material atingiu, de imediato, o povoado de Bento Rodrigues (localizado a 35 km de Mariana), subdistrito de Santa Rita Durão e, também, as localidades de Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Camargos, Gesteira, Barra Longa e o Estado do Espírito Santo, pelo Rio Doce.

Além de destruir Bento Rodrigues, matar 17 pessoas e deixar mais de 600 pessoas desabrigadas, provocou graves danos ambientais e socioeconômicos em toda a Bacia do Rio Doce. O Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher foi alterado com o aumento da população em Mariana e as novas demandas que chegaram a essa cidade que recebeu grande contingente de pessoas dos distritos atingidos pelos rejeitos.

O serviço de abastecimento de água de Mariana precisou arcar, por um tempo, com o abastecimento alternativo das populações de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e os serviços de atendimento médico de urgência, e transporte precisou atender mais pessoas. Mariana, também, foi impactada com os prejuízos socioeconômicos dos distritos atingidos pelos rejeitos, que perderam meios de subsistência e de produção, bens comunitários (locais de lazer, tradições familiares, relações sociais e afetivas, a educação e a organização cultural), infraestrutura e fontes de rendimentos.

Em 2018 foi encaminhado, à Câmara Municipal de Mariana, o Projeto de Lei nº76 com a finalidade de alterar a Lei nº 2.737/2013. Nessa proposta estavam os argumentos com os motivos para as mudanças do Programa Renda Mínima – Inclusão Produtiva da Mulher, associados aos impactos sociais em Mariana, gerados com o rompimento de uma das barragens de rejeito de minérios da Samarco Mineradora.

Em 2019, entrou em vigor o Decreto nº9.910 que estabelece critérios para a inserção no Programa de Renda Mínima – Inclusão Produtiva da Mulher. O Decreto nº9.910 passou a exigir, para a inserção no referido programa, o preenchimento de um cadastro social, elaborado por técnico responsável, com as informações que indica a situação de vulnerabilidade dos usuários que buscavam ingressar no programa. Este Decreto estabelece que a mulher provedora, para ter direito de acessar o programa deverá:

I- (...) estar inscrita no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal; II- (...) residir no Município há pelo menos 02 (dois) anos, salvo os casos específicos justificados em Parecer Social; III- (...) estar sendo assistida há no mínimo 03 (três) meses pelos serviços oferecidos pelos CRAS ou CREAS e demais equipamentos de acompanhamento social do Município de Mariana; IV- (...) ter em sua composição familiar: a) Gestantes; b) Crianças ou Adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos; c) Idosos sem renda ou demais benefícios como BPC; d) Pessoas com deficiências físicas e/ou mentais sem renda ou benefícios como BPC (Mariana, 2019a, pp.1- 2).

Caso atenda aos requisitos exigidos, a mulher provedora que preencheu o cadastro social, deve comprovar por meio de documentação as exigências que constam nos incisos II, III e IV e, também, apresentar os seguintes documentos:

I-CPF e RG de todos que compõe o núcleo familiar; II-Comprovante de residência ou outro documento estabelecido neste Decreto; III- Carteira de Trabalho; IV- Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNS) de todos que compõe o núcleo familiar; V- Folha resumo do CadÚnico; VI- Declaração Escolar dos filhos com idade de 05 (cinco) a 15 (quinze) anos (Mariana, 2019a, p.2).

Em 2019, usuários do Programa de Renda Mínima – Inclusão Produtiva da Mulher e dos demais programas sociais de Mariana, MG passaram a ter direito, também, ao abono natalino, com a aprovação da Lei nº3.315, que passou a transferir aos usuários, no último mês do ano, valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente. (Mariana, 2019b, p.1).

O Programa de Renda Mínima – Inclusão Produtiva da Mulher passou por modificações, também, em 2021, quando foi encaminhado à Câmara Municipal de Mariana o Projeto de Lei nº42, com o intuito de alterar a Lei nº2.737/2013. Essa proposta encaminhada e aprovada aumentou o número de beneficiárias do Programa Renda Mínima – Inclusão Produtiva da Mulher, permitindo que mais famílias chefiadas por mulheres tivessem condições de prover material e economicamente seus lares “[...] com vistas à capacitação para o trabalho, auxílio econômico para erradicação da pobreza, promoção da dignidade e do desenvolvimento humano e sustentável” (Mariana, 2021, p.1). Assim, a Lei nº2.737/2013 foi substituída pela Lei nº3.408/2021 que passou a ofertar mais 500 vagas de trabalho em função pública, destinadas ao acolhimento das mulheres provedoras de unidade familiar.

Na data do dia 07/06/2024, segundo o coordenador da Proteção Básica do Município de Mariana, são ao todo 491 mulheres beneficiárias. Sendo 402 pelo Programa de Inclusão Produtiva Renda Mínima, 70 mulheres no Ativa Idade (mulheres com idade superior a 55

anos de idade) e 19 mulheres que são pessoas com deficiência (PCD).

Linha do Tempo do Programa de Renda Mínima - Inclusão Produtiva da Mulher no Município de Mariana MG

Quadro 1: Ordenamento Histórico

ANO	NÚMERO DA LEI	CONTEÚDO
2001	Lei nº 1.543: O Programa de Renda Mínima foi instituído em Mariana.	Artigo 1º Esse programa tem o objetivo de oferecer às famílias em situação de penúria miserabilidade [...] oportunidade de exercício de atividade remunerada em frentes de trabalho transitórios nas áreas de Obras, Serviços Públicos e Educação. Artigo 2º O Programa foi criado para atenuar o impacto do desemprego no Município de Mariana. Artigo 3º O chefe do Poder Executivo é autorizado a contratar servidores para prestarem serviços em meio expediente e em caráter temporário. Artigo 6º Foram criados 140 (cento e quarenta) vagas de servente destinadas a chefes de família em situação de miserabilidade.
2009	Lei nº 2.300	Artigo 1º O objetivo de oferecer apoio às famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista a capacitação para o trabalho, auxílio econômico e promoção da dignidade. Artigo 2º Ações que tem objetivos de concessão de auxílio financeiro para suprir as necessidades básicas (alimentação, vestuário, higiene e saúde) das famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade, a promoção, reinserção do chefe de família ou provedor, à família ao mercado de trabalho, qualificação, capacitação e readequação profissional. A qualificação e inclusão no mercado de trabalho, surgem como possibilidade de tornar os programas de transferência de renda mais efetivos na superação

		da pobreza e na emancipação socioeconômica dos beneficiários.
2013	Lei n 2.737	Esse programa foi reformulado. A nova lei alterou a redação da Lei anterior, especificando em seu Artigo 1º que o programa é voltado para oferecer suporte às famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social[...]com vistas para o trabalho, auxílio econômico para erradicação da pobreza e a promoção da dignidade do desenvolvimento humano sustentável.
2013	Lei n 2.737	Artigo 2º A mulher chefe de família ou provedora constitui referência econômica da família e que possui plena capacidade para o trabalho e [...] que teve sua empregabilidade limitada pela maternidade, os afazeres doméstico – familiares, a baixa escolaridade ou a falta de qualificação profissional. Artigo 10º Quanto aos benefícios do Programa, o poder executivo Municipal concederá a cada família com 20hs semanais auxílio financeiro correspondente a 50% do salário mínimo vigente e auxílio alimentação, calculado à razão de 50% do valor proporcionado aos servidores municipais. Artigo 12º Inserção dos filhos das beneficiárias em Programas de Formação Profissional.
2018	Lei nº 76 com a finalidade de alterar a Lei Nº 2.737/2013	Foi feita uma Exposição de Motivos destacando a importância do Programa Renda Mínima-Inclusão Produtiva da Mulher diante dos reflexos sociais vivenciados após o rompimento de uma das barragens de rejeito de minérios da Samarco Mineradora.

2019	Decreto nº 9.110 Que estabelece critérios para a inserção de mulheres provedoras no Programa de Renda Mínima – Inclusão Produtiva da Mulher.	Artigo 1º prevê a exigência de um cadastro social, que indicará a situação de vulnerabilidade e será elaborado por Técnico responsável. Esse cadastro de vulnerabilidade deverá apontar os seguintes critérios, como estabelece o Artigo 2º e seus respectivos incisos: I- (...) estar inscrita no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal; II- (...) residir no Município há pelo menos 02 (dois) anos, salvo os casos específicos justificados em Parecer Social; III- (...) estar sendo assistida há no mínimo 03 (três) meses pelos serviços oferecidos pelos CRAS ou CREAS e demais equipamentos de acompanhamento social do Município de Mariana; IV- (...) ter em sua composição familiar: a) Gestantes; b) Crianças ou Adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos; c) Idosos sem renda ou demais benefícios como BPC; d) Pessoas com deficiências físicas e/ou mentais sem renda ou benefícios como BPC (Mariana, 2019a, pp.1-2). Caso atenda aos requisitos exigidos, a mulher provedora que preencheu o cadastro social, deve comprovar por meio de documentação as exigências que constam nos incisos II, III e IV e, também, apresentar os seguintes documentos I-CPF e RG de todos que compõe o núcleo familiar; II-Comprovante de residência ou outro documento estabelecido neste Decreto; III-Carteira de Trabalho; IV-Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNS) de todos que compõe o núcleo familiar; V-Folha resumo do CadÚnico; VI- Declaração Escolar dos filhos com idade de 05 (cinco) a 15 (quinze) anos (Mariana, 2019a, p.2).
2019	Lei n 3.315	Entrou em vigência que concebe

		abono natalino aos beneficiários dos programas sociais do Município de Mariana, inclusive o Programa de Renda Mínima – Inclusão Produtiva da Mulher. Segundo o Artigo 2º , o referido abono[...] corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do salário vigente.
2021	Projeto de Lei nº 42, com intuito de alterar a Lei nº 2.737/2013	Justificativa acrescentar o número de beneficiárias do Programa Renda Mínima – Inclusão Produtiva da Mulher, que permitindo que mais famílias chefiadas por mulheres tenham condições de prover material e economicamente seus lares e esse projeto se transformou na Lei nº 3.408/2021 que alterou o artigo 23 da Lei nº 2.737/2013 com a nova redação com a criação de 500 vagas em função pública, destinadas as mulheres provedoras de unidade familiar.
2024		A Prefeitura disponibilizou às beneficiárias do Programa um curso de capacitação em informática, com duração de 90 dias, com o objetivo de promover a inclusão dessas beneficiárias no mercado de trabalho digitalizado.

Fonte: Autoria Própria

O Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, de Mariana, MG, institucionalizado e modificado para atenuar impactos do desemprego, oferecer apoio às famílias monoparentais femininas, em situação de vulnerabilidade social e estabelece critérios de seleção de usuárias, com o rompimento da Barragem de Fundão, está, portanto, diretamente vinculado ao protagonismo da mineração extrativista nesse município.

Dessa forma, torna-se impossível analisar a efetividade do Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, em Mariana, MG, desatrelado da dinâmica da mineração nesse município. Sem considerar, de acordo com Bertollo (2017), a mineração extrativista sob a lógica do capital fictício nos ciclos de crise estrutural do capital; no processo de interrupção do movimento do capital em seu ciclo D-M-D'; no contexto de redução das taxas de lucro/superacumulação/superprodução e na transferência do ônus dessa crise, aos países periféricos.

A mineração extrativista foi iniciada, no Brasil e em Mariana, sob o domínio dos países imperialistas que, historicamente, tem contado com a exploração e o saqueamento da América Latina para movimentar as engrenagens do mercado mundial. Essa exploração torna-

se mais aprofundada no cenário de mundialização e financeirização do capital, reestruturação produtiva e avanço do neoliberalismo. A exploração e o saqueamento, inerentes à distribuição desigual no sistema mundial capitalista, tornam-se mais agudizados “nas atuais condições de cadeias globais de direção transnacional, com elos e segmentos distribuídos pelo mundo” (Osório, 2012, p. 113).

A extração aurífera em terras do estado de Minas Gerais, iniciada no final do século XVII, durante a colonização portuguesa, torna-se mais ampliada e alcança Mariana, MG, em 1814 (Carta Capital, 2015).

Quando a empresa Geological Royal Society Cornwall passou a empregar maquinários em terras desse município para aumentar a exploração de minérios. Essa atuação estrangeira aumenta o interesse pela exploração de minérios na região, induzindo a compra, pelo capital estrangeiro, de minas em áreas dessa região (Carta Capital, 2015). Por causa da expansão do domínio estrangeiro em áreas de mineração brasileira, Getúlio Vargas no poder, condiciona essa exploração à parceria entre empresas estrangeiras e industriais brasileiras, por meio de seu programa nacionalista (Carta Capital, 2015). Em junho de 1942, a parceria firmada entre Washington, Londres e Brasil implicou na criação da Companhia Vale do Rio Doce, o que impulsionou, a partir de 1960, a dinamização da mineração extrativista que se consolidou com a formação da área chamada de “Vale do Aço”, ou seja, segunda aglomeração urbana de Minas Gerais, estruturada em torno de duas grandes siderúrgicas, Acesita e Usiminas (CartaCapital, 2015).

A empresa Samarco, controlada por dois acionistas (a Vale S.A. e o grupo australiano BHP Biliton), iniciou as suas atividades em 1977, durante o período da ditadura. Mediante apoio do governo brasileiro às empresas de capital estrangeiro, interessadas em extrair ferro em áreas de Minas Gerais (CartaCapital, 2015). Em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, a Companhia estatal Vale do Rio Doce (hoje apenas Vale) foi vendida por U\$ 3,3 bilhões, ou seja, por um valor que representava 27% do capital da empresa na época, quando somente as suas reservas minerais eram calculadas em mais de R\$ 100 bilhões à época”. (Carrano, 2017 apud Bertollo, 2017, p. 132). Em 2000, também no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Samarco foi comprada pela Vale e a BHP Billinton Brasil (filial brasileira do grupo anglo-australiano BHP Billinton) (Carvalho, 2020).

Para Osório (2012, p. 113) a mineração como parte do “segmento de grandes cadeias produtivas globais sobre direção do capital internacional”, em geral, “não obedecem a projetos nacionais de desenvolvimento”, mas ao capital mundial que define os nichos que devem ser privilegiados e impulsionados nas economias específicas.

O extrativismo ou neoextrativismo²³ sob o pretexto de incentivar o desenvolvimento de países periféricos, mediante aproveitamento do potencial corporativo dessas nações, não problematiza os “efeitos nocivos” dessa exploração “para o meio ambiente” e para a classe trabalhadora, já que “a maior parte dessa produção, gerada em núcleos produtivos reduzidos, é destinada a mercados externos” com elevado “poder de consumo”, o que gera “declínio dos salários e a conseguinte pobreza geral, uma vez que a população trabalhadora local deixa de comparecer como elemento dinâmico da realização de mais-valia” (Osório, 2012, p. 104-105).

A superexploração do trabalho torna-se um mecanismo permanente, acionado pelos países de capitalismo dependente, para compensar as constantes transferências de valores para os centros imperialistas e servir de suporte para o capital, que opera em países periféricos, enfrentar a concorrência nos mercados internacionais” (Osório, 2012, p. 105). “Assim é a própria dependência que se reproduz, como modalidade particular do capitalismo e de inserção na acumulação mundial” (Osório, 2012, p. 105).

Conforme Osório (2012, p. 120), os numerosos recursos gerados da extração e exportação de produtos primários, até contribui, com muitas reassalvas, para financiar certas políticas sociais “de maneira a mitigar a pobreza e a miséria” e contribui, inclusive “com alguns aumentos do salário mínimo”, mas, sem deixar de manter os elevados lucros dos grandes capitais locais e transnacionais. Nas palavras de Osório (2012, p. 120) “a concentração de riqueza e desigualdade social nunca antes conhecida na região indica que, o que se concentra é superior ao que jorra para a população com menores recursos”. Segundo Osório (2012, p. 123),

No mesmo período em que o padrão econômico voltado para os mercados externos está em curso e atinge importantes realizações, os salários e as condições gerais de trabalho de vida da maioria da população da América Latina assistem a uma drástica precarização. São muitos os fatores e processos que podem vir à tona para análise e que se relaciona com essa pronunciada precarização das condições laborais e de vida da maioria da população na região.

²³ Neoextrativismo, como sendo um tipo de extrativismo comum em países latino-americanos como a Bolívia, o Uruguai e o Brasil (p. 53). Esta noção de neoextrativismo se caracteriza por manter ou até mesmo aprofundar a extração mineira ou petroleira, mas com uma participação maior do Estado, que vai além da apropriação dos recursos e finda por reproduzir as estruturas e regras de funcionamento dos processos produtivos capitalistas, voltados para a competitividade, eficiência, maximização de renda e terceirização dos impactos sociais e ambientais. Ou seja, o neoextrativismo reproduz o velho extrativismo, pois mantém a atividade extrativista subordinada à globalização e às variáveis do mercado externo. Entretanto, possui fortes efeitos territoriais, pois acentua a fragmentação territorial e impõe uma nova geografia baseada, por exemplo, em licenças minerais que podem deslocar comunidades tradicionais, além de ser fonte de fortes impactos ambientais e sociais, mantendo os problemas de contaminação e perda de biodiversidade (do velho extrativismo) (Gudynas, 2012, p. 132 – 133 apud Michiles, 2020, p. 53 - 54).

A precarização do trabalho e dos salários nos países periféricos, segundo Osório (2012, p. 123), tem a ver com a exportação de “uma gama ampla de bens de uso industrial, matérias-primas ou energéticos/matérias auxiliares” e, portanto, com a pouca relevância do mercado local dos assalariados, para a nova modalidade de reprodução de capital destinado, majoritariamente, aos mercados externos. Também, tem a ver, com a necessidade de “deteriorar os salários locais e depreciar tudo que implica elevar o custo do trabalho, como os benefícios sociais diversos”, em busca de aumentar a capacidade de concorrência nos mercados externos.

Precarização, inclusive, dos trabalhadores mais qualificados, necessários à “produção de bens mais complexos a baixo custo relativo” (Osório, 2012, p. 124). Toda essa dinâmica do capitalismo atual tem, segundo Osório (2012, p. 123), favorecido uma estrutura produtiva dinâmica que se afasta e se desliga das necessidades da maioria da população (Osório, 2012, p. 123).

Para Osório (2012, p. 124), desde a segunda metade o século XX, o grande capital que opera na periferia do capitalismo “está mais preocupado com o nível de vida da população dos mercados para onde exporta e com o poder de consumo dos trabalhadores que lá se encontram do que com os da população assalariada local”, mais importante para a produção do que para o consumo (Osório, 2012, p. 124).

Então, trata-se de uma lógica que concentra, ao mesmo tempo, riqueza e pobreza/exclusão em extremos opostos (Osório, 2012). Em Mariana, MG, a mineração extrativista tem importante protagonismo nas condições de trabalho e nas desigualdades sociais que crescem no município. A atuação, mais expansionista, das mineradoras elevam as oportunidades de trabalho em Mariana, quando muitos trabalhadores “se deslocam para esse município, a fim de vincularem-se ao setor por meio do emprego” (Bertollo, 2017, p. 154).

Mais empresas e trabalhadores são necessários para dar conta da extração, mais expressiva, de minérios para a exportação. Mas, também, mais trabalhadores são admitidos nos setores públicos e nos serviços que são mais demandados com o aumento da população em contexto, mais aquecido, da mineração extrativista. De qualquer maneira, não se pode desconsiderar que, os trabalhadores mais qualificados, admitidos pelas mineradoras que atuam em Mariana, são na grande maioria, provenientes de outros municípios. Conforme Pinto (2016, p. 193-194) apud Bertollo (2017, p. 167) “os postos de trabalho mais qualificados são geralmente ocupados por mão de obra originária dos grandes centros urbanos” (Coelho; Milanez; Pinto, 2016 apud Bertollo, 2017, p. 167).

Apesar de mais qualificados e com rendimentos mais elevados do que a grande massa de trabalhadores assalariados, os trabalhadores de outras localidades são também superexplorados. Ou seja, recebem renda calculada no salário mínimo, desvalorizado, para manter lucros do capital privado, nacional e internacional que controlam as empresas. O salário muito aquém dos rendimentos.

Além disso, muitos desses trabalhadores são admitidos como terceirizados que, segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), cresceu muito no ramo da mineração, principalmente, a partir da aprovação da Lei 13.429/17, que legalizou a terceirização de todas as atividades produtivas no Brasil (Schenk, 2024). Os trabalhadores terceirizados que era de 18,7%, em 2016, saltou para 37,5%, em 2022 (Schenk, 2024). Trabalhadores que, de acordo com Bertollo (2017, p. 162) estão submetidos à superexploração condicionada às condições de dependência do capitalismo periférico que vai se expressar de diferentes formas no contexto da mineração extrativista, “seja via pagamento de baixos salários, jornada de trabalho intensiva e prolongada, condição de desemprego conforme os ciclos produtivos, terceirização, flexibilização das legislações e baixa remuneração”.

As estratégias de precarização do trabalho e flexibilização de direitos são acionadas pela mineração extrativista em favor de manter os lucros, principalmente, em contexto de crise mais acirrada. “O fluxo migratório no município é conformado pelas fases de expansão da atividade minerária e pelas fases de recuo produtivo/econômico deste setor”, o que pode implicar em maior requisição e repulsão de força de trabalho, com grande alteração do contingente populacional (Bertollo, 2017, p. 154). Conforme dados obtidos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2016) apud Bertollo (2017, p. 156),

[...] tomando por referência o mês de outubro de 2016, em Mariana- MG foram realizadas 338 admissões e 445 desligamentos, o que representa um saldo negativo de 107 vagas significando em termos percentuais -0,98%. Ao longo do ano, o total de admissões foi de 4.045 enquanto que de desligamentos 4.162, representando um saldo negativo de 117 vagas ou -1,06%.

Essa permanente precarização das condições dos trabalhadores tende a se aprofundar em contexto de crise mais acirrada. Com as instabilidades e pressões geradas “da flutuação dos preços do minério” e dos crimes provocados pelas próprias mineradoras (Bertollo, 2017, p. 165). Nesse caso, está o rompimento, em 2015, da barragem de Fundão que gerou consequências para a exportação de minérios em Minas Gerais. Que registrou queda de 24,9%, entre janeiro e dezembro, ainda em 2015, em comparação com o mesmo período de 2014 (Bertollo, 2017, p. 147).

Com seus faturamentos rebaixados, a Samarco aumentou o Exército Industrial de Reserva, em Mariana, constituído por trabalhadores demitidos por essa mineradora e trabalhadores com seus negócios interrompidos pelo rompimento da barragem. Muitas famílias de Bento Gonçalves passaram a viver em Mariana quando suas moradias e seus meios de sobrevivência foram alcançados e soterrados por rejeitos da mineradora Samarco.

A oferta maior de trabalho, em Mariana, torna a força de trabalho mais sujeita à superexploração e aumenta a demanda por políticas sociais, cada vez mais precarizadas. Pelo esvaziamento do Fundo Público que deixa de financiar políticas sociais para amortizar juros da dívida pública e pela própria queda na arrecadação dos impostos, por parte do Estado. Bertollo (2017) traz depoimento de Duarte Júnior, que estava como prefeito de Mariana em 2016. Segundo Duarte Júnior, “a realidade vivenciada após o rompimento da barragem de Fundão impacta profundamente na arrecadação municipal e consequentemente na oferta de serviços sociais públicos” (Bertollo, 2017, p. 158-159).

A arrecadação de impostos, também, tem sido alterada com as dívidas tributárias da Vale com a União que, em 2020, alcançaram o valor de R\$ 45 bilhões, ou seja, um montante superior ao valor de R\$ 30 bilhões que foram destinados, em 2019, para custear o programa Bolsa Família (Carvalho, 2020). Em 2020, a Vale estava entre as maiores devedoras de impostos do país, com uma dívida de R\$ 5,3 bilhões. 71,7% (R\$ 3,8 bilhões) dessa dívida são oriundos da sonegação da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), ou seja, desse imposto federal que financia a Seguridade Social (Carvalho, 2020). A referida autora faz considerações, ainda, sobre a dívida trabalhista da mineradora, que deixou de recolher R\$ 23,5 milhões do Programa de Integração Social (PIS), destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que paga benefícios como abono salarial e o seguro-desemprego (Carvalho, 2020).

Essa discussão reforça os delineamentos do Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher condicionada ao protagonismo da mineração extrativista em Mariana, MG e, portanto, condicionada às permanentes contradições do capitalismo dependente, mais acirradas a partir da lógica do capital fictício nos ciclos de redução das taxas de lucro, superacumulação e crise estrutural.

3.1: PROGRAMA RENDA MÍNIMA A PARTIR DA REALIDADE CONCRETA DE MULHERES PROVEDORAS DE MARIANA, MG

Esta parte da dissertação traz depoimentos de dez mulheres provedoras que participaram e estavam participando do Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, institucionalizado em Mariana, MG, mas, antes de descrever essas experiências buscou-se contextualizar o perfil socioeconômico das entrevistadas, como descrito na Tabela 1.

Tabela 1: Perfil sócioeconômico das usuárias do Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher - Mariana, MG

Nome Fictício	Raça	Idad.	Est. Civil	Escol.	Nº Mem. Famíl.	Nº Filh.	Cida. Orig.	Cidade Resid.	Rend. Famíl.
Ana	Negra	35	Solt.	8ª série Ensino Fundam.	6	5	Mariana	D.P. Mariana	1 Sal. Mín.
Beatriz	Parda	39	Solt.	Ensino Médio Compl.	3	2	Mariana	Mariana	1 Sal. Mín.
Vera	Parda	46	Solt.	Ensino Médio Compl.	7	5	Sete Lagoas	D.P. Mariana	Até 1 Sal. Mín.
Fátima	Parda	43	Solt.	4ª série Ensino Fundam.	5	4	Mariana	Mariana	Até 1 Sal. Mín.
Sandra	Parda	25	Solt.	4ª série Ensino Fundam.	3	2	Mariana	Mariana	Até 1 Sal. Mín.
Amanda	Negra	46	Casad.	4ª série Ensino Fundam.	10	8	D. Campinas	Mariana	2 Sal. Mín.
Roberta	Negra	44	Solt.	2ª série Ensino Fundam.	7	3	Mariana	Mariana	1 Sal. Mín.
Helena	Negra	42	Solt.	2º ano Ensino Médio	4	3	Mariana	D.P. Mariana	Até 1 Sal. Mín.
Rita	Negra	36	Solt.	4ª série Ensino Fundam.	5	4	D. de Cláudio Manoel	Mariana	1 Sal. Mín.
Antônia	Negra	34	Solt.	3ª série Ensino Fundam.	4	3	Mariana	Mariana	1 Sal. Mín.

Fonte: Autoria Própria, 2024

As mulheres provedoras que participaram do Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher de Mariana tinham entre 25 e 46 anos. A maioria (sete mulheres) nasceu e continua morando em Mariana e as outras entrevistadas que nasceram em Sete Lagoas, Distrito de Campinas e Distrito de Cláudio Manoel, moram no Distrito de Passagem de Mariana (três casos).

A presença de apenas mulheres que se autodeclaram negras (seis casos) e pardas (quatro casos), dentre as entrevistadas, reforça o racismo estrutural determinante do modo de produção capitalista. O racismo reiventado e reproduzido na América Latina, “como condição inerente à reprodução do capital neste território” (Oliveira, 2021, p. 168). O racismo determinante, no Brasil, da produção do tipo *plantation*²⁴ para a exportação. Portanto, o racismo determinante da forma de ingresso do Brasil no mercado mundial e do nosso capitalismo dependente que precisa reinventar o racismo, para manter as contradições do capitalismo que se desenvolve em bases frágeis. Racismo que explica os próprios delineamentos da mineração extrativista em Minas Gerais, iniciada no século XVII, pelas mãos de milhares escravos e mineiros pobres, responsáveis por escavar minas e poços (Carta Capital, 2015).

Para compensar as perdas mais agudizadas nas relações comerciais com o capitalismo central e garantir a acumulação da burguesia nacional, as economias dependentes precisam superexplorar os seus trabalhadores, principalmente, a força de trabalho preta e parda. Nos atuais centros capitalistas, apesar da remuneração da população branca ser superior ao da população preta e parda, o valor do salário vai ser rebaixado em sua totalidade pela classificação social racista (Quijano, 2005, p. 120). O capital vai se apropriar do negro como raça inferior rebaixada, para rebaixar, de forma geral, o valor da força de trabalho.

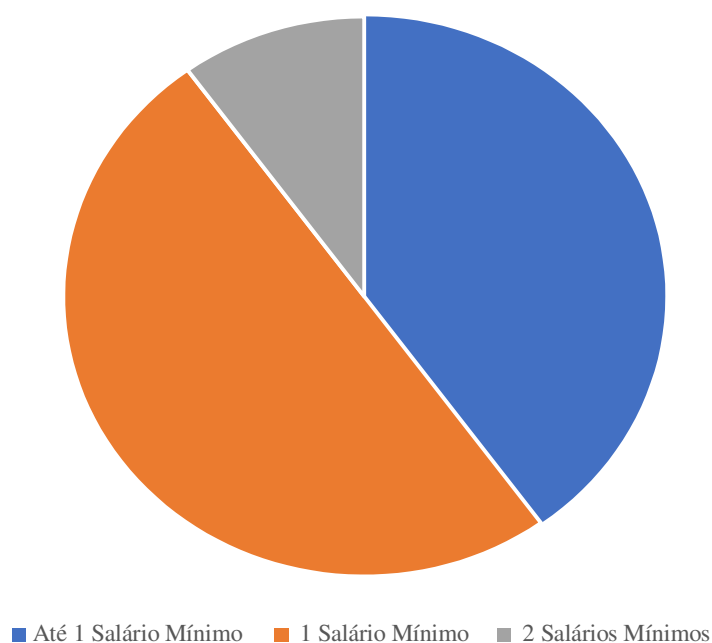
Para Saraiva (2022, p. 63), o racismo além de “reduzir patamares de remuneração e direitos”, dos trabalhadores, contribui para “diferenciar as condições de vida dessa classe, “expressas no terreno da reprodução social”. “Nos acessos a serviços públicos de qualidade, nas condições de higiene e saneamento básico dos bairros e comunidades, no acesso a meios de transporte, na alimentação e nutrição das famílias, nas condições de moradia” (Saraiva, 2022, p. 63). Nesse caso, a expropriação da mais-valia tende a penalizar, ainda mais, trabalhadores pretos e pardos, nos campos e nos postos mais desqualificados do trabalho urbano. Isso explica, por exemplo, a maior incidência de pessoas negras (83%) em situação de

²⁴ Forma de organizar a produção agrícola associada à produção em fazendas de área contínua, prática da monocultura (especializando-se em um único produto); produção para a exportação (apenas para o mercado externo); uso de mão de obra escrava; localização próxima dos portos, para diminuir custos com transporte; uso de modernas técnicas de produção, apesar de utilizarem a mão de obra escravizada (Stédile, 2012, p. 23)

emergência, em áreas com barragens de mineração (Rosário, 2023).

Quanto às mulheres entrevistadas desta pesquisa, solteiras (nove casos) e casada (um caso), a maioria (sete casos) tem ensino fundamental I, duas tem ensino médio completo e uma não conseguiu concluir nem o ensino fundamental o. Essas mulheres tinham entre três e oito filhos e moravam com uma média de 5,4 membros. A maioria recebe salário mínimo (cinco casos), quatro recebem até um salário mínimo e apenas uma dessas mulheres recebe dois salários mínimos, para realizar as despesas familiares, como descrito no Gráfico 2.

Gráfico 2: Rendimento das provedoras inseridas no Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher



Fonte: Autoria Própria, 2024

A maioria das entrevistadas (oito casos) estava no Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da mulher, entre dois e mais de oito anos. Fátima saiu depois de acessar, por 14 anos, essa política e Amanda saiu antes de completar dois anos no programa, já que foi contratada para trabalhar em um supermercado de Mariana, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Informações sobre condições das entrevistadas no Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher - Mariana, MG

Nome Fictício	Tempo no Programa (Anos)	Postos de Trabalho Acessados	Renda Obtida
1. Ana	Está há 2 anos	Auxiliar de serviços gerais – limpeza creche, rua	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
2. Beatriz	Está há 2 anos e meio	Auxiliar de serviços gerais - limpeza no Centro de Convenções de Mariana – Setor de vigilância patrimonial de Mariana	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
3. Vera	<u>Ficou</u> mais de 8 anos	Varredora de rua, faxineira de escola e creche Conseguiu emprego como monitora de creche	<u>Recebia</u> Meio Salário Mínimo + Vale Alimentação + Bolsa família
4. Fátima	<u>Ficou</u> mais de 14 anos	Varredora de rua e faxineira em igreja, APAE, creche e escola Conseguiu emprego na empresa de limpeza pública	<u>Recebia</u> Meio Salário Mínimo + Vale Alimentação + Bolsa família
5. Sandra	Está há menos de 8 anos	Limpeza geral em escola e no CRAS	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
6. Amanda	<u>Ficou</u> menos de 2 anos	Limpeza de salas da Prefeitura de Mariana - Conseguiu emprego na Empresa de Engenharia Andrade Gutierrez - limpeza de alojamento masculino	<u>Recebia</u> Meio Salário Mínimo + Vale Alimentação + Bolsa família
7. Roberta	Está há mais de 4 anos	Faxineira em posto de saúde e escola	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
8. Helena	Está há 6 anos	Varredora de rua e faxineira em creche e posto de saúde	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
9. Rita	Está há 6 anos	Faxineira em posto de saúde, escola e CRAS	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família
10. Antônia	Está há 8 anos	Faxineira em escola e oficina (produção artesanato) no CRAS	Meio Salário Mínimo (R\$ 706,00) + Vale Alimentação (R\$ 275,0) + Bolsa família

Fonte: Autoria Própria

Por meio do Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, as usuárias entrevistadas conseguem trabalho como varredora de rua e faxineira de creches, escolas, igrejas, postos de saúde e demais instituições públicas. A maioria (cinco casos) dessas mulheres trabalha na faxina, geralmente, da instituição de ensino que seus filhos estudavam. Apenas uma entrevistada trabalha como oficineira do CRAS em decorrência da sua habilidade com a produção de artesanato. Mesmo as mulheres entrevistadas, que saíram do programa, foram admitidas em setores públicos e privados de limpeza. Inclusive, a progressão dessas mulheres acontecia, na maioria das vezes, nos próprios setores de limpeza. Nas palavras de Beatriz:

Bom, para eu ter acesso ao Programa Renda Mínima, eu comecei, varrer rua, tá. Aí o coordenador viu que eu estava bom de serviço, foi e mudou de lugar, colocou no posto, de faxineira. Aí de novo, aí o coordenador viu que eu estava bom de serviço, foi e mudou, colocou na faxineira, na escola, em creche. Aí fui evoluindo, evoluindo.

Esses dados reforçam os argumentos de Teixeira (2016) que discute o quanto o Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher tem perpetuado o trabalho precarizado da mulher e da divisão sexual do trabalho e contribuído para naturalizar as atividades domésticas como atividade exclusiva da mulher. Também, temos o debate de Reis (2021) que trata da configuração das políticas sociais e da política de assistência social com foco na mulher e nos filhos, de maneira a transferir para a mulher a responsabilidade pela reprodução familiar, pelo cuidado do lar e pela educação dos filhos.

Os dados apreendidos nesta pesquisa evidenciam, também, a permanente e insolúvel “tensão entre Assistência Social e trabalho” na sociedade capitalista, que não perde de vista é a “exploração do trabalho como condição para extração de mais-valia”. Por isso, a racionalidade capitalista condiciona rendimento ao trabalho e a transferência de renda, apenas, aos trabalhadores incapacitados (Boschetti, 2016).

Esses direcionamentos da política de assistência social podem ser analisados como parte da dinâmica do que Fraser (2023, p. 63) reconhece como “neoliberalismo progressista que celebra a diversidade, a meritocracia e a emancipação, enquanto desmantela proteções sociais e externaliza novamente a reprodução social”. Reprodução social que tem sido ameaçada, segundo Fraser (2023, p. 63), pela redefinição da emancipação nos termos do mercado e pelo “abandono de populações indefesas às predações do capital”.

Conforme as usuárias do Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, com o emprego de meio período, estavam conseguindo conciliar tempo de trabalho e vida familiar. Essas entrevistadas disseram não ter dificuldade de fazer essa conciliação porque os

filhos e netos estudam em tempo integral (Ana, Amanda, Roberta, Helena); porque o horário da escola dos filhos e netos coincidia com o horário de trabalho (Vera, Fátima, Sandra, Roberta, Helena e Antonia) e porque estavam conseguindo negociar com o Estado, chegar um pouco atrasada no trabalho para conseguir levar as suas filhas à escola e ficar no emprego até mais tarde, para compensar conseguir compensar os atrasos (Beatriz).

Mas, apesar de trabalharem parte do tempo, no Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, nem sempre conseguem dedicar à reprodução social da família, tendo em vista os seus salários reais reduzidos que exige mais “horas de trabalho remunerado para sustentar uma família” (Warren & Tyagi, 2003 apud Fraser, 2023, p. 64). O que pode exigir, das mulheres, esforço para conciliar tempo dedicado ao referido programa e tempo dedicado à realização de outros “bicos”, para elevar a remuneração.

Para Fraser (2023, p. 62), a autorização do capital financeiro globalizado para “disciplinar estados e populações” conforme “interesse imediato de investidores privados” tem como efeito “intensificar a contradição entre produção econômica e reprodução social”. Portanto, o caminho para resolver a crise de reprodução social está condicionada à transformação profunda estrutural” desse sistema (Fraser, 2023, p. 68).

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa recebem, no Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, R\$ 981,00. Ou seja, um valor total correspondente a meio salário mínimo e mais o valor transferido pelo Cartão Alimentação, que passou de R\$124,00 para R\$275,00, em 2023.

Além do montante repassado pelo Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, essas usuárias contavam também, para continuar sobrevivendo, com a renda transferida pelo Programa Bolsa Família que, deixou de ser acessado pelas mulheres que saíram do Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, para trabalhar.

Os trabalhos, sem vínculos empregatícios, acessados por meio do Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, não garantiam, conforme todas as entrevistadas direito de aposentadoria. Se quisessem se aposentar, por idade, essas usuárias precisavam pagar, mensalmente, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o valor de R\$70,60. Seis entrevistadas informaram sobre a continuidade de seus rendimentos, acessados por meio do Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, quando tiveram que se afastar do trabalho para tratamento de saúde, em alguns casos para realizar tratamentos de lesões decorrentes de acidentes no próprio trabalho.

Para continuar acessando esses direitos, as mulheres tinham que participar de cursos (corte e costura, produção de artesanato, cabelereira, maquiagem, manicure, pedicure e

padaria) ofertados pelo referido programa. A maioria das entrevistadas (nove casos) disse ter aprendido muito, mas, não falaram nada sobre colocar em prática o que lhes foi ensinado nos cursos que, segundo algumas entrevistadas, deveria oferecer certificados de participação.

Para Beatriz, o trabalhador sem certificado, não consegue nada, porque “o que conta é ter certificado”. Beatriz que não participou de nenhum curso, demonstra insatisfação com as poucas opções de cursos ofertados. Comentário que foi reforçado, também, por Ana que indica a necessidade de o referido programa realizar mais parcerias para ofertar cursos mais interessantes, como de: informática, administração e envolver usuários de todos os programas sociais. De acordo com Ana:

E outros cursos também para a gente poder fazer, porque as vezes as pessoas nem gostam muito, então poderia ter outras opções. Oportunidades que aí talvez as pessoas interessassem mais. As vezes, se fizesse parcerias, existem várias mineradoras na cidade, podiam envolver mais com as reais necessidades ou cooperativas para todos que participam dos programas do Município ou do Renda Mínima, ou Ativa idade ou Jovem Aprendiz.

As mulheres provedoras entrevistadas, que tinham nada ou muito pouco para viver e que conseguiram acessar o mercado de trabalho apenas por meio do Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da mulher, estavam satisfeitas com essa política que, apesar de não garantir emprego fixo e qualificado, permitiu melhorar a alimentação da família (Ana, Vera, Fátima, Amanda, Roberta, Helena, Rita); parcelar a compra de móveis e eletrodomésticos (Vera, Fátima, Amanda, Helena); manter vida digna (Ana, Sandra, Antonia); garantir um teto (Ana); dar mais conforto aos filhos (Beatriz); acessar o mercado de trabalho e ter autonomia financeira (Amanda); realizar cursos de qualificação (Sandra); tornar as mulheres mais envolvidas com a política e mais valorizadas (Beatriz); aumentar o interesse pelo estudo e ter oportunidade de estudar (Vera, Helena); conhecer mais pessoas (Antonia) e aprender a conversar em público (Rita). Nas palavras de Ana, Beatriz e Helena:

Esse programa é a minha realização do momento. Eu espero conseguir um emprego de carteira assinada logo, mas no momento, o que posso é esse (Ana).

Bom, o programa Inclusão Produtiva, ele me garantiu ter uma renda, porque é um programa social, ele não é emprego vitalício, nem emprego ativo, ele é um programa social para estar ajudando você estar entrando de novo, muitas vezes temos muitas que deixou você estar no mercado de trabalho, então ele te garante isso. Para mim, ele me ajudou porque eu pude dar o melhor, o conforto para minhas e para mim também (Beatriz).

Consegui alimentar melhor, comprar carnes, verduras e legumes, biscoito e sucos. Consegui comprar móveis como guarda-roupa, camas, sofá, parcelando de muitas vezes, comprava uma coisa pagava parcelado depois comprava outra coisa e por assim foi a casa toda (Helena).

Todas as entrevistadas reconhecem mudanças conseguidas a partir do acesso ao Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, de Mariana, MG, mas, acreditam que a referida política precisa passar por reformulações. Acreditam que o referido programa deveria garantir direitos como plano de saúde e dentário; abrir uma cooperativa de médicos; abrir mais vagas para incluir mais mulheres provedoras; fazer parcerias com comércios, empresas de mineração, universidades da cidade de Mariana e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA)²⁵; oferecer mais oportunidades de cursos com certificados de participação; entregar carta de apresentação individual para emprego das beneficiárias na área de capacitação e garantir cestas básicas mediante parceria com as empresas que “levam todo o minério embora”.

Além disso, a grande maioria das usuárias (nove casos) compreende que o Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva deve pagar salário mais alto às usuárias e elevar o valor transferido pelo Vale Alimentação. Algumas dessas usuárias vinculam aumento de remuneração e direitos com a elevação da carga horária. Nas palavras de Ana e Beatriz:

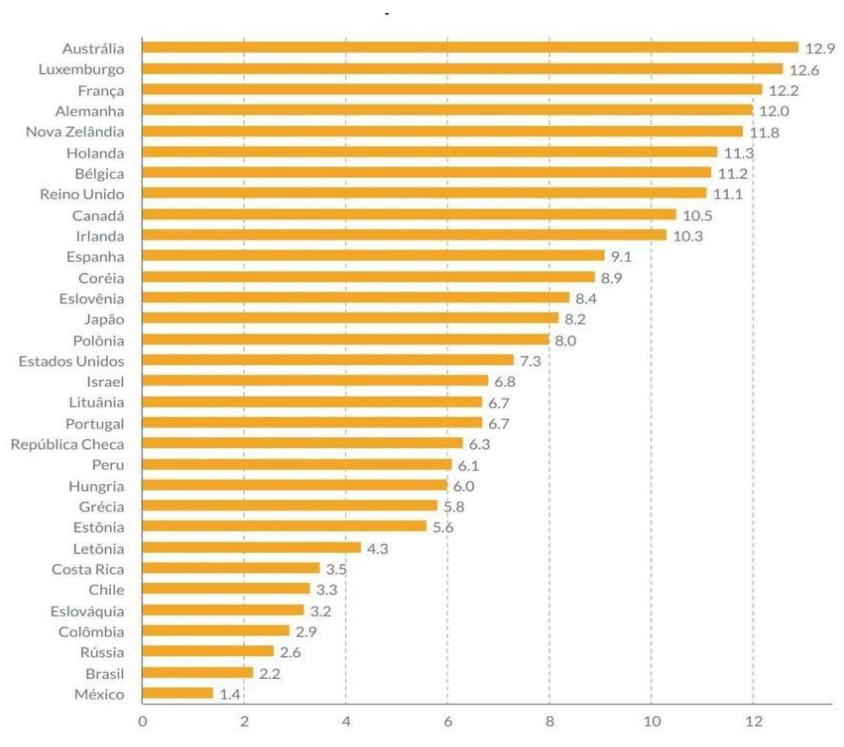
A carga horária de trabalho poderia ser maior, porque melhoraria também a renda. E a questão também de vale, que é bem baixo. Poderia mudar o vale alimentação para um pouquinho mais. E o plano de saúde também que eu acho importante, porque a gente tem filhos e muitas vezes a gente não consegue atendimento de qualidade ou mesmo muito demorado. Então assim, se tivesse um plano de saúde ia ajudar bastante (Ana).

Bom, eu acho que nós poderíamos ter dois programas sociais, um para as mulheres que têm filhos menores, porque a adaptação de uma criança na creche, na escola, quando vai para o começo, é bem diferente de quem já tem os filhos maiores, porque quando você já tem um filho de 10, 11 anos, você já consegue lidar, eles já são mais tranquilos. Agora, quando você tem um pequeno, é bem desafiador, então nós poderíamos ter dois programas sociais em nossa cidade, um de 6 horas e um de 4 horas, um que pagaria este valor que hoje é, e um de 6 horas que poderia pagar um salário mínimo, e nós sabemos que programa social, ele não te inclui plano de saúde, nada disso, mas a gente poderia estar fazendo uma cooperativa também com essas mulheres, para ter um plano. Mais simbólico. As pessoas estão precisando de ter, assim, um pouquinho a mais de um atendimento melhorzinho. Vão deixar de ficar tão, assim, deixado, porque a gente querendo ou não, a gente acaba sendo deixado hoje, o SUS está sobrecarregado (Beatriz).

²⁵ A Educação para Jovens e Adultos (EJA) é uma forma de ensino da rede pública no Brasil, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade, para as pessoas que não possuem idade escolar e oportunidade (Brasil, 2024).

Os rendimentos transferidos por essa política, abaixo do salário mínimo, está muito aquém da remuneração de R\$ 6.575,30 (4,6 vezes a mais que o valor do salário mínimo de R\$ 1.412), considerada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE), necessária para garantir um padrão de vida razoável, ao trabalhador (Cruz, 2024). O referido autor traz esses argumentos ao considerar o histórico da inflação no Brasil e o salário mínimo em outros países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme Gráfico 3.

Gráfico 3: Salário mínimo em países da OCDE



Fonte: Cruz, 2024

O salário mínimo do Brasil supera apenas o salário mínimo do México, o que está diretamente associado à condição de inserção dos países latino - americanos na divisão internacional do trabalho, como exportador de produtos primários. Segundo Osório (2012), a superexploração do trabalho no México tem a ver, por exemplo, com a sua condição de exportador de produtos primários destinados, principalmente, aos Estados Unidos. Essa condição significa, de acordo com Osório (2012, p. 122), uma “enorme dependência do México com relação ao mercado dos Estados Unidos e a menor autonomia da diplomacia mexicana com relação aos projetos e problemas regionais”. Osório (2012, p. 121) destaca a

maior autonomia relativa do Brasil em comparação ao México associada à exportação de produtos primários para um leque mais abrangente de países (China, União Europeia, Estados Unidos e Américas Latina). Portanto, a condição de capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho impacta diretamente na empregabilidade dessas mulheres e na lógica dos programas sociais, como o estudado que oferta um valor que não permite uma condição de sobrevivência mínima.

Todas as entrevistadas consideram insuficiente o valor de R\$ 981,00 recebido pelo trabalho acessado por meio dessa política, para atender demandas do custo de vida muito alto em Mariana. Nas palavras de Ana, Fátima e Amanda:

Bom, é meio salário mínimo. Depois que a gente teve um prefeito interino, ele veio com vale de alimentação de R\$ 275,00. Então hoje, somando, é R\$ 980,00. Mas você tem que pagar o INSS também, que é um valor de R\$ 70,60. Como a gente não tem vínculos empregativos, a gente paga o INSS porque você precisar, você tem aonde recorrer (Ana).

Então, meio salário hoje em dia para quem tem cabeça e realmente sabe controlar é pouco, mas não tem outra solução. É só esse valor mesmo, então a gente tem que procurar fazer render e multiplicar. Mas se você for parar e pensar é muito pouco porque o meio de vida está muito caro. Se hoje você compra um arroz quase R\$ 30,00 e o gás cento e poucos reais, cento e dez, cento e vinte tem que pechinchar para você comprar uma coisa mais barata. O feijão está um absurdo, o óleo está um absurdo. E quem tem mais de três, quatro, cinco filhos, é muito pouco e na minha imaginação deveria aumentar um pouquinho, porque como se diz o pouco com Deus é muito, mas não dá não, dá só para sobreviver esse é o básico (Fátima).

O valor é muito pouco. Mas pouco com Deus é muito. A minha família com 10 pessoas é muita gente para alimentar (Amanda).

As entrevistadas consideram Mariana, MG um município bom para se viver, pela tranquilidade dessa cidade turística com grande potencial de trabalho (quatro entrevistadas); porque a cidade acolhe, como mãe, os seus habitantes (duas entrevistadas); por causa dos moradores do bem desse município (uma entrevistada), por causa dos preços de certas mercadorias, mais baixos, do que em comércios de outros distritos de Mariana e por causa da maior facilidade de acesso aos serviços, em Mariana (uma entrevistada). Mas, todas consideram difícil, quem ganha salário mínimo, viver em Mariana, MG, principalmente, com o rompimento da barragem de mineração. Em decorrência do preço alto do aluguel, da luz, da água, do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), da alimentação e da saúde. Quatro informantes falaram do alto custo de vida nessas cidades, três dessa entrevistadas associaram esse custo com o rompimento da barragem. Nas palavras de Roberta, Beatriz, Fátima e Amanda:

O custo de vida em Mariana é altíssimo. Eu consigo com o dinheiro que eu recebo é comprar um gás no mês e fazer compras dos alimentos. A água está sem pagar por meses, já em tempos, luz clandestina, o meu INSS a minha comadre que paga todo mês para mim. O CRAS libera cesta básica mês sim, mês não e no mês a conferência da Igreja que faz a entrega para a minha família. Se adoecer tem o posto, remédio é só o que tem na farmácia pública, roupas a gente veste a que ganha dos outros. E dou graças a Deus por ter cinco cômodos que o setor de habitação no município construiu depois que teve a enchente de 2006, e que a Defesa Civil me retirou do meu barraco (Roberta).

O custo de vida em Mariana, depois do rompimento da barragem, ficou, está exaustivo, porque ficou bem puxado. Para hoje, com a pessoa que ganha uma salário mínimo, não está dando. Em termos de aluguel, alimentação, saúde, está bem puxado (Beatriz).

O custo de vida é altíssimo. Em vista de anos atrás, está bem melhor para algumas pessoas, famílias porque depois do rompimento da barragem, tudo em Mariana mudou. Começou a surgir empregos para os atingidos de Bento e Paracatu, era difícil arrumar para quem fosse de Mariana. As empresas viram que realmente os moradores dessas comunidades não mostraram interesse, que os próprios não quererem nada com a dureza, começaram a divulgar mais as vagas para os marianenses interessados (Fátima).

É muito alto sobreviver aqui na cidade de Mariana porque tudo é muito caro. Antes do rompimento da barragem da Samarco as coisas eram mais em conta. A gente achava barracos de aluguel por meio salário, mas agora é tudo mais de um salário (Amanda).

O custo de vida alto em Mariana tem a ver, conforme as próprias entrevistadas, com as atividades da mineração extrativista nesse Município, que pertence ao chamado quadrilátero ferrífero do Estado de Minas Gerais (MG)²⁶. Mineração extrativista que, segundo Bertollo (2017, p. 21), vai ser “determinante e estruturante das diferentes esferas da vida social, que insere a classe trabalhadora na condição de vida ditada pela dinâmica da superexploração da força de trabalho”.

Tendo em vista que a mineração extrativista acentua as contradições do capitalismo de tipo periférico e subordinado, principalmente a partir das últimas três décadas do século XX e da primeira década do século XXI, com expansão de grandes grupos capitalistas-monopolistas e multinacionais, como a Samarco²⁷, em território nacional (Bertollo, 2017, p.

²⁶ O Quadrilátero Ferrífero de MG é uma área que tem como vértices as cidades de Itabira, a nordeste, Mariana, a sudeste, Congonhas, a sudoeste e Itaúna, a noroeste. (Geopark Quadrilátero Ferrífero, 2016 apud Bertollo, 2017, p. 144). Segundo o IBRAM (2015) apud Bertollo (2017, p. 144), no ano de 2014, o estado originou 51,6% e o estado do Pará originou um total de 32% do minério exportado pelo País. “A produção de finos e granulados foi de 399,4 milhões de toneladas e a de pelotas, 58,9 milhões de toneladas”. (Instituto Brasileiro de Mineração, 2015, p. 22 apud Bertollo, 2017, p. 144)). Merece destaque a informação de que a produção de pelotas foi realizada exclusivamente pelas mineradoras Vale S.A. e Samarco, produzindo 34,4 e 24,5 milhões de toneladas respectivamente (Instituto Brasileiro de Mineração, 2015 apud Bertollo, 2017, p. 144).

²⁷ A Samarco é uma empresa de capital fechado que atua no segmento de mineração, uma joint venture de propriedade da Vale e BHP. Com sede no Brasil e presente em cerca de 30 países, a Vale é líder mundial na produção e exportação de minério de ferro, pelotas e níquel. Figura entre as principais produtoras do mundo de

24).

De acordo com Fraser (2023, p. 62), “por meio das dívidas dos Camponeses do Sul Global” as instituições financeiras globais conseguem pressionar “os estados a reduzir os seus gastos sociais, a impor austeridade e, geralmente, a conspirar com os investidores para extrair valor de populações indefesas”. Precarização que tende a acirrar com as “novas rodadas de apropriações de terras pelas empresas privadas, as quais restringem o suprimento de energia, água, terras aráveis e compensações de carbono” (Fraser, 2023, p. 62).

Para Coelho; Milanez e Pinto (2016) apud Bertollo (2017, p. 167), a mineração extrativista eleva o custo de vida em Mariana na medida em que atrai, para esse Município, força de trabalho qualificada, de grandes centros urbanos. Essa força de trabalho incentiva a elevação dos custos de vida na cidade porque os serviços, a educação e a formação profissional se voltam, prioritariamente, para atender demandas deste segmento de trabalhadores.

A transferência dessa força de trabalho para Mariana impulsiona, inclusive, a valorização dos imóveis, a especulação imobiliária e o aumento exagerado dos aluguéis desses proprietários. Ou seja, movimento que gera impacto para a população da cidade como um todo, mas, principalmente para os trabalhadores com condições mais precarizadas de vida. A mineração extrativista, também, eleva o custo de vida em Mariana, em decorrência de rompimento de barragem da mineradora Samarco.

Nove das entrevistadas compreendem que os rompimentos de barragens aumentou os campos de trabalho em Mariana, já que o Município teve que contratar mais força de trabalho para atender demandas da população aumentada. Nesse grupo, por exemplo, Amanda falou da oportunidade que o trabalhador tem de escolher dentre as opções de emprego e Roberta entende que só fica na cidade sem trabalho quem não quer e não gosta de trabalhar. Mas, as entrevistadas, também, reconhecem dificuldades de acessar o mercado de trabalho, associadas à falta de estudo (duas informantes), à falta de experiência (três informantes), à ausência de

diversos outros minerais, como concentrado de cobre, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas. Além da mineração, a companhia atua em siderurgia, energia e logística – com ferrovias, portos, terminais e infraestrutura de última geração. Com sede global em Melbourne, na Austrália, a BHP é líder mundial em extração e processamento de recursos minerais, petróleo e gás, com mais de 80 mil funcionários e prestadores de serviços, principalmente na Austrália e nas Américas. Está entre os principais produtores mundiais de importantes commodities, incluindo minério de ferro, carvão metalúrgico e cobre. Seus produtos são vendidos em todo o mundo, com vendas e marketing liderados por Cingapura e Houston, nos Estados Unidos. A governança corporativa da Samarco envolve os relacionamentos entre os acionistas, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e outros stakeholders, baseados nos princípios de equidade, transparência e responsabilidade com as informações (Samarco, 2024).

instituições para as mulheres deixarem os seus filhos (três informantes), aos vícios como álcool e droga (duas informantes), bem como à priorização da força de trabalho “de fora” que “ocupou as vagas dos marianenses” e às oportunidades maiores dos trabalhadores com indicações. Nas palavras de Beatriz:

Bom, não é tão fácil conseguir trabalho em Mariana. Mariana, muitas vezes, as pessoas que conseguem trabalho são mais pessoas de fora. Mariana é uma boa mãe, mas uma madrasta muito excelente. Para você conseguir emprego aqui em Mariana você sempre tem que ter um padrinho. Se você tiver alguém que possa te ajudar ou você correr muito atrás você consegue. Então, fica-se aquela dúvida: Mariana, consegue serviço? Consegue, mas muitas vezes não é aquilo que você sonha.

As informantes comentam, ainda, sobre os prejuízos provocados pela referida empresa que destruiu o Município de Bento Rodrigues (Beatriz), elevou o número de pessoas na cidade após o rompimento da barragem (Ana), aumentou a prática de especulação e o preço dos aluguéis (Beatriz) e tornou mais competitivo o mercado de trabalho (Fátima). Nas palavras de Beatriz:

Sim, modificou muito. Por que acontece que ela veio, ela colocou a Renova, porque é uma empresa para ficar no lugar dela, mas com ela veio a especulação de valores muito alto. Um aluguel que antes custava R\$600, hoje ele custa R\$2.000, então a gente hoje temos isso. Ela atrapalhou muito, ela ajudou um pouco, mas ela atrapalhou, tristemente, no rompimento da barragem, que veio os distritos ser afetados, então as pessoas de lá veio para Mariana e nisso a barragem, com essas modificações, aumentou o custo de vida de todos.

As mulheres entrevistadas reconhecem que a Samarco gerou mais empregos na cidade, mas também, que essa empresa tem gerado prejuízos para Mariana. Para Vera e Helena, apesar de a empresa impulsionar a abertura de mais postos de trabalho, também, aumentou o exército industrial de reserva da cidade. Para Helena, antes da Samarco “eram menos empregos, mas só tinham trabalhadores da região e dos distritos. Agora grande parte vem de fora para a cidade de Mariana”.

A maioria das entrevistadas (oito casos), ao falar dos impactos negativos da Samarco para Mariana, comparam a situação da população de Mariana e Bento Rodrigues, parecendo inclusive discordar com o que a Samarco tem realizado em Bento Rodrigues (Fátima, Ana, Sandra, Amanda, Roberta e Antonia, Helena e Rita). Nas palavras de Fátima, Sandra, Amanda, Roberta e Antônia:

Então os moradores de Mariana, eles não beneficiaram não. Os moradores que moram aqui que foram os atingidos que perderam seu emprego e os atingidos que vieram dos distritos, eles sim, tiveram mais benefícios. Eu fiquei sabendo que já tem casa do Bento que o dono quer que joguem no chão e constrói de novo. E antes eles tinham casas de pau a pique. E hoje eles querem muitas coisas. Estão exigindo demais (Fátima).

Sim, as famílias dos distritos que passaram a lama da Samarco modificaram as suas vidas. Elas estão esbanjando pela cidade (Sandra).

Samarco modificou as condições das famílias das roças de Bento e Paracatu dos garimpeiros de Monsenhor Horta e pelo que vejo acontecer pelo fato de serem atingidos, eles vivem e nem pensam no amanhã. Eles tinham que guardar tudo que estão recebendo porque essa mamata vai acabar (Amanda).

Sim. Porque muitas famílias das roças que perderam tudo, estão aqui em Mariana e a Samarco tem que arcar com as despesas das famílias que perderam as suas moradias. Mas nós que somos filhos da terra até hoje nada (Roberta).

Sim, só para as famílias dos distritos que a lama da Samarco arrasou e que modificou as suas vidas. Nós marianenses ficamos lascados. Tudo aumentou na cidade (Antônia).

Ao tratar da superexploração da força de trabalho na mineração, para além do momento de extração de minério, Bertollo (2017) comenta sobre o quanto a disputa entre os trabalhadores, impactados pela mineração extrativista, assume um caráter positivo para a mineradora Samarco, na medida em que essa fragmentação fragiliza a organização política e a luta para superar o que, realmente, determina as condições de precarização da força de trabalho no capitalismo.

O que não significa que esses trabalhadores têm deixado de resistir e lutar contra esse sistema. Nessa direção, estão segundo Bertollo (2017, p. 219), as incansáveis resistências dos Movimentos Atingidos pela Barragem (MAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), organizados para defender direitos das populações atingidas pelo rompimento de barragem e denunciar “acerca da real condição de desenvolvimento da mineração extrativista e suas consequências na vida do povo” (Bertollo, 2017, p. 220).

Portanto, os resultados desta pesquisa reforçam o Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher em Mariana, MG, associada à “própria lógica do capitalismo latino-americano”, na versão histórica, atualizada, “do padrão exportador de especialização produtiva, que opera no núcleo concentrador e simultaneamente pauperizado” (Osório, 2012, p. 132). Evidenciando a permanente reprodução das contradições do capitalismo, na lógica de funcionamento desses programas sociais, mais frágeis em governos mais autoritários do que em governos mais democráticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento desta dissertação, foi visto primeiramente que o trabalho, definido como a atividade de transformação da natureza pelos seres humanos, tendo em vista à satisfação de suas necessidades, se transforma no interior do capitalismo em meio de exploração da força de trabalho. Tal exploração é expressa pela mais-valia, mediante a qual o capitalista se apropria de um excedente de trabalho que se torna lucro e que não é pago ao trabalhador. No contexto do capitalismo, por um lado o capitalista, detentor dos meios de produção acumula riquezas e, por outro lado, o trabalhador, que não possui tais meios, sendo obrigado a vender sua força de trabalho como uma mercadoria, busca sobreviver com um salário que serve somente para a sua reprodução.

Ao longo do tempo, em busca de maximização dos lucros, o capitalista tem incorporado as inovações tecnológicas ao processo produtivo, o que tem gerado a expulsão dos trabalhadores desse processo, agravando assim o problema do desemprego, característico do chamado capitalismo dependente nos países da América Latina, como o Brasil.

Como o nome sugere, esse tipo de capitalismo é definido pela relação de dependência econômica dos países periféricos em relação às nações economicamente desenvolvidas, ou seja, às potências industriais. Estas potências exploram a força de trabalho dos países dependentes pagando aos trabalhadores baixos salários, possibilitando o consumo apenas daquilo que é necessário para a sua reprodução, prejudicando o crescimento do mercado interno. Além disso, tais potências provocaram o aumento do desemprego e conseqüentemente de uma superpopulação relativa, obrigada a se sujeitar a formas precárias de trabalho.

Nesse sentido, foi visto que a dificuldade de obtenção de trabalho pode variar conforme as configurações familiares no interior do sistema capitalista. Tal dificuldade é maior nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres, uma vez que elas enfrentam discriminações e exclusões para assegurar seu sustento e o de sua família. Sendo obrigadas a conciliar trabalho mal remunerado com as atividades do lar e cuidado com os filhos, essas mulheres têm dificuldades referentes à inserção e permanência no mercado de trabalho.

Deste modo, tais mulheres se submetem aos programas de transferência de renda, que constituem estratégia da política social do capitalismo de atenuação da pobreza, mediante atendimento das necessidades básicas das classes sociais menos favorecidas.

E, necessitando de emprego e renda para a sua sobrevivência, essas camadas sociais aceitam as condições estabelecidas por esses programas, caracterizadas pela precarização do trabalho e baixos salários. Isso constitui a denominada política de ativação. Aceitam mas não sem compreenderem seus limites, erros, possibilidades e contradições, cujas possibilidades de ouvi-las e a organização coletiva das mesmas possibilitaria a construção de programas sociais melhores.

Não obstante consistirem em mecanismos de atenuação, de suavização da condição de pobreza e de naturalização das atividades domésticas, os programas de transferência de renda proporcionam, inclusive às mulheres provedoras, o acesso a serviços básicos para a sua sobrevivência e de sua família.

Como exemplo de programa de transferência de renda, a presente dissertação abordou o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, em Mariana, Minas Gerais e que foi criado em 2013, com a finalidade de atender as necessidades básicas das famílias chefiadas por mulheres, como a sua reinserção no mercado de trabalho.

Para verificar o impacto desse programa em Mariana, foram entrevistadas dez mulheres beneficiárias, em maioria provedoras. Nesse compasso, observou-se que no tocante a questão do desemprego em Mariana, principalmente após o rompimento da barragem da Samarco, para a maioria das entrevistadas a Samarco não modificou as condições de vida em Mariana, mas somente nos distritos atingidos e que não piorou as condições de trabalho na cidade, embora uma entrevistada destacou que, as ofertas de emprego atraíram pessoas de fora.

Verificou-se também que essas mulheres encontram dificuldades de conciliar trabalho com a vida doméstica; que além de estarem trabalhando em empresas ou escolas, tais mulheres, em maioria, estão realizando cursos profissionalizantes e que o programa, apesar do baixo salário, teve um impacto positivo na vida delas, como a melhoria da renda; garantia de alimentação; oportunidade do retorno aos estudos e acesso à informação. Porém, de acordo com as entrevistadas, são necessárias melhorias no programa, como por exemplo o aumento do salário, do vale alimentação e de cursos profissionalizantes que tivessem parcerias com a Universidade Federal de Ouro Preto e com as Empresas Mineradoras da região.

Considerando que, apesar de suas limitações, o programa consiste em um importante recurso de obtenção de se obter uma renda mínima em Mariana. Deste modo, atinge-se o objetivo geral deste trabalho. E, a partir da constatação de que esse programa proporciona salário, ainda que baixo, alimentação, curso e informação às beneficiárias, responde-se à questão problema inicialmente formulada: quais os impactos do programa nas condições de

trabalho das mulheres beneficiárias?

Em suma, conclui-se que, ainda que se constitua uma estratégia de manutenção da pobreza e da exploração da força de trabalho na ordem capitalista, o programa configura-se como importante recurso que proporciona trabalho e renda às mulheres provedoras beneficiárias, garantindo-lhes minimamente a sua reprodução.

Após analisar as entrevistas feitas com as beneficiárias do Programa de Inclusão Produtiva da Mulher Renda Mínima, nas entrelinhas fica evidente a insatisfação das mesmas quanto a renda mensal recebida pelo Programa. Elas almejam um emprego com carteira assinada, direitos garantidos, precisa urgente de ter mudanças, avaliação constante, dar voz as beneficiárias que pedem parcerias com investimentos, disponibilizando recursos e benefícios que poderia ser através das Universidades e Empresas, melhorias para todas e as futuras beneficiárias.

O poder Executivo deveria que ter um olhar pontual, propor políticas públicas eficientes para se ter avanços nas demandas e necessidades das beneficiárias que não são servidoras, mas que ocupam os espaços públicos com a prestação de serviços nas áreas de limpezas dos setores. O poder Executivo precisa dar visibilidade a esse programa que segundo opiniões foi, e será o maior programa do Município de Mariana que se estiver mudanças, construirá uma nova história dentro do Programa.

E segundo relatos, a maior receita da história de Mariana que são comprovados em números de arrecadação é neste ano de 2024, que o orçamento é de 914 milhões de reais. Se o gestor público souber administrar, os serviços podem deixar de ser falhos e serem oferecidos para a população com maior qualidade, mas têm que ter o despertar para as políticas públicas e transformar os programas e projetos em empregos dignos com salários justos e atualizados para realmente suprir todas as demandas e necessidades dos servidores.

Nos dias atuais estamos vivendo um momento real de perdas salariais, de aumento de tempo de contribuição, aumento de idade e diante de todas as mudanças que estão ocorrendo no âmbito dos governos Federal, Estadual e Municipal, faz se o questionamento de qual será as propostas da Gestão do Município para o servidor público, quais serão as condições de trabalho que se pode oferecer nos setores, terão cursos de qualificação, carga horária reduzida ou mesmo ter um trabalho digno com rendimentos justos pelos serviços prestados. Cabe o Executivo Municipal ter um olhar para essa pauta em questão e dialogar junto as Empresas Mineradoras sobre o assunto para se planejar as melhorias do Programa em questão.

Portanto, é importante registrar que a Empresa Mineradora Samarco, ampliou as vagas de emprego na cidade de Mariana, foi pela repactuação que têm que cumprir após acordo com

o Ministério Público.

Foi apresentado nas falas das beneficiárias sobre os valores abusivos dos aluguéis das casas da cidade de Mariana, que nos últimos anos a cidade teve um crescimento populacional muito grande porque segundo os dados do último IBGE, era quase 62 mil habitantes, mas hoje passa de 100 mil habitantes, os chamados população flutuantes, que em virtude da Mineração, e a medida que se expande, contrata-se mais funcionários, mais terceirizadas, novas empresas vem junto para a cidade. E conseqüentemente, causando grande especulações imobiliárias e crise na cidade. Isso porque com a chegada de mais pessoas, as empresas pagam aluguéis exorbitantes, porque as mesmas tem poder econômico para manter seus funcionários e os marianenses que são filhos legítimos dessa terra, estão sendo empurrados para as periferias, distritos ou mesmo para fora de Mariana e indo morar em outras cidades vizinhas.

Entretanto, passou se da hora do chefe do Executivo Municipal cobrar um posicionamento concreto das Empresas Mineradoras, que continuam causando enorme impacto aos moradores da cidade de Mariana, devido a especulação imobiliária, os aluguéis com preços irreais, os altos preços dos alimentos, dos vestuários e etc. Deve se propor as futuras empresas e mesmo as atuais existentes que se criem canteiros de moradias, áreas para se fazer de forma organizada, prédios, casas, alojamentos para seus funcionários que usam as mesmas para o descanso noturno e nas folgas. Cabe as Empresas Mineradoras oferecer todas as condições necessárias aos trabalhadores.

Entretanto, ainda não se teve vontade política para deixar claro para as mineradoras quais são os critérios, regras e um plano de crescimento populacional da cidade, visto que as exigências tem que ser do Gestor Executivo da cidade para com as Empresas.

E por fim, as benfeitorias tem que ser avaliadas e executadas para a cidade ter condições de manter a continuidade no desenrolar dos anos, uma política habitacional digna para seus habitantes que são os trabalhadores que clama por chegar ao seu canto e ter água, luz, saneamento básico, acessibilidade e receber o registro de regularização de posse de sua casa em mãos que hoje são áreas de ocupações irregulares na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Miléia Santos. As mulheres e o capital: notas sobre a exploração do trabalho feminino na produção e reprodução do capitalismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.14, n.2, p.228-244, ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/download/48093/27448/200828>. Acesso em: 12 fev.2024.

ALVES, Giovanni. Trabalho, corpo e subjetividade: toytismo e formas de precariedade no capitalismo global. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.3, n.2, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/GsSvG7FXBNNzcZkrg9V9cvB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar.2023.

ALVES, Giovanni. Trabalho e contradições do capital no século XXI – breve ensaio sobre a catástrofe do capitalismo global. **Revista Labor**, v. 1, n.23, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53145/1/2020_art_gapalves.pdf. Acesso em: 26 mar.2023.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar.2023.

ARREGUI, Carola Carbajal et al. Vulnerabilidade social: fundamentos teórico-metodológicos e implicações no campo da proteção social. In: SILVA et al. (Orgs). **Vulnerabilidades sociais: direitos negados**. Curitiba: CRV, 2023.

BABIUK, Graciele Alves. Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e Serviço Social. **Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_269.pdf. Acesso em: 03 mai.2022.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019.

BARROCO, Maria Lúcia S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n.143, 2022.

BERTOLLO, Kathiúça. A mineração extrativista em Minas Gerais: “aí antes fosse mais leve a carga”. **Revista Katalysis**, v.24, n.3, 2021.

BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração da força de trabalho**: análise a partir da realidade de Mariana-MG. Orientadora: Dra. Beatriz Augusto de Paiva. 2017. 289 f. Tese (doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BEZERRA, Angélica. O fenômeno do desemprego crônico em face da crise estrutural do capital. **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2_transformacoes-do-mundo-do-trabalho/o-fenomeno-do-desemprego-cronico-em-face-da-crise-estrutural-do-capital.pdf. Acesso em: 18 mai.2023.

BOCCHINI, Bruno. **Mulheres têm rendimento 21% inferior ao dos homens**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/mulheres-tem-rendimento-21-inferior-ao-dos-homens-mostra-pesquisa>. Acesso em: 14 fev.2024.

BOSCHETTI, Ivanete. A assistência no capitalismo contemporâneo e tensões no trabalho de assistentes sociais. **Anais da VII Jornada Internacional Políticas Públicas**, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/a-assistencia-no-capitalismo-contemporaneo-e-tensoes-no-trabalho-de-assistentes-sociais-1-.pdf>. Acesso em: 25 mar.2023.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016, 192p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome. Benefício de Prestação Continuada – BPC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 15 fev.2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jun.2022.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social: **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010.

CARTA CAPITAL. **A exploração de Minas cavou a tragédia em Mariana**. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/a-exploracao-de-minas-cavou-a-tragedia-em-mariana/>. Acesso em 08 de jun. de 2024.

CARVALHO. **Após Brumadinho e Mariana, Samarco e Vale somam R\$ 45 bilhões em dívidas com a União**. CartaCapital, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/apos-brumadinho-e-mariana-samarco-e-vale-somam-r-45-bilhoes-em-dividas-com-a-uniao>. Acesso em 08 de jun. de 2024.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (CNDH). **Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce**, 2017. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselhonacionaldedireitoshumanoscndh/RelatriodaBarragemdoRioDoce_FINAL_APROVADO.pdf. Acesso em: 25 ago.2022.

COUTINHO, Dalsiza Cláudia Macedo et al.. Trabalho e desemprego no capitalismo: reflexões para o Serviço Social. **O social em questão**, n.47, mai.-ago. 2020. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_47_art_6.pdf. Acesso em: 18 mai.2023.

CRUZ, Leonardo. **Quem somos**. 2024. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/>. Acesso em 04 de jun. de 2024.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Superpopulação relativa, dependência e desemprego estrutural no Brasil. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (21), p. 225-239, 2013. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3314/Seg%20secao%20Artigo5.pdf>. Acesso em: 28 out.2023.

ENGELS, Friedrich. Barbárie e civilização. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FAGUNDES, Livia Rocha Queiroz. **Mulher e monoparentalidade**: um estudo sobre a chefia feminina e as relações de trabalho, 2017 Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/612/1/MONOGRRAFIA_MulherMonoparentalidadeTrabalho.pdf. Acesso em: 02 mai.2022.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, Tithi (org). **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023. p. 45- 70.

GEORGINO, Rakelli Evangelista. **Programa de transferência de renda Bolsa Família**: impactos na pobreza e na economia brasileira entre 2008 a 2018, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Presença feminina no mundo do trabalho. **Estudos do Trabalho**, n.1, 2007. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/Guiraldelli_RET01.pdf. Acesso em: 01 out.2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, n.3, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil/MinasGerais/

Mariana, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>. Acesso em: 14 fev.2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2017.

LEONARDO, Francisco Antônio Morilhe; MORAIS, Ana Grazielle Longo de. Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v.3, jan. - jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/7386>. Acesso em: 26 jun.2022.

MACEDO, Dayana Valéria Coimbra de. Algumas considerações sobre o trabalho e sua precarização no contexto capitalista. **Em Pauta**, v.16, n.41, 2018. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/36700/26327>. Acesso em: 25 mar.2023.

MANTOVAN, Rosimeire Aparecida et.al Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. **O Social em Questão**, n.30, 2013. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Quinonero_3.pdf. Acesso em: 15 fev.2024.

MARIANA. Câmara Municipal de Mariana. Lei Orgânica Municipal, 2009.

MARIANA. Câmara Municipal de Mariana. Projeto de Lei nº76/2018. Exposição de Motivos, 2018.

MARIANA. Câmara Municipal de Mariana. Projeto de Lei nº42/2018, 2018.

MARIANA. Prefeitura Municipal de Mariana. Decreto nº9.910/2019. Dispõe sobre os critérios para inclusão de mulheres provedoras no Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, 2019a.

MARIANA. Prefeitura Municipal de Mariana. Inclusão Produtiva, 2024.

MARIANA. Prefeitura Municipal de Mariana. Lei nº1.543/2001. Institui o Programa de Renda Mínima, autoriza a contratação temporária de servidores e dá outras providências, 2001.

MARIANA. Prefeitura Municipal de Mariana. Lei nº2.300/2009. Institui o Programa de Renda Mínima-Inclusão Produtiva no Município de Mariana e dá outras providências, 2009.

MARIANA. Prefeitura Municipal de Mariana. Lei nº2.737/2013. Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher no município de Mariana, 2013.

MARIANA. Prefeitura Municipal de Mariana. Lei nº3.212/2018. Dá nova redação a Lei nº2.737, de 10 e julho de 2013 e dá outras providências, 2018.

MARIANA. Prefeitura Municipal de Mariana. Lei nº3.315/2019. Concede o abono natalino aos beneficiários dos Programas Sociais do Município de Mariana de que trata esta Lei,

2019b.

MARIANA. Prefeitura Municipal de Mariana. Lei nº3.408/2021. Altera a Lei Municipal nº 2.737, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher no Município de Mariana e dá outras providências, 2021.

MARINI, Ruy M. **Dialética da Dependência** [1973]. In: Traspadini, R. e Stedile, J.P. (orgs.). Ruy Mauro Marini. Vida e Obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Mário de Souza; MAZUR, Silvana Marcela. O CRAS e a política de assistência social **Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2009. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/o-cras-e-a-politica-de-assistencia-social.pdf. Acesso em: 15 fev.2024.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. **O capital**: a crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Boitempo. 2017p.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. **O que entendemos por feminização da pobreza?** 2008. Disponível em: <https://ipcig.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>. Acesso em: 26 jun.2022.

MÉSZAROS, ISTVÁN. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elisabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos 2000. In: MOTA, Ana Elisabete. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2017.

MOTA, Ana Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2010.

NASCIMENTO, Alexsandro et al. **A política de assistência social no Brasil e a nova abordagem da assistencialização**, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180130/101_00470.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 mar.2023.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.**, v.18. n.1, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkpBDpL4Xn/?lang=pt>. Acesso em: 01 mai.

2022.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, n.3, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Antônia Ruana Barbo; sa; CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes. Família monoparental feminina e pobreza: uma abordagem histórica e social. **Revista Praia Vermelha**, v.28, n.1, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/12748/13418>. Acesso em: 03 mai.2022.

OLIVEIRA, Edneia Alves de; SILVA, Anderson Martins. Notas sobre a superexploração da força de trabalho no Brasil no século XXI. **Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, jul./dez.2020.

OLIVEIRA, Dennis de. Das rebeliões da senzala ao capitalismo dependente. In: OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico crítica. São Paulo: Dandara, 2021, p. 145-167.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime e LUCE, Mathias (org). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 103- 133.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. O trabalho monográfico como iniciação à pesquisa científica. In: CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). **Construindo o saber**. Campinas- SP: Papirus, 2012.

PAIVA, Beatriz Augusto; GURGEL, Cláudio; SOUZA FILHO, Rodrigo. Dialética da dependência de Ruy Mauro Marini: 50 anos de uma tese atual. **Serv. Soc Soc**. São Paulo, v.146, n.3, 2023.

PEREIRA, Bárbara Leite; HORST, Cláudio Henrique Miranda. Familismo e juventude: notas sobre o trabalho com jovens na socioeducação. **Argumento**, v.13, n.1, jan.- abr. 2021.

PEREIRA, Miguel Ribeiro. Antologia de guerra e ódio permanente em terra brasilis: a tecnologia discursiva do poder como manutenção da vulnerabilidade social. In: SILVA et al. (Orgs). **Vulnerabilidades sociais**: direitos negados. Curitiba: CRV, 2023.

PODER 360. **Lucro da Vale cai 9% no 1º trimestre e fica em R\$ 8,3 bilhões**. 2024. Disponível em: [https://www.poder360.com.br/economia/lucro-da-vale-cai-9-no-1o-trimestre-e-fica-em-r-83-bilhoes/#:~:text=A%20Vale%20reportou%20lucro%201%C3%ADquido,%24%2011%2C9%20bilh%C3%B5es\)](https://www.poder360.com.br/economia/lucro-da-vale-cai-9-no-1o-trimestre-e-fica-em-r-83-bilhoes/#:~:text=A%20Vale%20reportou%20lucro%201%C3%ADquido,%24%2011%2C9%20bilh%C3%B5es).). Acesso em 08 de jun. de 2024.

REIS, Bruna Costa Norte; SILVA, Rodrigo dos Reis; PARDIM, Thais Sedlamyer e Silva. **Programa Bolsa Família: impactos na administração pública**, 2020.

REIS, Silvania Deniza Borges. **Responsabilização da mulher na proteção à família na política de assistência social?** 2019.

Revista Piauí - UOL - **A nova família brasileira.** Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/novafamiliabrasileira/#:~:text=Das%2012%2C7%20milh%C3%B5es%20de,solteiras%20do%20que%20pais%20solteiros>. Acesso em 24 de julho de 2024.

ROCHA, Keytiane Mardem Bandeira. **Mulheres negras trabalhadoras e o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher em Mariana-MG**, 2019.

ROSÁRIO, Fernanda. **Negros são maioria em municípios com barragens de mineração em alerta no Brasil.** 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/negros-sao-maioria-em-municipios-com-barragens-de-mineracao-em-alerta-no-brasil,7992e29f5a0cd93c61c516517edf1930inwt13j6.html>. Acesso em 04 de jun. de 2024.

RUSCHEL, Mariele Stertz et al. Os Programas de Transferência de Renda no Brasil e a institucionalização do Programa Bolsa Família. **Anais do Seminário Nacional de Serviço Social**, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_094.pdf. Acesso em: 24 mar.2023.

SAMARCO. **Salário mínimo: quanto é o salário mínimo em 2024?**. 2024. Disponível em: <https://www.creditas.com/exponencial/valor-salario-minimo/#12>. Acesso em 04 de jun. de 2024.

SANTANA, Edith Licia Ferreira Felisberto. Família monoparental feminina: fenômeno da contemporaneidade? **Questões contemporâneas**, v.13, n.2, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618/8518>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SANTOS, Josiane Soares. “Questão social”. Particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHENK, Ana Carolina Dias. **Cada vez mais diversificados, serviços terceirizados estão inseridos em diferentes áreas da mineração, sobretudo após nova legislação.** 2024. Disponível em: <https://revistamineracao.com.br/2024/04/23/terceirizacao-e-legal-avanca-e-faz-bem/#:~:text=A%20terceiriza%C3%A7%C3%A3o%20na%20minera%C3%A7%C3%A3o%20abrange,trabalho%20realizado%20diariamente%20nas%20minas>. Acesso em 08 de jun. de 2024.

SILVA, Maria Ozanira. Substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil: programas nacionais de transferência monetária na atualidade da pandemia da covid-19 – da estabilidade à insegurança. In: SILVA et al. (Orgs). **Vulnerabilidades sociais: direitos negados**. Curitiba: CRV, 2023.

SILVA, Maria Ozanira et al. **A Política Social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Ozanira et al. Os Programas de Transferência de Renda na Política Social Brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, v.8, n.2, 2004. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3762>. Acesso em: 24 mar.2023.

SILVEIRA, Daniela Tolfo.; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), 2009.

SOUZA, Cristiane Natalício. Assistência social em tempos da covid-19 e a racionalização do projeto neoliberal. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 32, n.1, p.127-147, 2021.

SOUZA, Cristiane Natalício de; MENDES, Filipe Isaque Moreira. Análise da política social em 40 anos da revista **Oikos**: do funcionalismo ao materialismo histórico dialético. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v.32, n.3, p.1-28, 2021.

SOUZA, Ilka de Lima; LIMA, Rita de Lourdes de. Família, conservadorismo e políticas sociais no Brasil: questões para reflexão. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n.44, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45219>. Acesso em: 26 jun.2022.

SOUZA, Nilson Araújo de; SOUZA, Mariana Nunes de Moura. A atualidade da obra de Marini e o resgate crítico de seu pensamento. **Revista Princípios**, n.165, set./dez. 2022.

TEIXEIRA, Marisa da Conceição. **Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, do Município de Mariana**: emancipação econômica da mulher ou reprodução da divisão sexual do trabalho? 2016.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. Pluralidade familiar: conheça as espécies de famílias contemporâneas. **JusBrasil**, 2020. Disponível em: <https://claudiamaraviegas.jusbrasil.com.br/artigos/830101269/pluralidade-familiar-conheca-as-especies-de-familia-contemporaneas>. Acesso em: 27 jun.2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

Apêndice A

Roteiro semiestruturado de entrevista:

1 Perfil Socioeconômico

- 1.1. Nome:
- 1.2. Sexo:
- 1.3. Data de nascimento:
- 1.4. Estado Civil:
- 1.5. Cidade onde nasceu:
- 1.6. Cidade onde mora:
- 1.7. Número de filhos:
- 1.8. Número de membros:
- 1.9. Trabalho Atual:
- 1.10. Rendimento familiar

2 Experiência no Programa de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher

- 1.11. O que você acha de morar em Mariana?
- 1.12. O que você me fala do custo de vida em Mariana?
- 1.13. É fácil conseguir trabalho em Mariana?
- 1.14. Você conhece muitos trabalhadores desempregados?
- 1.15. Você acha que a Samarco modificou as condições de vida das famílias de Mariana?
Se sim, como?
- 1.16. Você acha que a Samarco piorou as condições de trabalho das famílias de Mariana?
Se sim, como?
- 1.17. Quais as exigências para acessar o Programa de Garantia de Renda Mínima – Inclusão Produtiva da Mulher?
- 1.18. Quanto tempo você permaneceu nesse programa?
- 1.19. O que o programa garantiu para você e a sua família?
- 1.20. Qual o posto de trabalho você acessou por meio desse programa?
- 1.21. Quanto você recebia para realizar esse trabalho?
- 1.22. Você considera esse valor suficiente para atender demandas da sua família?

- 1.23. Passou a acessar algum direito a partir desse trabalho?
- 1.24. Teve dificuldades de conciliar vida familiar com esse trabalho? Por que?
- 1.25. Você está trabalhando? Onde?
- 1.26. Fez algum curso por meio desse programa?
- 1.27. A respeito de se a participação no programa mudou sua vida
- 1.28. O que você mudaria nesse programa?

Apêndice B

Respostas abertas das entrevistas:

2.1 O que você acha de morar em Mariana?

Primeira:

R.: Para mim, morar em Mariana é tranquilo, é uma cidade pacata, tranquila, até com a questão social, de atendimento, porque eu consegui alguns atendimentos que me ajudam muito.

Segunda:

R.: Bom, eu acho morar em Mariana ótimo, né? Apesar de a gente precisar melhorar mais ainda. É uma cidade turística, tem um potencial muito grande, né? Então, é uma cidade boa, né? Mas a gente precisa melhorar muitas coisas nela ainda.

Terceira:

R.: Mariana é tudo de bom. Aqui têm muitas pessoas do bem, que acolhem a gente e ajudam de verdade.

Quarta:

R.: Eu moro em Mariana há 42 anos. Fui criada aqui e é uma cidade boa, tem emprego para quem gosta de trabalhar, quem não gosta, né fica à toa. Em Mariana eu e tive meus filhos, meu serviço.

Quinta:

R.: eu gosto muito porque Mariana é uma mãe para todos.

Sexta:

R.: Eu nasci e fui criada em campinas que é distrito de Mariana. Eu e minha família viemos para morar em Mariana na nossa casa humilde. Mas Mariana é uma ótima mãe.

Sétima:

R.: Eu gosto muito de Mariana, eu sou nascida e criada nesta cidade.

Oitava:

R.: Seria Bom. Mas moro em Passagem, que é distrito de Mariana e tenho minha casa onde consigo criar meus 3 filhos. Os comércios, padaria que tem aqui em passagem são mais caros que os comércios de Mariana. Mas outro ponto é que tudo temos que ir para Mariana resolver, por ser o município de referência, a sorte é o transporte ser gratuito (Tarifa Zero).

Nona:

R.: Eu gosto de morar aqui. A cidade os recursos são melhores

Décima:

R.: Eu gosto muito porque Mariana é uma ótima mãe para todos os filhos da terra e até para os que filhos de coração.

2.2 O que você me fala do custo de vida em Mariana?

Primeira:

R.: Olha, o custo de vida em Mariana, eu acho alto, porque devido a cidade ser bastante cheia. E talvez por isso as coisas aqui estão bem caras. Então eu acho que o custo de vida aqui para a gente que está morando com a população, as coisas bem caras.

Segunda:

R.: O custo de vida de Mariana, depois do rompimento da barragem, ficou, está exaustivo, porque ficou bem puxado. Para hoje, com a pessoa que ganha um salário mínimo, não está dando. Em termos de aluguel, alimentação, saúde, está bem puxado.

Terceira:

R.: O custo de vida de Mariana o aluguel, a água, os alimentos, as coisas estão muito caras, tudo em Mariana é isso.

Quarta:

R.: O custo de vida em Mariana é altíssimo. Em vista de anos atrás, está bem melhor para algumas pessoas, famílias porque depois do rompimento da barragem, tudo em Mariana mudou. Começou a surgir empregos para os atingidos de Bento e Paracatu, era difícil arrumar para quem fosse de Mariana. Após as empresas viram que realmente os moradores dessas comunidades não mostraram interesse que os próprios não quererem nada com a dureza, começaram a divulgar mais as vagas para os marianenses interessados.

Quinta:

R.: É muito alto, porque tudo nesta cidade é um preço absurdo.

Sexta:

R.: É muito alto sobreviver aqui na cidade de Mariana porque tudo é muito caro. Antes da barragem da Samarco (quis dizer antes do rompimento da barragem da Samarco) as coisas eram mais em conta. A gente achava barracos de aluguel por meio salário, mas agora é tudo mais de 1 salário.

Sétima:

R.: O custo de vida em Mariana é altíssimo. Eu consigo com o dinheiro que recebo é comprar 1 gás no mês e fazer compras dos alimentos. A água está sem pagar por meses, já tem tempos, luz clandestina o meu INSS a minha comadre é que paga todo mês para mim. O CRAS libera cesta básica mês sim mês não e no mês a conferência da Igreja que faz a entrega para a minha família. Se adoecer tem o posto, remédio é só o que tem na farmácia pública, roupas a gente veste a que ganha dos outros. E dou graças a Deus por ter 5 cômodos que o setor de habitação no município construiu depois que teve a enchente de 2006, e que a defesa civil me retirou do meu barraco.

Oitava:

R.: É Tudo muito caro. O Aluguel, luz, água, IPTU, alimentação, gás, vestuário. Tem Vantagens morar na cidade, mas precisa receber melhor para manter.

Nona:

R.: É muito alto, aluguel, luz, água, alimentação. Para mim tudo ficou pior depois do rompimento da barragem da Samarco.

Décima:

R.: É altíssimo, porque antes, alguns tempos atrás tudo nesta cidade era mais a menos, mas depois de tudo que aconteceu nos distritos a cidade mudou em todos os sentidos.

2.3 É Fácil conseguir trabalho em Mariana?

Primeira:

R.: Sim, eu acho fácil. Só que as pessoas às vezes não têm qualificação fica fácil conseguir, sim, empregos na cidade porque depois da barragem da Samarco, os empregos vigoraram.

Segunda:

R.: Bom, não é tão fácil conseguir trabalho em Mariana. Mariana, muitas vezes, as pessoas que conseguem trabalho são mais pessoas de fora. Mariana é uma boa mãe, mas uma madrastra muito excelente. Para você conseguir emprego aqui em Mariana, você sempre tem que ter um padrinho. Se você não tiver alguém que possa te ajudar ou você correr muito atrás, você não consegue. Então, fica-se aquela dúvida. Mariana, consegue serviço? Consegue. Mas muitas vezes não é aquilo que você sonha.

Terceira:

R.: Sim, porque tem o negócio da área da Samarco, depois que teve o rompimento da barragem de Mariana, aí surgiu muito emprego, e surgiu muitas empresas, e surgiram vagas para as pessoas que precisam.

Quarta: R.: É hoje está fácil de arrumar o emprego, por ter tido o rompimento e começaram a construção das casas do novo local onde será o distrito do Bento e ao mesmo tempo as construções das casas de Paracatu ai se deu emprego para todo mundo que interessou. Porque alguns que não gostam de trabalhar preferem é ficar atoa.

Quinta:

R.: Sim, agora de 6,5 anos para cá, tudo mudou aqui em Mariana.

Sexta:

R.: Agora você pode até escolher até a firma para poder trabalhar, porque antes de ter aquele desastre na Samarco era muito difícil para conseguir porque tudo era experiência.

Sétima:

R.: É muito fácil só para quem quer trabalhar. Porque eu falo que só fica atoa quem quer. Feriado, Sábado as vezes até no domingo eu quando me chama para fazer faxina eu vou mesmo. Foi assim que consegui comprar meus móveis e eletrodomésticos para minha casa.

Oitava:

R.: Sim, surgiram muitos empregos na cidade porque depois da barragem da Samarco, os empregos vigoraram

Nona:

R.: Agora é muito fácil porque surgiu empregos na cidade para construir os novos distritos para as famílias que moravam antes nós atingidos.

Décima:

R.: Sim, depois, que a barragem da Samarco rompeu, Mariana também mudou.

2.4 Você conhece muitos trabalhadores desempregados? Primeira:

R.: Alguns estão desempregados, porque talvez eles tenham até um certo tipo de escolaridade, mas ainda não tiveram oportunidade, porque não têm experiência. Então eles não têm oportunidade.

Segunda:

R.: Sim, conheço várias pessoas que estão desempregados, principalmente as mães solas, porque muitas vezes não tem lugar para colocar o filho. Hoje, para você pagar uma pessoa para cuidar de um filho é bem puxado, porque hoje ninguém trabalha por menos do que meio salário, sempre mais de um salário mínimo. Então, tem muitas pessoas desempregadas sim.

Terceira:

R.: Eu conheço alguns que estão desempregados. Eu conheço alguns que estão desempregados, que estão correndo atrás do emprego para ir trabalhar, porque surgiu muitas vagas na área da Samarco, depois da barragem, agora que está a tempo, mas é fácil.

Quarta:

R.: Conheço muitos. Alguns é porque não querem e outros é por não terem oportunidades, as firmas estão pedindo seis meses de experiência e muitos não tem. Mas acho que as firmas deveriam dar oportunidades para os novos sem experiência.

Quinta:

R.: Alguns desempregados. Mas é porque não querem. Tem empresas que até pararam de pedir experiência.

Sexta:

R.: Alguns que estão desempregados, porque não querem trabalhar, outros que não tem estudo.

Sétima:

R.: Poucos desempregados, mais os que tem problemas com álcool, drogas e os que não gostam de trabalhar.

Oitava:

R.: Desempregados só quem quer ficar. As vagas de Trabalho estão pipocando no SINE/Mariana todos os dias, conheço algumas mães na minha rua, que estão na fila já cadastradas no programa de inclusão produtiva da mulher, aguardando vagas, mas, não tem com quem deixar os filhos menores em casa sozinhos para ir trabalhar. Precisa de ter mais vagas disponíveis para as crianças com idade de creche municipal.

Nona:

R.: Muitos. Porque alguns é porque não tem interesse por estarem no alcoolismo, nas drogas. Outros é porque não tem estudos para os cargos das empresas e tem mais, dizem que muitos trabalhadores de fora vieram para Mariana e ocuparam as vagas dos marianenses.

Décima:

R.: Alguns porque não querem. O bolsa família cai todo mês.

2.5 Você acha que a Samarco modificou as condições de vida das famílias de Mariana? Se sim, como?

Primeira:

R.: As condições de todas as famílias, não. No meu ver, acho que melhorou mais para as pessoas que foram atingidas pelo rompimento da barragem, porque as demais famílias não foram, não teve melhoria para elas. E elas de alguma forma ficaram prejudicadas e não são assistidas pela Samarco.

Segunda:

R.: Sim, modificou muito. Por que acontece que ela veio, ela colocou a Renova, porque é uma empresa para ficar no lugar dela, mas com ela veio a especulação de valores muito alto. Um aluguel que antes custava R\$600, hoje ele custa R\$2.000, então a gente hoje temos isso. Ela atrapalhou muito, ela ajudou um pouco, mas ela atrapalhou, tristemente, no rompimento da barragem, que veio os distritos ser afetados, então as pessoas de lá veio para Mariana e nisso a barragem, com essas modificações, aumentou o custo de vida de todos.

Terceira:

R.: Ah, modificou sim, porque depois que teve o rompimento da barragem de Mariana, Bento Rodrigues, aí surgiu muitos empregos para as pessoas, aí apareceu muitas empresas, e Mariana deu muito emprego para muita gente.

Quarta:

R.: Então os moradores de Mariana, eles não beneficiaram não. Os moradores que moram aqui que foram os atingidos que perderam seu emprego e os atingidos que vieram dos distritos, eles sim, tiveram mais benefícios. Eu fiquei sabendo que já tem casa do Bento que o dono quer que joguem no chão e constrói de novo. E antes eles tinham casas de pau a pique. E hoje eles querem muitas coisas. Estão exigindo demais.

Quinta:

R.: sim, as famílias dos distritos que passaram a lama da Samarco modificaram as suas vidas. Elas estão esbanjando pela cidade.

Sexta:

R.: Samarco modificou as condições das famílias das roças de Bento e Paracatu dos garimpeiros de Monsenhor Horta e pelo que vejo acontecer pelo fato de serem atingidos, eles vivem e nem pensam no amanhã. Eles tinham que guardar tudo que estão recebendo porque essa mamata vai acabar.

Sétima:

R.: Sim. Porque muitas famílias das roças que perderam tudo, estão aqui em Mariana e a Samarco tem que arcar com as despesas das famílias que perderam as suas moradias. Mas nós que somos filhos da terra até hoje nada.

Oitava:

R.: Não. Na minha opinião modificou só as condições de vida das famílias dos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu, Ponte do Gama, Monsenhor Horta, e outros.

Nona:

R.: Pelo que vejo é que as condições de vida das famílias dos distritos de Bento e Paracatu é que melhorou, mas, as nossas condições de vida é que esta do mesmo jeito.

Décima:

R.: Sim, só para as famílias dos distritos que a lama da Samarco arrasou e que modificou as suas vidas. Nós marianenses ficamos lascados. Tudo aumentou na cidade.

2.6 Você acha que a Samarco piorou as condições de vida das famílias de Mariana? se sim, como?

Primeira:

R.: Igual eu falei os atingidos foram assistidos. De alguma forma eles são atendidos. Mas as outras famílias que já estavam morando em Mariana de alguma forma ficam prejudicadas. Por exemplo, na questão de saúde, como a cidade aumentou muito a população porque os mesmos vieram morar no centro, dentro de Mariana mesmo quem foi atingido também fica prejudicado. Por que a assistência de postos de saúde e outras coisas tem que dividir, digamos assim, com eles que estão morando aqui agora.

Segunda:

R.: Bom, a Samarco vem trazendo prejuízos e muito, porque hoje você não consegue sobreviver dentro da cidade. A Samarco é uma empresa que veio trazendo, mas ela também vem empacotando. Ela leva o nosso minério, mas empacota nas nossas vidas, porque hoje você vê muitas pessoas estranhas na cidade. Ela traz as pessoas de fora e depois vai embora, porque são as terceirizadas delas ou hoje essas pessoas estão virando moradores de rua em nossa cidade.

Terceira:

R.: Sim. As famílias de Mariana, de Bento, Paracatu, outras roças, saíram de suas casas, perdeu muita coisa, tudo. Perderam parentes, tiveram que morar de aluguel, adoeceram, morreram, e nada de resolver a nossa situação. Os marianenses estão certos com a manifestação.

Quarta:

R.: Não. A Samarco deu melhoria para Mariana e foi para muitos pais, mães que realmente querem trabalhar e precisam.

Quinta:

R.: Acho que sim, as famílias de Mariana saíram perdendo foram muito. eu mesmo tinha minhas faxinas garantidas/fixas 3 vezes por semana, depois que passou a lama nos distritos, a Samarco fechou as portas e todos os funcionários demitidos, acabaram as minhas faxinas, porque as patroas não tinham como pagar.

Sexta:

R.: Sim, porque tudo ficou caro demais. Um calçados e roupas virou preço. Todo dinheiro que entra tudo vai para comer melhor com verduras, legumes, misturas e carne de vez em quando.

Sétima:

R.: Sim, porque antes da barragem, quando a gente saía da rua, encontrava com os moradores conhecidos. E agora só desconhecidos na cidade.

Oitava:

R.: Sim. Moradores Marianenses que pagam aluguel, estão pagando mais caro e sem opção de encontrar casas vazias, pelo fato da superlotação da cidade com as famílias dos trabalhadores de fora e que conseguem pagar.

Nona:

R.: Sim, porque pelo que eu sei que os trabalhadores em geral ficaram sem aumento no salário por muito tempo, uns cinco, seis anos sem aumento, tudo por conta do rompimento da Barragem.

Décima:

R.: Sim, as famílias de Mariana perderam muito. Lavava trouxas de roupas, passava, Engomava recebia por semana, tinha famílias que pagavam por mês e hoje se não fosse o programa de renda mínima, estava perdida. Depois da lama, a Samarco me deixou sem pagamento que antes era 2 salários ou mais conseguia tirar no mês.

2.7 Você acha que a Samarco piorou as condições de trabalho em Mariana? Se sim, como? Primeira:

R.: Não.

Segunda: R.:

Não.

Terceira: R.:

Sim.

Quarta: R.:

Não.

Quinta: R.:

Não.

Sexta:

R.: Não

Sétima:

R.: Não.

Oitava:

R.: Sim. Porque antes do rompimento da Barragem da Samarco, eram menos empregos, mas só tinham trabalhadores da região e dos distritos. Agora grande parte vem de fora para a cidade de Mariana.

Nona:

R.: Não.

Décima:

R.: Não, para quem estava desempregado e com experiência, teve chance, de poder escolher até a firma que quisesse trabalhar. Mas na minha humilde opinião, a cidade está superpopulosa, os comércios lotados, os postos de saúde estão superlotados, as creches, as escolas estão abarrotadas, pessoas de todas as cidades vieram pipocando para Mariana porque os empregos apareceram em muitas áreas.

2.8 Quais as exigências para acessar o referido programa?

Primeira:

R.: Eu tive que ir no CRAS fazer o cadastro, receber a assistente social em minha casa, fui atendida por ela que tomou conhecimento de toda a minha situação e aí ela fez o relatório e eu fiquei aguardando. Segundo ela estava dentro dos critérios e mandaria para a coordenação do programa de renda mínima. Eu sou mãe solteira, sem pensão alimentícia dos filhos, ela viu que com o Bolsa família era insuficiente continuar criando meus filhos. Recebia cesta básica da Conferência de São Vicente, mas dava por 1 ou 2 semanas.

Segunda:

R.: Bom, a inclusão produtiva e as exigências deles são bem expulsadas. Você tem que ter acompanhamento no CRAS, para pessoas de vulnerabilidade social, que não tenha marido, seja mãe solo, mas o que acontece? Muitas vezes a pessoa tem um marido, mas aquele marido não te ajuda em nada. É só um casamento de papel, então não tem vínculo ali. Então acaba prejudicando um pouco as pessoas que precisam. E a inclusão produtiva, ele ajuda sim, mas ele poderia melhorar muito mais ainda.

Terceira:

R.: Quando eu fui lá no CRAS, a minha assistente social, fez um relatório para mim, fez um relatório da minha situação de vida, aí me indicou para um emprego, para a vaga do programa Renda Mínima, colocou no programa. Aí fui no CRAS várias vezes, fui olhando, olhando. Me colocaram todo mês para pegar cesta, comecei a trabalhar meio horário. Aí eu fui, meus meninos estudavam de manhã, eu trabalhava de manhã, eles eram muito pequenos. Eu largava o serviço de manhã, acabava o serviço, ia lá na escola, buscava eles e levava eles para casa.

Quarta:

R.: Então o programa de renda mínima eu acho que ele é muito bom para muitas famílias, mães solteiras, que são pai e mãe dos filhos, ele é muito bom, inclusive foi muito bom para mim. Eu não tenho nada a reclamar dele não.

Quinta:

R.: Depois que fui mãe, fiz cadastro no CRAS agendava atendimento para eu ser assistida e comecei a receber a cesta básica do CRAS e solicitei uma oportunidade de trabalho no programa de renda mínima. Foi feito o cadastro, acompanhamento, visita na minha casa e o relatório. Não demorou muito a espera, porque já fui vítima de violência sexual, e já tinha o cadastro no CREAS a assistente pediu uma reunião de rede e dois dias após me avisou que eu iria fazer parte do programa.

Sexta:

R.: Eu quando vim morar em Mariana, eu tinha 5 filhos e o meu marido estava procurando serviço nas firmas. Mas não conseguia nada. A igreja me ajudou demais com cestas todo mês. Depois fui

sabendo das coisas e agendei no CRAS bairros para eu ser ouvida e fazer a entrega dos meus documentos para fazer cadastro. Aí comecei a falar a minha vida para a assistente social. Agora passou anos, custo mais, depois de fazer visitas na minha casa e fazendo escritas de certo. Eu entrei para o programa.

Sétima:

R.: Eu já sou atendida pelo CRAS muitos anos e teve um dia que a assistente social foi na minha casa e pedi para ser incluída no programa renda mínima. Na época eu tinha o bolsa família, mas ela disse que não era renda e eu tinha 3 filhas menores e a mais velha estava grávida de 9 meses. Ela disse que iria fazer um relatório e entregar na secretaria de coordenação do Renda Mínima porque eu estava dentro do perfil.

Oitava:

R.: Eu fiz o meu cadastramento no CRAS distrito, onde a assistente social fez algumas visitas na minha casa, ela viu que eu estava dentro dos critérios e falou que iria fazer relatório e mandar para a coordenação do programa de renda mínima. Eu sou mãe solteira, sem pensão alimentícia dos filhos, ela viu que com o Bolsa família era insuficiente continuar criando meus filhos.

Nona:

R.: Eu acessei o programa porque tenho 4 filhos menores, não tenho pensão alimentícia, vivia só de bolsa família e de fazer faxina quando tinha e procurava atendimento no CRAS bairros mensalmente para a cesta básica. Ai a assistente social fez um relatório, passou 11 meses e foi chamada para ser beneficiária do programa renda mínima.

Décima:

R.: Como estava desempregada, sou mãe, pai e sem pensão dos meninos, fiz cadastro No CRAS e na primeira vez que a assistente social foi na minha casa eu pedi ela para me colocar no programa. Eu só recebia o bolsa família e a cesta da Conferência da igreja do meu bairro. Eu comecei a receber a cesta básica do CRAS de dois em dois meses e pedi de novo para me dar a oportunidade de trabalho no programa de renda mínima. A assistente social me disse que eu estava dentro dos critérios e que tinha que aguardar porque a coordenação estava fazendo a nova seleção de demandas. Demorou 4 meses a espera, mas foi inserida no programa.

2.9 Quais as exigências para acessar o referido programa? Primeira:

R.: Levar a declaração dos filhos onde constam que são frequentes na Escola em tempo integral e na Creche Municipal.

*Ser mãe solo.

* Apresentar os cartões de vacinação que tem que estar em dia com as vacinas e acompanhamento médico

* Continuar frequente nos estudos (a beneficiária, mas não estou estudando porque seria a noite e eu não tenho com quem deixar).

* Apresentar o carnê do INSS com as parcelas pagas.

Segunda:

R.: Bom, as exigências são, você está sendo acompanhado pela assistente social, do seu CRAS Bairro, você está com seus documentos em dias, está trabalhando sem nenhum problema no seu serviço, sem muita trocação de setor, porque isso também conta, e você tem que estar também com tudo, assim, tudo que você precisa, você pode encontrar com eles, mas você também tem que ser para morar, porque às vezes isso acontece, de você não gostar do lugar, mas aí você pede uma transferência, então as exigências, muitos deles são hoje, tem até o curso de capacitação, que antes não tinha, hoje tem, o modo da pessoa vestir, conversar, também não dá a oportunidade para ter assédio, porque a gente que trabalha no meio de público, a gente muitas vezes tem que saber se vestir também, porque sua vestimenta, tua fala, o teu jeito, você pode acabar dando impressão para uma outra pessoa. E você tem habilidade, tem uma fala, conversar, tudo isso te ajuda. Mas o mais importante é você estar sendo assistida pelo CRAS, isso é prioridade. Vocês têm que estar com no mínimo é de três meses de acompanhamento, tendo lá, porque isso conta na hora que você vai estar lá entrando na inclusão produtiva.

Terceira:

R.: Eles exigiam que eu tinha que estar estudando, meus filhos estavam estudando, as vacinas tudo

em dias. Aí eles estudavam e seis em seis meses, faziam relatórios sobre a minha situação. **Quarta:**
R.: Na minha época tinha que ser mãe solteira, mãe solo. Os filhos, a gente tinha que manter as

crianças na Escola, e as beneficiárias também. Tinham que estudar e muitas vezes, muitas mães não tinha como deixar as crianças em casa para estudar, inclusive eu mesma, ganhei 15 dias de balão porque eu não tinha como deixar meus quatro meninos sozinhos em casa e ir estudar. Aí eu fui punida. Sei que era para o bem nosso e não era para o mal, mas as condições eram essas. Já tinha meu cadastro no CRAS Bairros e já tinha minha assistente de referência.

Quinta:

R.: Primeiro ser sozinha na responsabilidade de criar meus filhos. Eu sou mãe, pai, tudo está nas minhas costas. Já aprendi que sou mãe solo. Sou acompanhada pela psicóloga, psiquiatra, neurologista, terapeuta. E tem mais os meus dois estão na Escola, mas a menina está com TDH e muita dificuldade na aula e a fala dela está mais ou menos. O carnê do INSS está pago.

Sexta:

R.: Eu tinha que deixar o meu cadastro no CRAS em dia sempre, meus filhos na escola, cartão de vacina completo, não faltar sem justificar para a coordenadora do serviço, manter o carnê em dia com o INSS

Sétima:

R.: Me disseram que as minhas filhas tem que continuar na Escola. Frequentando todos os dias as aulas. Manter a segunda filha em tratamento para colocar aparelho auditivo e quanto o bebê, meu neto nascer tenho que cadastrar ele no setor do bolsa família e eu precisava voltar a estudar, mais sem condições no momento.

Oitava:

R.: * Levar a declaração da escola, creche dos filhos onde constam que são frequentes na escola.

* Apresentar os cartões de vacinação que tem que estar em dia com as vacinas

* Continuar frequente nos estudos (a beneficiária)

* Apresentar o carnê do INSS.

Nona:

R.: Tenho que apresentar a declaração da Escola dos meus filhos que estão todos no tempo integral, apresentar o carnê do INSS, cartão de vacinação dos filhos. Todos os cursos que tem eu faço, mas não tem certificado ainda, só falto por uma grande necessidade.

Décima

R.: Primeiro ser sozinha na responsabilidade de continuar educar e criar meus filhos. Sei que sou mãe solo. Sou acompanhada pela assistente social do CRAS Bairros, os meus meninos continuar a Escola. O carnê do INSS tem que pagar todo mês.

2.10 Quanto tempo você permaneceu nesse programa? Primeira:

R.: Já estou no programa 2 anos vai fazer mês que vem que eu participo.

Segunda:

R.: Bom, eu já tenho mais tempo contado na inclusão produtiva, mas esse tempo eu tive que sair, esperar, porque é uma ordem do Ministério Público. Você pode ficar até dois anos e meio, porque eu sou de vulnerabilidade social, eu sou mãe solo, então as minhas filhas dependem de mim. Eu não tenho outra renda, então dois anos e meio. Só que você fica um ano, você passa na outra avaliação com a assistente social novamente, para ver como que está a sua situação, aí ela te dá mais um ano. Depois deste mais um ano, você passa de novo na assistente social, e ela vê como que está a sua situação. Lembrando que tem que continuar sendo acompanhada pelo caso. Mesmo que você estiver em inclusão produtiva, você tem que ser acompanhada pela sua assistente social, porque ela é sua referência. Deu dois anos e seis meses, você tem que sair, porque aí você tem que ficar um mês, dois meses fora até que tenha um novo contrato. Esse novo contrato depende da coordenação e do prefeito que vai assinar, né? Porque tem que dar oportunidade também para as outras pessoas, mas temos pessoas, igual o meu caso, eu tive que voltar, pois eu sou de vulnerabilidade social, né? Não tenho outra renda, não tenho pensão de filhos, mas elas dependem de mim. Então, minhas filhas têm problema de saúde, é uma questão mais ainda que precisa, né? Então hoje eu estou, é mais ou menos, já tenho seis anos que eu estou na inclusão produtiva.

Terceira:

R.: Passou de 8 anos.

Quarta:

R.: No total foram 14 anos.

Quinta:

R.: Eu entrei em outubro de 2016, vai completar 8 anos.

Sexta:

R.: Eu ia completar 2 anos em setembro de ano passado, mas seu sai antes porque tive chance de trabalhar no supermercado Farid ai eu fui.

Sétima:

R.: Eu estou a 4 anos no programa de Renda Mínima.

Oitava:

R.: Já estou 6 anos no programa. Trabalhei 3 anos na faxina da creche municipal, fui desligada e fui fazer faxinas nas casas. Depois consegui voltar fiquei 1 ano varrendo as ruas do distrito de passagem, sai. Voltei para as faxinas. E agora tem 3 meses (02/01/2024) que retornei para o programa de renda mínima na creche municipal de passagem.

Nona:

R.: Eu iniciei no ano de 2019 e estou até hoje. Então há 6 anos.

Décima:

R.: Eu entrei em março de 2016, completou 8 anos.

2.11 O que o programa garantiu para você e a sua família?

Primeira:

R.: Ele me deu condição de melhorar a minha alimentação e dos meus filhos. Consigo comprar carnes, verduras e legumes, frutas. Eu não tinha condições de comprar calçados. Eu acho que nesse sentido.

Segunda:

R.: Bom, o programa Inclusão Produtiva, ele me garantiu ter uma renda, porque é um programa social, ele não é emprego vitalício, nem emprego ativo, ele é um programa social para estar ajudando você estar entrando de novo, muitas vezes temos muitas que deixou você estar no mercado de trabalho, então ele te garante isso. Para mim, ele me ajudou porque eu pude dar o melhor, o conforto para minhas filhas e para mim também.

Terceira:

R.: Garantiu, porque quando eu comecei a trabalhar no programa de renda-mínima, eu não tinha nada. Eu trabalhava muito para cuidar dos meus meninos, que eles eram muito pequenos. Aí eu fui conquistando tudo. Depois do renda-mínima eu comprava uma alimentação digna para eles, que eles não tinham uma alimentação boa. Passei muita dificuldade com eles, porque meu marido era doente. Aí lá quem punha comida na mesa era eu não tinha nem geladeira, não tinha televisão, não tinha fogão. Fui pagando, pagando as parcelas. Aí numa época, mesmo que fosse pequena, eu paguei. Teve uma vez que eu levei os meus filhos para o serviço, porque não tinha ninguém para cuidar deles. Eu trabalhava até na rua e levava eles, porque não tinha ninguém para ficar com eles. Para não deixar eles sozinhos, eu levava os meus filho, mandava eles ficar sentados no passeio e eu limpando as ruas, porque eu trabalhava na rua da Mina de Passagem e vinha varrendo as ruas de baixo até onde precisava. Depois, eles trocou o local de serviço. Aí eu comecei a trabalhar no posto de faxineira, depois fui para o trabalho de faxina na Creche. Depois que eu fui evoluindo tudo, aí eu consegui. Estudei, estudei, estudei, estudei, fiz vários cursos, artesanato, fiz curso de, como fala, de manicure, cabeleireiro. Mas aí o que eu gostei mais foi de artesanato e de costura. Mas aí, como eu continuei, fui evoluindo, estudei, estudei, estudei, não parei. Comecei com eles pequenos, continuei a estudar, continuei, aí estudei até o quinto ano na Escola Estadual Benjamim Guimarães, em passagem de Mariana, fui estudando, estudando, não parei. Aí fui estudando, completei o terceiro ano, completei, fiz o magistério.

Quarta:

R.: O Programa garantiu muitos recursos de vida para conseguir criar os meus filhos que queriam um biscoito quando eu estava desempregada e eu não tinha. Assim que comecei a trabalhar no programa eu tinha dinheiro para comprar um biscoito, um leite, um gás para por comida na mesa para as crianças. Comprei móveis, geladeira, fogão, guarda roupa.

Quinta

R.: Garantiu as portas abertas para eu poder manter a minha dignidade e aprender sobre o mercado

de trabalho que nós do renda sempre fazíamos curso de capacitação e era bom.

Sexta:

R.: O programa garantiu para todos nós lá em casa, que são os 8 filhos, eu e meu marido pudesse dar uma alimentação de primeira qualidade porque tinha tudo para comer. Merendas, sucos, refrigerantes nos domingos. Comecei a comprar moveis que nunca tinha tido.

Sétima:

R.: O Programa garantiu e garante a alimentação de minha família.

Oitava:

R.: * Consegui alimentar melhor, comprar carnes, verduras e legumes, biscoito e sucos.

* Consegui comprar móveis como guarda-roupa, camas, sofá, parcelando de muitas vezes, comprava uma coisa pagava parcelado depois comprava outra coisa e por assim foi a casa toda. **Nona:** R.: Para a minha família é a garantia de poder ter alimentação em casa.

Décima:

R.: Garantiu o apoio que mais necessitei no momento mais difícil da minha caminhada de mãe dos meus filhos. Na época o pai deles saiu de casa e me deixou na responsabilidade com eles, sem um teto, sem uma pensão, sem ajuda de nenhum familiar dele, porque ele era de um outro lugar e me lasquei sozinha. O programa foi a única chance que tive para voltar a ter minha dignidade e aprendi a ser grata ao programa.

2.12 O que mudou na vida da sua família durante e após a participação nesse programa?

Primeira:

R.: Mudou para melhor as nossas vidas, porque além de poder alimentar melhor, consegui montar a minha casa com móveis simples e eletrodomésticos que antes eu não tinha. E tive que voltar para a escola antes tinha apenas a quarta série de grupo (Ensino Fundamental).

Segunda:

R.: Bom, é o que mudou, né? Coisas que a gente precisa comprar medicamento, né? É o que me mudou também, né? É o que eu fui aprendendo mais. Porque a gente está ali, né? Junto com assistentes sociais, coordenadores. Aí você se tem mais pessoas, né? Com outras cabeças, outras ideias. Então você aprende, né? Você passa a ter convivências com pessoas diferentes níveis. Níveis que eu falo assim, você tem pessoas que têm menos estudos, mais estudos. Então pessoas que debatem aquilo também no seu serviço. Então te mostra a realidade. Porque a nossa realidade não é fácil, né? Você tem que estar ali. E o Inclusão Produtiva, ele está me ensinando muito sobre isso.

Terceira:

R.: Depois da minha entrada no programa de renda mínima, a minha vida foi só melhorando e tudo que tenho dentro de casa foi do meu suor e trabalho. Nada veio de mãos beijadas, tudo no esforço.

Quarta:

R.: Mudou muita coisa eu pude comprar uma alimentação melhor para os meus filhos, pude comprar o material escolar para eles todos os anos, não precisava de pedir ninguém, entendeu porque a pior coisa que tem e seu filho pedir a gente uma coisa e o menino vai para a Escola ver outras crianças com material novo e a gente sem condições de dar, então assim, todo ano o material deles era garantido, final de ano comprava um presentinho bobo, mas comprava e não se passava em branco.

Quinta:

R.: Na vida nossa mudou que nós podemos alimentar com mais variedades, pedia biscoito eu podia comprar, pedia suco, iogurte, carne, verduras, frutas aí dentro do possível eu comprava todo mês.

Sexta:

R.: Foi o meu primeiro serviço fora de casa. Aprendi muito na faxina. Para minha família foi o céu, tinha variedade de comer frutas, merendas, comidas, carnes, sucos, biscoitos consegui limpar o meu nome de dívidas. Meus filhos todos estudando, aprendendo, lendo, comprei televisão, geladeira, forno elétrico para fazer merendas, quitandas.

Sétima:

R.: Mudou que começamos fazer todas as refeições do dia e comer com variedade de verduras, legumes e nos domingos carne.

Oitava:

R.: Mudou para melhor as nossas vidas, porque acém de poder alimentar melhor, consegui montar a minha casa com móveis simples e eletrodomésticos que antes eu não tinha. E tive que voltar para a escola antes tinha apenas a quarta série de grupo (Ensino Fundamental).

Nona:

R.: O que mudou foi que depois que passei a fazer parte de programa eu recebo mensalmente e consigo ter uma qualidade de vida melhor e não preciso ficar dependendo só da cesta do CRAS.

Décima:

R.: Na nossa vida foi o seguinte voltou a luz a brilhar no fundo do poço. A nossa alimentação melhorou começamos a ter mais variedades no prato. Os meninos tomavam leite. Comecei a comprar carne pelo menos nos domingos, e ter frutas na mesa.

2.13 Quais os postos de trabalho o usuário tem acessado por meio desse programa?**Primeira:**

R.: Já fui fazer inscrição para adquirir um teto para a minha família, porque estou morando de favor e sei que um dia precisarei devolver para o dono.

Segunda:

R.: Bom, os postos de trabalho é auxiliar de limpeza, algumas, entre aspas, algumas conseguem ser trabalhar no caso como atendente, mas muitas que estão nesse programa é auxiliar de serviços gerais.

Terceira:

R.: Bom, para eu ter acesso ao Programa Renda Mínima, eu comecei, varrer rua, tá. Aí o coordenador viu que eu estava bom de serviço, foi e mudou de lugar, colocou no posto, de faxineira. Aí de novo, aí o coordenador viu que eu estava bom de serviço, foi e mudou, colocou na faxineira, na escola, em creche. Aí fui evoluindo, evoluindo. Quando teve uma chuva forte lembro que as telhas de amianto do meu barraco voaram todas, quebraram e recorri ao programa de Aluguel Social, e os funcionários da Defesa Civil foram e fizeram relatório tirou fotos e me levaram por 2 meses para um aluguel na mesma rua e os funcionários da Prefeitura fizeram o meu telhado com telhas e madeira. Ai paguei uma parte do aluguel, mas foi 2 meses.

Quarta:

R.: Trabalhei 1 ano varrendo a pracinha e as ruas entorno da igreja do Rosário, 8 anos na faxina da APAE, 2 anos na Creche Municipal Dom Luciano e 3 anos na Escola Municipal Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida.

Quinta:

R.: Só nos serviços gerais da Escola, no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS.

Sexta:

R.: Eu já procurei o programa Jovem aprendiz e consegui que o meu mais velho e a minha segunda filhas tivesse a oportunidade de fazer parte antes de eu trabalhar no renda mínima.

Sétima:

R.: A minha primeira filha conseguiu ser inserida no programa Jovem Aprendiz.

Oitava:

R.: Já trabalhou varrendo rua no distrito de passagem de Mariana por um tempo, faxineira na creche, faxineira do posto de saúde do distrito.

Nona:

R.: Eu morava próximo de um rio antes, e depois de algumas chuvas fortes a defesa civil tirou eu e os meus filhos de lá e conseguiu colocar a gente no programa de aluguel social e eu já estava no programa do renda mínima, mais ou menos 2 anos.

Décima:

R.: Sempre fiquei nas faxinas da Escola onde meus meninos estudam. Depois fiquei sendo oficineira de artesanato dos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS Bairros, durante 4 anos.

2.14 Qual o posto de trabalho você acessou por meio desse programa?

Primeira

R.: Olha, eu fui na habitação e solicitei o aluguel social. Consegui R\$ 300,00 de ajuda e os outros R\$ 600,00 eu pago por minha conta. Já fiz o cadastro para o programa da Minha Casa minha vida, mas ficou no papel.

Segunda:

R.: O único posto de trabalho que eu acessei pelo programa foi o Auxiliar de Serviços Gerais.

Terceira:

R.: Eu comecei a varrer rua, faxineira na escola e na Creche.

Quarta:

R.: Quando iniciou no renda mínima 2005, teve umas inscrições de minha casa minha vida e como eu não tinha casa, aí eu fui, me inscrevi e graças a Deus, pelo Renda Mínima eu fui beneficiada com a casa. Tive a casa, paguei rs 41,00 reais na época, hoje não é dinheiro, mas antigamente era muito dinheiro. Era tirado do bolso fazia falta, mas paguei durante anos e hoje tenho a minha casa comprada e paga com o meu suor.

Quinta:

R.: Já pedi assessoria de um advogado sobre a pensão alimentícia.

Sexta:

R.: Eu e a minha família também já em 2010, quando teve uma enchente na cidade eu perdi a minha casa, desceu tudo. A defesa civil que salvou um por um de nós lá de casa e levou eu para fazer cadastro no programa de aluguel social, 14 anos, e antes do renda mínima.

Sétima:

R.: Eu trabalheira na faxina do Posto de saúde por 2 anos e tem 2 anos e 3 meses na Escola Municipal como faxineira.

Oitava:

R.: O setor de habitação já foi pedido pra fazer a vistoria para ver as condições da casa e que algumas famílias são beneficiárias.

Nona:

R.: Eu trabalhei no posto de saúde, depois na escola do meu bairro e no CRAS em todos na mesma função faxineira

Décima:

R.: Já tive muitas orientações da minha assistente social de referência e pedi assessoria de um advogado sobre a pensão alimentícia na defensoria pública do Município.

2.15 O que você achou desse trabalho? Primeira:

R.: Muito Bom, porque ajuda as mães solteiras, a ter a sua própria renda mensal, e que com muita luta conseguem criar os seus filhos na dignidade.

Segunda:

Terceira:

R.: Eu aprendi muita coisa, aprendi muita coisa. Quando eu comecei. Eu não sabia fazer nada. Depois que fui fazer meus cursos, aprendi. Gostei muito. Conquistei muita coisa com o renda mínima. Comprei muita coisa para os meus filhos. Fui evoluindo porque era mãe e pai das crianças. As crianças eram muito pequenas. Não abandonei. Lutei muito para cuidar deles. Não dei nenhum para os outros. Tenho cinco filhos e cuidei deles todos.

Quarta:

R.: Esse trabalho foi muito bom na minha vida, mudou muitas coisas. Hoje eu tenho a minha casa, tenho meus filhos, graças a Deus e soube educá-los através do programa, que eu pude dar o sustento melhor para eles. Hoje eles estão grandes, rapazes e moças, não me dão dor de cabeça. Foi através do programa de renda mínima que a gente vai conversando, conhecendo, aprendendo, a gente vai e amadurece e amadurece os filhos da gente também.

Quinta:

R.: Eu achei a solução para minha vida, porque não recebo a pensão dos meninos e dependem de mim. O programa fez eu voltar a sonhar a ter esperança.

Sexta:

R.: Eu adorei o renda mínima. Ele foi o meu primeiro caminho de vida para conseguir ter as coisas de casa.

Sétima:

R.: Eu acho que esse trabalho foi e é muito importante porque eu não tenho estudos, sei assinar o nome e poucas coisas, mas tenho dignidade e sou mãe, pai e avó da minha família.

Oitava:

R.: Muito Bom, porque ajuda as mães solteiras, a ter a sua própria renda mensal, e que com muita luta conseguem criar os seus filhos na dignidade.

Nona:

R.: Eu gosto muito porque pelo menos tenho dignidade de ter onde trabalhar e ter condições de comprar os alimentos.

Décima:

R.: Foi o meu recomeço de vida onde os meus filhos continuaram nos estudos, tendo uma alimentação farta e conheci muitas pessoas cada uma com sua dor, tive muitas trocas e aprendi e passei muito sobre as minhas facilidades com o artesanato.

2.16 Quanto recebia para realizar esse trabalho? Primeira:

R.: Meio salário mínimo.

Segunda:

R.: Bom, é meio salário mínimo. Depois que a gente teve um prefeito interino, ele veio com vale de alimentação de R\$ 275,00. Então hoje, somando, é R\$ 980,00. Mas você tem que pagar o INSS também, que é um valor de R\$ 70,60. Como a gente não tem vínculos empregativos, a gente paga o INSS porque você precisar, você tem aonde recorrer.

Terceira:

R.: Trabalhava no programa de renda mínima recebia o meio salário. Fui conquistando, comprando as coisas, dividindo as coisas, comprando um pouco, evoluindo mais, comprando as coisas. Nunca deixei meus filhos passarem fome. Nunca dei nenhum para ninguém.

Quarta:

R.: Era meio salário mínimo e na época correspondia o valor de R\$260,00, fiz a inscrição no Bolsa família e comecei a ter direito, mas tudo por orientação da assistente do CRAS e a do programa nos cursos que sempre tinha.

Quinta:

R.: Recebo meio salário mínimo, cartão alimentação e o bolsa família.

Sexta:

R.: Meio salário mínimo.

Sétima:

R.: É o valor de meio salário mínimo mais o vale alimentação.

Oitava:

R.: * Meio salário mínimo, * Cartão alimentação no valor de R\$124,00 que foi um ganho nosso, porque não tinha antes.

Nona:

R.: Eu recebo meio salário, vale alimentação.

Décima:

R.: Recebo meio salário mínimo, cartão alimentação.

2.17 Você considera esse valor suficiente para atender demandas da sua família? Primeira:

R.: Não.

Segunda:

R.: Bom, esse valor não atende, mas o programa Inclusão Produtiva é um trabalho de 4 horas. E também não é justo você receber um valor alto por um serviço de 4 horas. Mas é um valor que me ajuda pra mim estar mantendo algumas coisas. Então poderia ser mais, porque se a gente fosse mais qualificada e a gente não tem isso. Só fica na promessa. Desde quando eu entrei no Inclusão

Produtiva estou vendo falar, e eu sempre debati que eu queria um curso de informática. Porque a gente muitas vezes sabe mexer no computador, mas você não tem um certificado. E hoje o que manda é você ter um certificado. Se você não tiver um certificado, você não é nada. Então a gente precisaria de um curso de informática, um curso mais aperfeiçoado. Um curso de administração, porque poderia fazer parceria já que a gente é de vulnerabilidade social seria importante, mas esse valor não é suficiente, mas ele me ajuda.

Terceira:

R.: Não. Mas era o que eu tinha por enquanto. Estava muito bom.

Quarta:

R.: Então, meio salário hoje em dia para quem tem cabeça e realmente sabe controlar é pouco, mas não tem outra solução. É só esse valor mesmo, então a gente tem que procurar fazer render e multiplicar. Mas se você for parar e pensar é muito pouco porque o meio de vida está muito caro. Se hoje você compra um arroz quase rs30,00 e o gás cento e poucos reais, cento e dez, cento e vinte tem que pechinchar para você comprar uma coisa mais barata. O feijão está um absurdo, o óleo está um absurdo. E quem tem mais de três, quatro, cinco filhos, é muito pouco e na minha imaginação deveria aumentar um pouquinho, porque como se diz o pouco com Deus é muito, mas não dá não, dá só para sobreviver esse é o básico.

Quinta:

R.: Não. Só dá para comprar os mantimentos, pagar o carnê, gás e a água.

Sexta:

R.: Não. O valor é muito pouco. Mas pouco com Deus é muito. A minha família com 10 pessoas é muita gente para alimentar.

Sétima:

R.: Não é suficiente este valor poderia ser mais porque se recebesse mais daria para comprar mais coisas.

Oitava:

R.: Não.

Nona:

R.: Não, eu preciso de mais porque tem muitas coisas para eu correr atrás ainda. Mas tem que ser com o tempo.

Décima:

R.: Não. Só dá para comprar os mantimentos, pagar o carnê e o gás.

2.18 Esse trabalho era formalizado ? (Tem carteira assinada? Paga INSS)

Primeira:

R.: Não, sim, cada beneficiária sempre têm esclarecimento da assistente social do programa para se pagar o carnê do INSS.

Segunda:

R.: Não, esse trabalho não é formalizado porque ele é um programa social. Então ele não tem vínculo empregatício.

Terceira:

R.: Não, não tinha carteira assinada, não. Pagava todo mês, não deixava de pagar não.

Quarta:

R.: Não tinha a carteira assinada não. Antes vinha descontado o INSS todo mês.

Quinta:

R.: Não. Pago o INSS direitinho.

Sexta:

R.: Não, mas tinha que está com o carnê do INSS em ponto, em dia.

Sétima:

R.: Não. A minha comadre que paga o meu carnê do INSS.

Oitava:

R.: Não, mas cada beneficiária sempre há esclarecimento da assistente social do programa para se pagar o carnê do INSS.

Nona:

R.: Não. Mas pago INSS

Décima:

R.: Não. Pago o INSS direitinho.

2.19 Passou a acessar algum direito a partir desse trabalho? Primeira:

R.: Não.

Segunda

R.: Sim, eu pago o INSS de 5%, porque é lei federal. E esse INSS, ele me ajuda. Ele só não te atende para você aposentar por tempo de contribuição, mas por tempo de idade.

Terceira:

R.: Quando eu ia ao médico, eu pegava atestado, levava lá e no outro dia voltava a trabalhar. Contribuí, desde 2013 eu pagava.

Quarta:

R.: Sim, quando eu precisei operar de miomas fiquei afastada e recebi por 3 meses o auxílio doença.

Quinta:

R.: Eu lembro que fui lavar o passeio em volta do Centro Pop e escorreguei torce o pé, fiquei 18 dias de atestado e recebi certinho.

Sexta:

R.: Não.

Sétima:

R.: Sim, quando eu precisei operar de miomas fiquei afastada e recebi por 3 meses o auxílio doença.

Oitava:

R.: Sim, o setor de habitação foi acessado quando precisou de fazer um quarto para a sua filha e depois de alguns meses foi feita a visita e foi assim.

Nona:

R.: Sim. Quando tive a minha última filha e tive que fazer cirurgia Cesária e fiquei em casa recebendo um salário mensal durante 6 meses.

Décima:

R.: Eu já fiz uma cirurgia de pedra no rins.

2.20 Permaneceu nesse trabalho por quanto tempo? Primeira:

R.: Vai completar 2 anos no próximo mês.

Segunda:

R.: Bom, eu estou nesse trabalho, né, faz seis anos que eu estou em inclusão produtiva.

Terceira

R.: Eu permaneci por oito anos.

Quarta:

R.: Ao todo foram 14 anos, foi muito bom, só que sai porque fui procurar uma coisa melhor para mim e acabar de manter a minha família, porque a situação está muito caro hoje como já falei. O custo de vida está muito caro. Tem que procurar uma coisa melhor, durante 14 anos ele me ajudou muito.

Quinta:

R.: Vai completar 8 anos.

Sexta:

R.: Fiquei um ano e onze meses.

Sétima:

R.: Eu já tenho 4 anos e 3 meses de trabalho.

Oitava:

R.: 4 anos e retornou a 3 meses.

Nona:

R.: Estou até hoje no Programa.

Décima:

R.: Estou a 8 anos.

2.21 Você teve dificuldades de continuar nesse trabalho?

Porque? Primeira:

R.: Ainda não completou o tempo mínimo de programa.

Segunda:

Terceira:

R.: Não, eu não tive dificuldade, não, porque a assistência social fazia visita e marcava para mim ir mês sim mês não para eu buscar a cesta, e voltava lá para fazer visita, marcava e agendava para mim. Aí eu ia lá e pegava a cesta de mês liberado, não era todo mês, não. Agendável, eu ia lá. Ela fazia visita domiciliar, ia lá em casa, e a assistente social fazia o relatório, escrevia sobre a situação da família, fazia visita e mandava lá para as coordenadoras.

Quarta:

R.: Não tive dificuldade. As poucas dificuldades que eu tive, a gente pedia um vereador uma ajuda até mesmo o prefeito. Ai deu para viver.

Quinta:

R.: Não, nunca.

Sexta:

R.: Não, porque eu sai fora antes, porque o supermercado Farid ia abrir as portas, e fiquei sabendo, minha filha fez o meu currículo e eu fui chamada para entrevista e trabalhei de carteira assinada por 11 meses.

Sétima:

R.: Não, porque eu nunca faltei sem dar satisfação, faço tudo que o chefe do setor deixa marcado para fazer, e como eu sou tudo em casa, eu que seguro as pontas trabalho para sempre ter o pão de cada dia.

Oitava:

R.: Não, porquê todas as vezes que precisei entrar/participar eu fui aceita. Nona:

R.: Não. Porque fazia 2 anos e meio eu ficava 2 meses, sem trabalhar, mas o CRAS através da minha assistente social de referência, fazia relatório, liberava a cesta e continuava acompanhando a minha família.

Décima:

R.: Não, porque continua sozinha, filhos menores e estudantes, sem poder ter a pensão alimentícia por não ter o endereço do pai de meus filhos. Não procurei um emprego que recebesse mais, por ter a caçula em tratamento em Belo Horizonte e Itabirito e ter todo apoio da minha coordenação do meu setor e reconhecimento dos funcionários de onde trabalho.

2.22 Teve dificuldades de conciliar vida familiar com esse trabalho? Porque?

Primeira:

R.: Não. Porque os filhos sempre estudaram no mesmo horário de trabalho. Na verdade, essa parte que eu acho ruim. Porque trabalho de manhã e eles estudam no mesmo horário, mas como a Escola é em tempo integral, eu fico pouco com eles, isto que eu acho ruim.

Segunda:

R.: Não, eu não tive dificuldade porque, graças a Deus, onde que eles me colocaram para trabalhar, primeiro eu trabalhei na medicina de trabalho e depois eu vim para a vigilância patrimonial, porque a gente sai e volta. E todos os meus coordenadores, eu sempre falei a verdade que eu tenho que levar minhas filhas, tudo, mas eu sempre mantive o meu serviço tudo ok. Então, se você passa a ter ali a confiança dos seus coordenadores, fazendo o seu serviço direito, até mesmo, muitas vezes você fica um pouco até mais tarde, mas você tem um resultado bem positivo. Suas filhas, elas estudavam no mesmo horário que você trabalhava? R.: Bom, uma estuda de tarde, a outra de manhã, aí eu chego e envio a outra. Tive na creche, então depois passou para a tarde de novo, então, mas mesmo assim eu consegui sempre estar perto.

Terceira:

R.: Não. Eu trabalhava de manhã. E meus filhos estudavam de manhã. Aí acabava o serviço,

passava lá na escola e pegava eles e levava para casa. Todo dia. Aí, no período da tarde, eu ficava em casa, quando eles eram pequenos, eu ensinava eles dever de casa.

Quarta:

R.: Não, porque eu trabalho de manhã, minhas filhas estudam de manhã, dois netos estão na escola que trabalho em tempo integral e uma neta na creche dia todo e a filha mais velha trabalha como aprendiz pela manhã e à tarde na escola.

Quinta:

R.: Não, eu sempre trabalho no mesmo horário de aula dos meninos

Sexta:

R.: Não. A coordenadora me colocou na escola na parte da manhã, os meus filhos estudavam todos de manhã e ficava no tempo integral. A noite todos em casa.

Sétima:

R.: Não, porque eu trabalho de manhã, minhas filhas estudam de manhã, dois netos estão na Escola Municipal que trabalho em tempo integral e uma neta na Creche o dia todo e a filha mais velha trabalha como aprendiz pela manhã e à tarde na escola.

Oitava:

R.: Não. Porque os filhos sempre estudaram no mesmo horário de trabalho. ex.: o menor estava na creche e ficava o dia todo até as 16:00hs. A menina sempre ficou em tempo integral.

Nona:

Décima:

R.: Nunca, eu sempre trabalho no mesmo horário de aula dos meus filhos.

2.23 Você está trabalhando ?

Onde? Primeira:

R.: Sim. Na mesma Escola que os filhos estudam.

Segunda:

R.: Bom, eu retornei para a vigilância patrimonial, que é no Centro de Convenções e estamos a levando, graças a Deus.

Terceira:

R.: Não. Onde você está trabalhando hoje? Eu estou trabalhando na creche. Não nessa função? Não nesse programa? Não. Não, agora. Graças a Deus, eu evolui, agora estou em outro emprego. Qual outro emprego? De monitora de creche. Você fez concurso, ou você fez algum processo eletivo, ou em designação que teve no município? Porque no município teve designação. Eu participei e consegui.

Quarta:

R.: Hoje eu trabalho na Empresa de limpeza urbana APA. Varrendo rua e me sinto muito bem.

Quinta:

R.: Sim. Na Escola municipal dos meus filhos.

Sexta:

R.: Sim, na empresa Andrade aqui em Mariana.

Sétima:

R.: Sim, Na faxina da Escola Municipal, no horário de 7:00hrs às 11:00hrs de segunda a sexta.

Oitava:

R.: Sim. Na creche municipal Danielle Cristina Mendes.

Nona:

Décima:

R.: Sim. Na Escola municipal onde meus filhos estudam.

2.24 Fez algum curso por meio desse programa? Primeira:

R.: O programa oferece esses cursos como corte e costura, manicure e pedicure.

Segunda:

R.: Curso nenhum. Por não ofertar o que eu realmente quero aprender.

Terceira:

R.: Fiz, adorei. Fiz artesanato e corte de costura. E o que mais? Teve mais curso? Negócio de cabelo e negócio de manicure. Foi muito bom, foi muito aprendizado, aprendi muita coisa.

Quarta:

R.: Já fiz curso de corte e costura, salão escola, maquiagem, manicure e pedicure.

Quinta:

R.: Sim, todos que foram oferecidos eu fiz.

Sexta:

R.: Fiz curso do salão escola cabelo, unhas, comecei a fazer padaria escola, mas não recebi nenhum papel de certificado.

Sétima:

R.: Já fiz curso de corte e costura, salão escola, maquiagem, manicure e pedicure.

Oitava:

R.: Sim, Manicure, salão escola, pedicura, corte e costura.

Nona:

R.: Sim, corte de costura, maquiagem, salão escola, padaria escola e manicure e pedicure eu não quis fazer.

Décima:

R.: Sim, todos que foram oferecidos desde quando eu entrei para o programa.

2.25 O que mudou na sua vida com a participação nesse programa**? Primeira:**

R.: Esse programa é a minha realização do momento. Eu espero conseguir um emprego de carteira assinada logo, mas no momento, o que posso é esse.

Segunda:

R.: Bom, na minha vida mudou o seguinte, mudou que eu passei a gostar de política, porque eu aprendi a gostar de política, porque quando você começa a trabalhar no meio de pessoas que meche com política, meche com assistente social, você passa a acompanhar. E eu passei a acompanhar e gostar disso. Então hoje eu me vejo mais valorizada pessoalmente, isso me mudou muito porque hoje eu tenho uma outra visão, hoje eu vejo a vulnerabilidade social que é grande, hoje eu vejo a capacidade que nós temos de poder estar aprendendo, mas a gente precisa também ser formalizado. Então, o que me mudou foi isso, porque hoje eu enxergo um novo mundo, uma nova história, porque cada dia eu estou sendo refeita. Uma nova história na minha vida, mas hoje eu aprendi que muitas vezes não é só a pessoa que está na vulnerabilidade social que depende, temos pessoas que mesmo que ela esteja um agregado ela precisa muito, então isso mudou na minha vida e que me faz querer crescer mais fisicamente, mentalmente e ver mais para frente o que vai ser de melhor ainda.

Terceira:

R.: Foi muito importante, eu aprendi muita coisa. Mas depois que eu estudei, estudei, estudei, estudei bastante, não parava de estudar, aí que eu pensei, agora vou procurar uma coisa melhor para mim. Eu estudei, por que eu vou ficar trabalhando só de meio horário? Vou dar uma vaga para outra pessoa que precisa, porque eu estudei. Então, vou deixar. Se você fosse definir o perfil das mulheres que são beneficiárias do programa de inclusão produtiva da mulher aqui no município de Mariana. Algumas das colegas que você teve acesso nesse período de oito anos de trabalho, qual que seria o resumo dessas mulheres? R.: Bom, seria o resumo delas. Eu conheço umas que já foram abusadas, que são mãe e pai filhos, cuida delas, cuida dos filhos em casa. Duas eu conheço, trabalhou muito comigo. Elas são mãe e pai, tem uma que tem cinco filhos e a outra tem dois. A que tem dois, ela foi abusada. A que tem cinco, ela é mãe e pai dos filhos. Por quê? Quando eu comecei a trabalhar no Renda Mima, meu marido era doente e eu cuidava deles. Eu era mãe e pai deles, dos meninos, das crianças. Três moços e dois homens. Então, quando eles eram muito pequenos, eu sofri muito. Então, eu cuidava deles. Aí, essas colegas minhas que eu lembrei delas, de oito anos que eu trabalhei no Renda Mima, uma foi abusada e a outra é mãe e pai dos filhos.

Quarta:

R.: Depois que comecei a participar nesse programa eu nunca mais passei fome e hoje consigo manter a alimentação da minha família.

Quinta:

R.: Depois que participo desse programa sou mais feliz. Passo apertados, mas tenho em quem confiar, pedir ajuda e me dar as mãos.

Sexta:

R.: Esse programa foi a porta de entrada de minha vida para o trabalho fora de casa. Eu sentia que estava livre, aberta para aprender e poder comprar o que queresse (quisesse) para minha família sem ter que dar satisfação do dinheiro.

Sétima:

R.: Depois que comecei a participar nesse programa eu nunca mais passei fome e hoje consigo manter a alimentação da minha família.

Oitava:

R.: Esse programa é a minha vida, minha realização. Eu só consegui voltar a estudar por ser uma das condições de ser beneficiária, hoje já estou no 2º ano do ensino médio pelo EJA, mas só a educação transforma o ser humano.

Nona:

R.: Eu melhorei no sentido de conversar melhor, valorizar e ser grata pela oportunidade de participar no programa.

Décima:

R.: Depois que participo desse programa sou mais informada. Conheci mais pessoas, fiz amizades, aprendi a não reclamar mais.

2.26 O que você mudaria nesse programa? Primeira:

R.: A carga horária de trabalho poderia ser maior, porque melhoraria também a renda. E a questão também de vale, que é bem baixo. Poderia mudar o vale alimentação para um pouquinho mais. E o plano de saúde também que eu acho importante, porque a gente tem filhos e muitas vezes a gente não consegue atendimento de qualidade ou mesmo muito demorado. Então assim, se tivesse um plano de saúde ia ajudar bastante. E outros cursos também para a gente poder fazer, porque as vezes as pessoas nem gostam muito, então poderia ter outras opções. Oportunidades que aí talvez as pessoas interessassem mais. As vezes, se fizesse parcerias, existem várias mineradoras na cidade, podiam envolver mais com as reais necessidades ou cooperativas para todos que participam dos programas do Município ou do Renda Mínima, ou Ativa idade ou Jovem Aprendiz. **Segunda:**

R.: Bom, eu acho que nós poderíamos ter dois programas sociais, um para as mulheres que têm filhos menores, porque a adaptação de uma criança na creche, na escola, quando vai para o começo, é bem diferente de quem já tem os filhos maiores, porque quando você já tem um filho de 10, 11 anos, você já consegue lidar, eles já são mais tranquilos. Agora, quando você tem um pequeno, é bem desafiador, então nós poderíamos ter dois programas sociais em nossa cidade, um de 6 horas e um de 4 horas, um que pagaria este valor que hoje é, e um de 6 horas que poderia pagar um salário mínimo, e nós sabemos que programa social, ele não te inclui plano de saúde, nada disso, mas a gente poderia estar fazendo uma cooperativa também com essas mulheres, para ter um plano. Mais simbólico. As pessoas estão precisando de ter, assim, um pouquinho a mais de um atendimento melhorzinho. Vão deixar de ficar tão, assim, deixado, porque a gente querendo ou não, a gente acaba sendo deixado hoje, o SUS está sobrecarregado.

Terceira:

R.: Eu continuei oito anos, porque meu marido era alcoólico, ele bebia muito, então, a assistente social, fazia o meu acompanhamento, fazia visita para olhar lá em casa, aí todo mês comecei a pegar cesta, era o pai dos meus meninos, cinco filhos, cuidava deles, meu marido bebia demais, é por isso que eu continuei, no renda mínima, e ele tomava remédio, tinha dia, eu tirava o dinheiro meu, no renda mínima, que eu recebia pouco, para comprar remédio para ele, que ele precisava muito, então ele desmaiava, tinha negócio de epilepsia. Aí eu comprava um remédio para ele com o meu dinheiro, porque ele não trabalhava, cuidava dele e cuidava das crianças. E nunca deixei eles passar fome, cuidava deles e não dei nenhum para os outros. Fui muito guerreira, gostei muito do Renda Mina, aprendi muita coisa.

Quarta:

R.: Se eu pudesse muda em primeiro passaria a pagar um salário mais alto, dava mais oportunidade para as mulheres que são guerreiras, lutadoras e que enquanto os filhos estão menores não tem outra opção de trabalho há não ser beneficiária no programa de renda mínima e fui beneficiária do programa de renda mínima muitos anos e não me arrependo porque na época todos os 4 filhos eram menores. Hoje as três moças trabalham, fazem faculdade e o meu rapaz trabalha e pretende também continuar nos estudos. Em segundo lugar daria uma condição mais digna para as beneficiárias no sentido de procurar os comércios, as empresas de mineração e abrir uma cooperativa de médicos, profissões de mais agrado das beneficiárias e as Universidades da cidade de Mariana para colocar o EJA, O ENCEJA em horários acessíveis durante o dia para as mesmas.

Quinta:

R.: Se eu pudesse aumentaria o valor do pagamento, aumentaria o número de vagas para as beneficiárias, faria parcerias para ter EJA de manhã e à tarde e as empresas da região pediria mais espaço de vagas para as beneficiárias que podem trabalhar mais tempo.

Sexta:

R.: Eu ia procurar mais cursos de profissão, fazer mais encontros com as mulheres mães, iam ouvir ela, tentar o EJA e o ENCEJA para ser a tarde e fazer parcerias para quem tiver sonhos de fazer faculdade, estudar mais ter oportunidade e aumentar o pagamento o cartão alimentação, e quando terminar de fazer o curso entregar o papel que chama certificado e fazer reunião com a Samarco, Vale, CEDRO, para empregar as interessadas.

Sétima:

R.: Se eu pudesse mudar em primeiro passaria a pagar um salário mais alto, dava mais oportunidade para mais mulheres que estão esperando para ser beneficiária do programa de renda mínima e muitas não tem com quem deixar os filhos ou netos para trabalhar, aumentava o vale alimentação e acho que se o Município ou as Empresas que estão na nossa Mariana, poderiam entregar para todas as beneficiárias uma cesta básica com muitos ingredientes todos os meses, porque as Empresas levam o nosso minério todo embora.

Oitava:

R.: * Aumentaria o valor do cartão alimentação, * Plano dentário, * Dar mais oportunidades de cursos profissionalizantes como: Culinária, doceira, salgadeira, camareira e após o término e entrega dos certificados de conclusão dos cursos, entregar para as beneficiárias uma carta de apresentação individual para o emprego na área de capacitação.

Nona:

R.: * Aumentaria o pagamento da beneficiária e o vale de alimentação. * Passava uma lista para ser colocado sugestões que todas as beneficiárias tivessem interesse de fazer cursos, mas com certificados. * Propor parceria entre prefeitura, universidade, empresas, comerciantes, para atender as demandas das beneficiárias do renda mínima como abrir EJA no período da tarde, cursos de informática, e colocar os interessados na empresas, mas dando recursos para todas as beneficiárias.

Décima:

R.: Se eu pudesse aumentaria o valor do pagamento, O EJA seria durante o dia. A noite não rende e sem como frequentar a escola devido o cansaço do dia. Continuar com os cursos de capacitação para as beneficiárias do programa.